UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

LARAH BOGEA RIBEIRO

TRABALHO MATERNO E NEGRITUDE: ESTRATÉGIAS DE MATERNAGEM DE MÃES DE MENINOS NEGROS DIANTE DO RACISMO ESTRUTURAL

São Luís
2022

LARAH BOGEA RIBEIRO

TRABALHO MATERNO E NEGRITUDE: ESTRATÉGIAS DE MATERNAGEM DE MÃES DE MENINOS NEGROS DIANTE DO RACISMO ESTRUTURAL

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Psicologia como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof.ª Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

São Luís

2022

Ribeiro, Larah Bogea.
Trabalho Materno e Negritude: Estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural / Larah Bogea Ribeiro. - 2022.
128 f.

Orientador(a): Ramon Luís de Santana Alcântara.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Antirracismo. 2. Estratégias. 3. Família. 4. Maternagem. 5. Racismo. I. Alcântara, Ramon Luís de Santana. II. Título.

LARAH BOGEA RIBEIRO

TRABALHO MATERNO E NEGRITUDE: ESTRATÉGIAS DE MATERNAGEM DE MÃES DE MENINOS NEGROS DIANTE DO RACISMO ESTRUTURAL

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Psicologia como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Aprovada em: 21 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara (Orientador)
Doutor em Políticas Públicas (UFMA)
Universidade Federal do Maranhão

_____

Prof.ª Dra. Cláudia Aline Soares Monteiro (Examinadora)
Doutora em Psicologia (UNB)
Universidade Federal do Maranhão

_____

Fernanda Matos Sousa (Examinadora)
Especialista em Psicanálise e Laço Social (UFF)

_____

Prof.ª Dra. Rosane de Sousa Miranda (Suplente)
Doutora em Psicologia Social (UFPB)
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O racismo pode assumir várias formas: pode estar presente nas escolas, nos hospitais, no sistema de justiça e na política. Suas ramificações afetam não só o âmbito social, mas o familiar, de modo que famílias negras precisam lidar com uma discriminação capaz de afetar seus filhos desde cedo. Dito isso, este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural. Para a realização deste trabalho apresento uma contextualização histórica dos efeitos do racismo estrutural na infância, juventude, família e maternagem de pessoas negras no Brasil. Apresento também as noções de sentido que mulheres mães negras de meninos/jovens negros atribuem à maternagem e ao racismo. A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres mães (negras) de meninos/jovens (negros) entre 11 e 19 anos de idade e teve como base os pressupostos teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural de Lev Vygotsky. Nosso intuito era compreender a experiência de maternagem dessas mulheres mães e discutir sobre suas estratégias de educação familiar antirracista. A partir das análises feitas, foi constatado que as participantes têm como estratégias para lidar com o racismo sofrido pelos filhos: o desenvolvimento da empatia; valorização de sua identidade enquanto negros através do aprendizado sobre sua história e ancestralidade; inserção em movimentos sociais antirracistas. Também destacam a importância do apoio familiar diante de situações de discriminação, em que apontam que a melhor forma de proteção é aquela fundamentada na consciência e reconhecimento do problema, e não no silêncio.

Palavras-chave: Racismo. Maternagem. Estratégias. Família. Antirracismo.

ABSTRACT

Racism can take many forms: it can present itself in schools, hospitals, justice systems and in politics. Its repercussions affect not only the social sphere, but family life, in a way in which black families need to deal with a sort of discrimination capable of affecting their children from an early age. Having said that, this study aims to analyze maternal strategies of mothers of black boys in the face of structural racism. For this research, I present a historical contextualization of the effects of structural racism on childhood, youth, family and motherhood of black people in Brazil. I also present notions of meaning given by black women and mothers of black boys regarding motherhood and racism. Field research was conducted through semi-structured interviews with five (black) women mothers of (black) boys/young men between the ages of 11 and 19 years old, and was based on the theory and methodological assumptions of Lev Vygotsky's cultural historical psychology. Our aim was to understand how these women mothers experienced motherhood and to discuss about their strategies concerning and anti-racist family education. Analyses demonstrated that the participants have strategies to deal with racism suffered by their children, such as: development of empathy; teaching them to value their identity as black people through the learning of their history and ancestry; insertion in anti-racist social movements. They also highlight the importance of familial support when faced with discrimination, pointing out that the best form of protection is the one based on awareness and recognition of the problem, not on silence.

Keywords: Racism. Motherhood. Strategies. Family. Anti-racism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Zonas de sentido (Michelle).....65
Tabela 2 - Zonas de sentido (Maria).....74
Tabela 3 - Zonas de sentido (Dandara).....82
Tabela 4 - Zonas de sentido (Helena).....90
Tabela 5 - Zonas de sentido (Leila).....98

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Helena e Sérgio, por todo o amor e dedicação. Sempre me senti tão amada por vocês! Tão apoiada! Obrigada por me acompanharem nesse e em tantos outros momentos importantes da minha vida. Amo vocês mais do que tudo e espero que saibam que tudo que eu faço, eu faço pensando em vocês.

Aos meus avós Bel, vovó Mari e vovô Ribeiro, por todo amor, mimos e orações. Meu vôzinho teve um ano difícil, então não consigo descrever a felicidade de poder compartilhar esse momento com o senhor, vovô! Te amo muito!

Às minhas tias Mary e Denise, pelas contribuições e pelo carinho de sempre. Admiro muito vocês!

Às minhas amadas primas Sheila, Marília e Isabella - minhas maiores influências! Foram vocês que me introduziram ao mundo da leitura, dos filmes, da arte e, mais importante ainda, dos estudos! Obrigada por me ensinarem o valor da curiosidade e do conhecimento. Amo muito vocês!

Ao meu afilhado Ian, a criancinha mais doce, sapeca, amorosa e querida do mundo! A dinda sumiu por conta do TCC, mas logo mais estaremos juntos novamente. Te amo!

Ao meu cãozinho Floyd, meu parceirinho de estudos, minha mini sombra! É só falar nele que já começo a usar diminutivos haha. Obrigada por ser, há 10 anos, uma presença constante em minha vida! Nesses longos meses de escrita, sempre foi um conforto ter você ao meu lado (na maioria das vezes dormindo e roncando, mas o que importa mesmo é a intenção).

Aos meus amigos de uma vida inteira: Bia, Hélio e Malu! Obrigada pela amizade, pelas risadas e pelo apoio de sempre. Um dos maiores presentes da minha vida foi poder crescer ao lado de vocês!

Às amizades que a UFMA me proporcionou: Renata, Laura, Adriana e Valentina, esse curso não seria o mesmo sem vocês! Vou sentir saudades das nossas “terapias em grupo”, das “reflexões para janela de ônibus”, risadas e fofocas! Que a nossa amizade continue para além da universidade!

Aos meus colegas de curso, com quem convivi e aprendi tanto: Bianca, Thales, Gleiciane, Karlessanda, Vinícius, Gysdely, Lorena, Nataly, Ana Fernanda, Kleina, Filipe, Yanne, Paula e tantos, tantos outros! Meu muito obrigada!

Aos queridos professores Tony, Denise, Catarina, Cláudia Aline, Lucas e Wanda - todos especiais e importantes à sua maneira! Se um dia tiver um terço da competência e

comprometimento profissional e social de vocês, vou me considerar uma profissional de sorte! Admiro muito vocês!

Ao meu querido professor e orientador Ramon, por toda sua paciência, comprometimento e generosidade. Sou tão grata a tudo o que o senhor me ensinou! Tê-lo como professor foi a maior surpresa, presente e privilégio que poderia ter recebido na graduação. Obrigada, obrigada, obrigada!

À Josanira, conselheira do grupo de mulheres negras Mãe Andresa, por ser ponte e ter me ajudado na busca por mulheres mães que se encaixassem aos critérios de inclusão desta pesquisa. Muito obrigada!

Por fim, agradeço imensamente às mulheres mães cujos relatos compõem esta pesquisa. Obrigada por compartilharem seu tempo, suas histórias, seus afetos e vulnerabilidades. Este trabalho é de vocês!

“But I chose to open my son’s eyes upon another sun.” (Aimé Césaire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 RAÇA, RACISMO E SUAS VICISSITUDES 16
2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL 16
2.2 INFÂNCIA NEGRA, ONTEM E HOJE 19
2.3 JUVENTUDE NEGRA COMO ALVO 25
2.4 BREVE HISTÓRICO DA FAMÍLIA NEGRA NO BRASIL 29
2.5 MULHER, MÃE E NEGRA 34
2.5.1 TRABALHO MATERNO E SOBREVIVÊNCIA 37
2.5.2 TRABALHO MATERNO E PODER 37
2.5.2.1 TRABALHO MATERNO E CORPO 39
2.5.3 TRABALHO MATERNO E SAÚDE MENTAL 41
2.5.4 TRABALHO MATERNO E RESISTÊNCIA 44

3 METODOLOGIA 46
3.1 HISTÓRIA DE CAMPO 46
3.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 48
3.3 PARTICIPANTES 51
3.3.1 MICHELLE 52
3.3.2 MARIA 54
3.3.3 DANDARA 56
3.3.4 HELENA 58
3.3.5 LEILA 60
3.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS 61
3.5 CENÁRIO DE PESQUISA 62
3.6 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS 62
3.6.1 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO 62
3.6.2 ROTEIRO DE ENTREVISTA 63
3.7 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES 63

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 65
4.1 MICHELLE: SOBRE SER “RIO E VENTANIA” 65
4.2 MARIA: SOBRE A COMPLEXA RESPONSABILIDADE DE SER MÃE 74
4.3 DANDARA: SOBRE A HONRA E O DESAFIO DE SER MÃE 82
4.4 HELENA: SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PREPARAR OS FILHOS PARA O MUNDO 90
4.5 LEILA: SOBRE POTENCIALIZAR VOZES 97
4.6 LAR COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: PENSANDO NUMA EDUCAÇÃO FAMILIAR ANTIRRACISTA 105

CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 INTRODUÇÃO

Apresentar os motivos que me levaram a escrever este trabalho demanda retornar ao ano de 2020, em que as mortes de João Pedro e do americano George Floyd tornaram-se manchetes em todo tipo de veículo de informação. Já fazia um ano em que focava no estudo das relações étnico-raciais (introduzido ao curso de Psicologia graças ao Prof. Ramon Alcântara) e sua relação com a Psicologia, mas algo relacionado a esses dois acontecimentos me tocou profundamente. Talvez tenha sido por conta da brutalidade com a qual George Floyd foi assassinado; talvez tenha sido por conta do fato de que João Pedro tenha sido morto apenas uma semana antes dele; talvez tenha sido por conta dos dois serem homens (um deles ainda era uma criança), e o dois terem sido assassinados pela polícia. Associado a isso, eu não conseguia parar de pensar em suas famílias - em suas mães, em especial: Como estariam se sentindo? Já temiam que isso poderia acontecer? Numa sociedade que é estruturada pelo racismo, o que significa ser mãe de um menino negro? Quais seus desafios?

Buscando compreender mais sobre o assunto, encontrei um vídeo publicado pelo The New York Times, que tinha como tópico de discussão a principal causa da minha inquietação: a relação entre raça, racismo e o âmbito familiar. Intitulado de "*A conversation with my black son*" [uma conversa com meu filho negro][1], o documentário apresenta relatos de mães e pais que discorriam sobre os desafios de ter de preparar os filhos para uma possível - inevitável, na palavra de uma das mães - abordagem policial. Esse preparo se associa a algo que é chamado nos Estados Unidos de "*black codes*" ou códigos negros, em tradução livre; entendido como uma espécie de código de conduta, "*black codes*" são um conjunto de regras que visam diminuir a possibilidade de jovens e crianças negros serem abordados pela polícia ou por qualquer outra pessoa (branca) que possa vê-los com desconfiança. Segue alguns exemplos: andar bem vestido, com documento em mãos e, caso, apesar de todas as precauções, esses jovens forem abordados por policiais, manter sempre uma postura passiva, resignada. Os pais entrevistados relatam suas frustrações diante de uma sociedade que enxerga seus filhos não como as crianças e jovens que eles são, mas como "*big black boys"* (grandes meninos negros, em tradução literal), motivo de medo e apreensão. Aliás, em um outro vídeo[2] publicado pelo jornal, uma mãe até questiona se essas estratégias são de fato ferramentas, e não mais um componente do sistema estrutural de opressão racial que vivenciam.

[1] Link: https://www.youtube.com/watch?v=lXgfX1y60Gw.
[2] Link: https://www.youtube.com/watch?v=en72vJVmHzc.

Foi a partir desses vídeos que o tema desta monografia passou a tomar forma. Digo isso não só pelo destaque dado às estratégias utilizadas para lidar com o racismo, motivo de meu interesse inicial, mas por terem exposto o caráter intergeracional do racismo: não é só o filho que sofre discriminação racial, mas seu pai, sua mãe, seus irmãos, tios, avós. Há mais de caráter prático do que teórico nesses ensinamentos, uma vez que esses são fruto de anos de opressão - são lições passadas ao longo de gerações. Com isso em mente, lembro de ter me feito a seguinte pergunta: neste sistema intergeracional de discriminação, como pais - mães, especificamente - experienciam o racismo sofrido por seus filhos?

A partir desse questionamento cheguei ao tema desta pesquisa. Nesta díade de amor e opressão, como mulheres mães negras experienciam a maternagem de seus filhos, também negros? Teriam elas estratégias para lidar com uma estrutura social que rejeita não somente elas, mas rejeita e criminaliza seus filhos? Para responder essa pergunta, entrevistei cinco mulheres negras, mães de meninos também negros, de forma a compreender suas experiências de maternagem e sua interface com o racismo estrutural.

Tendo como base os preceitos de Martins (2021), destaco que neste trabalho optei, sempre que possível, por usar termos como “mulher mãe negra” e não apenas “mãe negra”. Também tomei a decisão de adotar a concepção de maternagem em vez de maternidade, uma vez que a primeira prioriza o caráter afetivo do maternar, em oposição ao apenas biológico. A opção por esses termos visa, portanto, compreender que essas mães são mulheres com sentimentos, desejos e ideias próprias, uma forma de garantir sua subjetividade e romper com o imaginário social criado em torno da categoria “mãe negra” (MARTINS, 2021, p.72).

Após a delimitação dos motivos que me levaram a realizar esta pesquisa, penso ser importante destacar o lugar de onde falo. Uma vez que essa pesquisa tem como base teórica a psicologia social e o estudo das relações étnico-raciais, penso ser indispensável reconhecer aqui meu lugar social e subjetivo, bem como determinar de onde falo, observo e escrevo. Dito isso, sendo eu mulher, branca e de classe média, é deste lugar que eu falo.

Aliás, foi o reconhecimento deste meu lugar social de fala que me fez optar por uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos pressupostos teórico-metodológicos têm como base a psicologia histórico-cultural de Lev Vygotsky. Era muito importante para mim realizar um trabalho que contemplasse as dimensões históricas, culturais, sociais e subjetivas das participantes e que reconhecesse também seu papel ativo nesse processo de pesquisa. Foi por isso que decidi pelo uso da construção de zonas de sentido como método de análise: queria que as mulheres mães entrevistadas tivessem voz ativa nesta pesquisa, de modo que são as

suas noções de sentido acerca da maternagem e do racismo que compõem este trabalho. Eu não queria “falar sobre” elas, mas que elas pudessem falar por si.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo principal de analisar as estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural. Como objetivos específicos têm-se: contextualizar historicamente os efeitos do racismo estrutural na infância, juventude, família e maternagem de pessoas negras no Brasil; identificar os sentidos que mães de meninos negros dão à maternagem e ao racismo; e discutir as estratégias de educação familiar antirracista de mães de meninos negros. Para contemplar estes objetivos, esta monografia foi organizada da seguinte forma:

No capítulo 1, intitulado de “Raça, racismo e suas vicissitudes”, apresento os aspectos teóricos acerca do racismo estrutural, fazendo uma revisão histórica de suas influências na infância, juventude, família e maternagem negras; no segundo capítulo, “Metodologia”, delineio a metodologia de pesquisa, onde apresento as participantes, discorro sobre os pressupostos teórico-metodológicos e a forma como as informações serão analisadas; no capítulo 3, “Discussão dos resultados”, analiso os sentidos atribuídos pelas entrevistadas acerca da maternagem e do racismo e teço algumas considerações acerca da possibilidade de uma educação antirracista voltada para o ambiente familiar.

2 RAÇA, RACISMO E SUAS VICISSITUDES

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL

Vivemos em um mundo estruturado por sentidos; uma criança negra, antes mesmo de sua concepção, é sujeitada a um lugar já pré-definido em sociedade, sendo vista como motivo de suspeita, apreensão. Silvio Almeida em seu livro "Racismo Estrutural" (2020) afirma que uma pessoa não nasce branca ou preta, ela torna-se. Nesse sentido, antes de discorrer sobre os desafios da mulher mãe negra e seus esforços para proteger seu filho de uma sociedade que o rejeita, é preciso primeiro entender o porquê de essa rejeição existir.

Almeida (2020) afirma que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e racismo. Imbricado em nossa história, o racismo faz parte de nossa estrutura social e perpassa relações econômicas, políticas, jurídicas e familiares. De caráter dinâmico, o racismo remonta ao século XVI, em que a expansão mercantilista e a descoberta do novo mundo contribuíram para a invenção de uma categoria de classificação: a cor. Ao tornar-se um critério de classificação universal, a cor da pele serviu para a construção de um ideário filosófico que transformava o homem branco no único modelo cultural possível no mundo, enquanto povos de cores e culturas diferentes passaram a ser rotulados como o "outro", como seres selvagens e incapazes (QUIJANO, 2005; EDDO-LODGE, 2018).

Dessa forma, o racismo transformou-se numa manifestação normal da sociedade, atravessando séculos e naturalizando violências, discriminações e desigualdades (ALMEIDA, 2020). E a ciência teve um papel fundamental na disseminação desse discurso: o racismo científico, apoiado no determinismo biológico e geográfico, trouxe à tona teorias que justificavam a dominação de povos considerados inferiores, produzindo enfermidades e associando características orgânicas e tipológicas a comportamentos criminosos. Entre eles, podemos utilizar como exemplo as "patologias" identificadas pelo médico americano Samuel Cartwright em seu livro "*Report on the Diseases and Physical Peculiarities of the Negro Race*" [Relatório sobre as doenças e peculiaridades físicas da raça negra] de 1851: a drapetomania, qualificada como a doença que faz os negros fugirem de seus senhores e a *dysaesthesia aethiopica*, espécie de letargia mental que os senhores de escravos da época chamavam de "pilantragem" (MORRISON, 2017).

No entanto, séculos depois da febre positivista presente na ciência do século XIX e da constatação de que não há nada na realidade natural que justifique o racismo, ele ainda permanece presente em nossa sociedade. Para isso, Almeida (2020) encontra uma explicação:

o racismo é, antes de tudo, um elemento essencialmente político, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar segregações. Racismo é dominação e encontra-se presente na política, na economia e no direito, embasando-se em ideologias de superioridade e racialização.

Fundamentando-se na ideia de que a unidade nacional foi construída com o auxílio do racismo, Almeida (2020) apresenta dois elementos importantes e que perpassam o tema deste trabalho: a biopolítica e a necropolítica. O primeiro, apoiado nos estudos de Foucault (2005) acerca da soberania e suas tecnologias de poder, traz à tona a política do "fazer viver". Aplicada ao homem ser-vivo, a mesma tem como maior preocupação a manutenção da saúde dos seus, ocupando-se de questões relacionadas à higiene pública, taxas de reprodução e fecundidade. Elaborada através de um sentimento de pertencimento e unidade, a biopolítica também se apoia na construção de uma outridade. Diretamente relacionada à eugenia, a política do "fazer viver" justifica a morte através da disseminação do racismo. É a ideia de que para manter a vida dos meus, para garantir minha segurança pessoal e fortalecimento da minha raça, preciso deixar o outro morrer. É o estabelecimento dessa cesura biológica que fragmenta povos e que permite uma relação positiva com a morte.

A necropolítica também se apoia no racismo. Desenvolvida por Achille Mbembe (2018), a política da morte surge como uma tentativa de dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Concatenado através de um arranjo permanente de estado de sítio, estado de exceção e biopoder, racismo e necropolítica associam-se no sentido de criar uma noção ficcional de inimigo (ALMEIDA, 2020). Em outras palavras, a necropolítica faz uso do racismo para discriminar grupos e segregar pessoas, criando um regime de terror que marginaliza e destrói culturas consideradas perigosas, naturaliza a ocupação militar em comunidades periféricas e justifica a morte de milhares de pessoas negras.

Numa sociedade que vincula o negro ao crime, que o coloca na posição de "outro", a experiência de maternagem de meninos negros torna-se motivo de preocupação constante, e os dados não mentem: de acordo com o Atlas da Violência de 2021, no Brasil os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens entre a faixa etária de 15 a 29 anos. Na pesquisa, dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Fazendo um corte racial, os resultados são ainda mais preocupantes: as taxas de morte de jovens negros crescem a cada ano; apenas em 2019, negros (segundo a classificação do IBGE são a soma de pretos e pardos) representaram 77% das vítimas de homicídio. Comparando o número de mortes entre negros e não-negros (soma de amarelos, brancos e

indígenas), a diferença é alarmante: no ano de 2019, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não-negras. Quanto aos números relacionados ao estado do Maranhão, os dados são igualmente preocupantes: a proporção de pessoas negras vítimas de homicídios foi significativamente maior que a de não-negras, atingindo um percentual de 89% e 11%, respectivamente. Apesar deste estudo focar em crianças e jovens negros do sexo masculino, não podemos deixar de fazer um recorte de gênero, visto que suas mães, mulheres negras, são similarmente afetadas pelo racismo: em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, enquanto entre as mulheres não-negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,5 por 100 mil habitantes.

Diante desses dados, vários questionamentos surgem: como garantir a segurança e proteção de jovens negros? Em um país marcado pela desigualdade racial, como impedir que mães percam seus filhos por conta da violência? A resposta para essa pergunta torna-se difícil de responder quando consideramos a relação do racismo com o direito e a economia.

Almeida (2020) destaca que o direito é uma extensão do poder político de um grupo dominante. Produzido por instituições, é uma tecnologia de controle social que, durante séculos, esteve a favor da elite, fundamentando juridicamente a ideia de uma humanidade dividida. Não há dúvidas que o direito faz parte de uma estrutura que legaliza e reproduz o racismo. Como exemplo, podemos citar alguns dados do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Com dados referentes ao ano de 2020 e 2021, foram feitas pesquisas levando em consideração os indicadores sociais de gênero e raça. Postulando um perfil para a população carcerária brasileira, constata-se que, historicamente, a população prisional do país segue um perfil semelhante ao das vítimas de homicídios - homens jovens, negros e de baixa escolaridade. Em 2020, dos 716.967 homens encarcerados, 66,3% se identificaram como negros e 48,6% possuiam entre 18 e 29 anos de idade. Esses valores comprovam que as prisões no Brasil tornaram-se um espaço constituído, cada vez mais, por pessoas negras. Junto a isso, o Anuário constata também uma maior severidade de tratamento e sanções punitivas direcionadas aos negros, além de considerar que a população negra se torna alvo das políticas de encarceramento no país devido às condições de pobreza e vulnerabilidade que enfrentam em seu cotidiano.

Logo, os dados acima confirmam que não é só o crime que possui cor, mas a pobreza também. De acordo com Almeida (2020) a raça é um fator determinante nas relações socioeconômicas. O autor aponta que o racismo acaba por normalizar a superexploração do trabalho, incorporando, por consequência, a pobreza como condição definidora da população

negra. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, divulgada em agosto de 2022, o número de brasileiros desocupados[3] no segundo trimestre do ano chegou a 10,1 milhões, observando uma taxa de 63,8% entre pessoas negras (50,9% pardas + 13,8 % pretas). Outro dado importante divulgado pelo estudo mostra que as mulheres lideraram o contingente populacional de desocupação, atingindo um percentual de 54,6%.

Os dados apresentados acima fazem conexões importantes, ligando política, direito, economia e história a uma estrutura social decisiva - o racismo. Almeida (2020) não erra ao indicar que o racismo é um conceito relacional, manifestado em sociedade. É uma estrutura que se molda e evolui, fornecendo lógica, sentido e tecnologias para desigualdades, reproduzindo assim um ciclo contínuo de pobreza, violência e morte.

2.2 INFÂNCIA NEGRA, ONTEM E HOJE

A palavra "infância" provém do latim *infans*, do verbo falar (*fari*) e de sua negação, "in" (PAGNI, 2010). Logo, *infans* é aquele que não fala, aquele que não tem nada a dizer. A origem etimológica da infância diz muito sobre a condição das crianças em sociedade: vistas apenas como um vir a ser, elas foram silenciadas, invisibilizadas e postas à margem da história, em que o único papel que poderiam exercer era o de aprendizes passivos de um mundo inteiramente adulto (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010; 2012; ROSENBERG; 2012).

Em oposição a esses preceitos nasceu a sociologia da infância, que tem como proposta pensar as crianças enquanto sujeitos e atores sociais de seu processo de socialização, bem como construtores de suas próprias infâncias - sim, infâncias (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010). O que os estudos sociais da infância propõem é que ser criança não é algo universal, genérico e a-histórico, mas heterogêneo, em que fatores como raça, classe, gênero e religião precisam ser considerados, pois influenciam diretamente na forma como crianças experienciam suas infâncias. Dito isso, Abramowicz e Oliveira (2012) destacam que a criação de uma sociologia da infância brasileira não deve deixar de lado a questão da raça. O que me

[3] Segundo a conceituação do IBGE: "São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência."

leva a refletir: se a criança branca e europeia foi posta à margem, o que dizer da criança negra e brasileira?

Compreender a infância negra no Brasil nos dias de hoje exige contextualizá-la nas relações econômicas e sociais do Brasil Colônia e dos tempos do Império, ou seja, situá-la no contexto da colonização e escravização (PAULA, 2014). Até a revogação do tráfico de escravos, em 1850, crianças negras não eram vistas com interesse pelos senhores de escravizados; Paula (2014), ao citar Mary Del Priore (2010), relata que apenas 4% dos escravizados que desembarcavam no Rio de Janeiro eram crianças, e que apenas um terço delas sobrevivia. A autora explica que a maioria das crianças negras escravizadas no país era, na verdade, filhas de escravizados - os chamados crioulos -, de forma que a escravidão e o parentesco acabaram se tornando instituições paradoxais (JOVINO, 2010).

Segundo Góes e Florentino (2010 apud Paula, 2014), entre 10 cativos, apenas duas eram crianças. As razões para a escassez destas no sistema escravista eram diversas, a saber: seu baixo valor de mercado e a mortalidade infantil, fruto não só de abortos espontâneos decorrentes dos maus-tratos sofridos pelas mulheres escravizadas, mas também pelo infanticídio - mães preferiam matar seus filhos a deixar que experienciassem a dor da escravidão.

Fato é que a ideia de criança pura, ingênua e incapaz não se aplicou às crianças negras, pelo contrário (NUNES, 2017). Associadas à vadiagem, ao medo, meninas e meninos negros, os últimos chamados de "moleques"[4], iniciavam a vida no trabalho ainda muito cedo: a partir dos 4 anos já desempenhavam tarefas domésticas; e aos 7 eram iniciados aos comportamentos sociais requeridos numa sociedade escravocrata[5], passando a prestar serviços regulares, carregando materiais e servindo como mensageiros. Aos 12 anos, seu aprendizado era concluído - a partir dessa idade, as crianças passavam a trazer em seus sobrenomes as funções que desempenhavam, como por exemplo: Ana Mucama, Chico Roça etc (PAULA, 2014; JOVINO, 2010; NUNES, 2017). Era um aprendizado embasado no medo, na violência e nas mais diversas humilhações.

No que Jovino (2010) chama de aprendizado pelo suplício, a maior parte das humilhações sofridas pelos pequenos se dava nas brincadeiras dos filhos dos senhores de

[4] Segundo Ferreira (2019), o termo moleque referia-se a jovens e homens negros entre 6 e 30 anos, sendo utilizado de forma pejorativa em adultos.

[5] Seria aí o momento em que se "descobriram" escravizados? Jovino (2015) toma como exemplo "A História do Galo Marquês" do autor Ganymedes Jos. O livro conta a história de um menino escravizado chamado Cedino, que tem como animal de estimação um galo. Quando os senhores da casa decidem matar o galo para o jantar, Cedino se dá conta de sua posição social - por mais que quisesse manter o amigo, sua vontade, seus sentimentos, de nada valiam; naquele sistema, ele era tão impotente quanto o animal que seria abatido.

escravizados; não era só a criança negra que estava aprendendo a ser escrava, o branco também estava aprendendo a ser senhor. Existem muitos exemplos dessas “brincadeiras” na literatura, em que as diferenças entre crianças brancas e negras podem ser facilmente demarcadas. Em “Memórias Póstumas de Brás Cubas” (2014), obra de Machado de Assis, seu protagonista relata:

> Prudêncio, um moleque da casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa do freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas à um e outro lado, e ele obedecia - algumas vezes gemendo -, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um "Ai, nhonhô!”, ao que eu retorquia: “Cala a boca, besta!” (p.62-63)

Exemplos como esse refutam literaturas que afirmam não haver distinções entre crianças negras e brancas. Nunes (2017), em sua tese, explica que não existia nenhuma espécie de regalia para as meninas e meninos negros da época, ao contrário: eram postas em segundo plano, abandonadas ainda pequenas pelas mães que, na maioria das vezes, eram vendidas ou alugadas para serem amas-de-leite.

O desinteresse por essas crianças continuaria se não fosse a Lei Eusébio de Queiroz decretando a abolição do tráfico negreiro no Brasil; a garantia de novas gerações de escravizados passava a depender do nascimento e desenvolvimento dessas crianças. Jovino (2010) conta que naquela época chegaram a ser escritos “manuais de tratamento”, em que métodos de procriação e conservação de escravizados eram ensinados, e o cuidado com gestantes, mães e seus filhos era incentivado. É fato que esses cuidados em nada mudavam as circunstâncias aterradoras da escravidão; o mesmo também pode ser dito da Lei do Ventre Livre, instaurada em 1871.

De acordo com a lei, crianças deveriam permanecer até os oito anos sob a tutela dos senhores. Após essa idade, era escolha deles manter as crianças até os 21 anos de idade e depois contratá-las enquanto trabalhadoras ou entregá-las ao Estado, sob garantia de indenização (PAULA, 2014). Livres ou não, essas crianças continuavam a ser exploradas e, apesar da ciência do Estado da importância da educação para sua emancipação, nenhum plano educacional foi executado para ampará-las e prepará-las para a ascensão dessas enquanto seres livres. Sobre isso, Elaine de Paula (2014, p.188) explana:

> Mesmo com a abolição da escravatura, as crianças moradoras de senzalas continuavam trabalhando nas fazendas e mantinham-se despossuídas das condições básicas de alimentação, moradia, saúde e educação. Não havia política de Estado voltada à formação escolar das crianças pobres e desvalidas, o que acentuava sobremaneira sua miserabilidade.

A vida fora das senzalas também não era diferente. Jovino (2015) cita Fraga Filho (1996), cuja pesquisa buscou estudar o cenário urbano em Salvador, no século XIX. Em seu trabalho, o autor nota a presença marcante de meninos negros nas ruas das cidades e reflete:

> A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para gerações mais novas de livres e libertos. Especialmente para os meninos negros, a escravidão continuava a impor-lhes papéis subservientes e serviçais. Nas tendas dos mestres de ofício, por exemplo, eram submetidos à rigorosa disciplina, a castigos corporais e a tarefas estafantes (FRAGA FILHO, 1996, p.112 apud JOVINO, 2015, p.205).

Apesar das dificuldades vivenciadas por essas crianças, Jovino (2010) não anula a existência de um sentimento de infância negra. Através da análise de gravuras e fotos do século XIX, a autora contrapõe os escritos de Philippe Ariès (1986), cuja análise limitou-se ao estudo da criança branca e europeia, e apresenta sinais de uma infância negra no Brasil do século XIX em seu trabalho.

Tendo como base pinturas de Debret e retratos de Militão Augusto de Azevedo, Jovino (2010) conseguiu postular o lugar que essas crianças ocupavam em sociedade, a forma como eram vistas pelos senhores, estrangeiros e pela própria comunidade da qual faziam parte. Também chega à conclusão de que a dureza da escravidão não impediu uma infância ausente de brincadeiras. A autora expõe como a rua foi um espaço importante para elas: longe da autoridade dos senhores, crianças[6] poderiam ter um gostinho de independência, brincando com seus iguais e tendo a oportunidade de experimentar posições sociais que fora da rua seriam impensáveis.

Jovino (2010) também identifica certas semelhanças entre as práticas de cuidado existentes na África e nas diásporas africanas. A pesquisadora identificou imagens de mulheres escravizadas carregando seus filhos nas costas, bem como crianças acompanhando adultos enquanto estes trabalhavam. Para ela, estes atos eram vistos como um ato de cuidado, uma forma de manter os filhos por perto enquanto realizavam seus afazeres. Sobre isso, Jovino (2010, p.119) expande:

> Essa forma de cuidar não aparta a criança da rotina dos adultos, pelo contrário, trazer a criança para o seu cotidiano cria a possibilidade de interagir com ela e resguardá-la. Cria uma comunidade em torno dela para que não se perca, não se machuque, ao mesmo tempo que é educada. Perto da mãe e de outros adultos ela aprende outras formas de resistir, de falar, de cantar, de calar, de trabalhar, de sobreviver.

Fruto de uma herança negro-africana, a educação dessas crianças parte de uma perspectiva integradora e coletiva, em que seus cuidados eram compartilhados com todas as pessoas pertencentes à comunidade (JOVINO, 2010). Essa concepção de educação e infância

[6] Crianças livres ou escravizadas que, por conta das funções que desempenhavam (mensageiros, acompanhantes) tinham certa liberdade em ruas de cidades.

também oferecia às crianças um papel ativo, de forma que estas participassem da vida e das atividades daquele grupo. Uma noção muito interessante apresentada por Abramowicz e Oliveira (2010; 2012) era o de que muitas dessas crianças, por serem bilíngues, tornavam-se mediadoras para os escravizados recém-chegados, ensinando-lhes a língua local.

Esses dados históricos ilustram o quanto a experiência da infância é definida por categorias sociais. Criança e infância ocuparam (e de certa forma ainda ocupam) um lugar periférico em sociedade, no entanto, a marca dessa marginalização se faz muito mais presente se relacionada às questões de raça, gênero e classe. No que tange às crianças negras, estas, em particular, lidam com um silenciamento duplo, proveniente não só da questão etária, mas racial.

Segundo Abramowicz e Oliveira (2012), é possível identificar a existência de uma problemática racial a partir dos quatro anos de idade, o que indica que meninos e meninas já passaram por um processo de subjetivação que as levaram a internalizar conceitos relacionados ao que é ser branco e ao que é ser negro. Esse processo, no entanto, ocorre de maneira diferenciada: enquanto crianças brancas apreendem os valores positivos atribuídos a sua cor, crianças negras passam a entrar em contato com uma sociedade que não somente as rejeita, mas as vincula a estereótipos extremamente negativos.

Rotuladas como feias, ruins e perigosas, crianças negras são continuamente preteridas. A escravidão pode ter tido seu fim em 1888, mas as condições de vida de pessoas negras e crianças, em especial, seguem sendo afetadas pelo racismo e pela história escravista em nosso país. Como se não bastasse terem sua autoestima e identidade severamente prejudicadas, a infância dessas crianças também é perpassada pela fome, miséria, violência e dificuldades de acesso à educação.

A título de exemplo, trago uma pesquisa relacionada à situação de pobreza vigente em nosso país. Elaborado pela FGV Social, o Mapa da Nova Pobreza afirma que o Brasil nunca esteve tão pobre: de acordo com o estudo, o contingente de pessoas com renda domiciliar per capita de até 497 reais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, o equivalente a 29,62% da população do Brasil. A nível estadual, a maior proporção de pobres se encontra no Maranhão, com 57,9%. Este relatório não fez um corte de raça, no entanto, se levarmos em conta a relação entre a pobreza e a insegurança alimentar, podemos inferir que a maioria dos pobres no Brasil é preta.

Conforme o II Relatório de Insegurança Alimentar realizado pela Rede PENSSAN, 33 milhões de pessoas no Brasil não têm o que comer. Levando em conta a questão da raça, foi constatado que no início de 2022, a proporção de insegurança alimentar foi maior em

domicílios cujos responsáveis se identificaram como pretos ou pardos: 6 de cada 10 domicílios viviam em algum nível de insegurança alimentar. Em contrapartida, 50% dos brancos tinham segurança alimentar garantida.

Se os adultos em uma família sofrem de insegurança alimentar, é inevitável que seus filhos também sofram. A pesquisa indica que o nível de insegurança alimentar apresenta gradientes de severidade conforme o número de moradores com até 18 anos de idade, atingindo uma proporção de 25% em domicílios que têm três ou mais pessoas com até 18 anos.

Gostaria de apresentar também dados relativos à educação de crianças e jovens negros no Brasil. No entanto, o Censo Escolar mais recente, divulgado em 2022, expôs resultados superficiais, sem um corte específico de raça, o que impediu uma análise mais aprofundada e comparativa sobre a questão. A pesquisa mais recente que trata da desigualdade racial na escola data de 2019 e foi realizada pelo IBGE. Segundo o relatório, que tem como título “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, entre 2016 e 2018 a série de indicadores educacionais da população preta ou parda apresentou melhoras. Contudo, a desvantagem dessa mesma população comparada à população branca continuou evidente.

O relatório contabilizou uma presença maior de crianças pretas e pardas nas escolas, mas esse número decresce com o aumento da idade. Por exemplo: em 2018, praticamente não havia diferenças entre as proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade brancas e pretas e pardas frequentando os anos iniciais de ensino fundamental - 96,5% e 95,8% respectivamente. Já a porcentagem de pretos e pardos entre 18 e 24 anos que concluíram o ensino médio em 2018 foi de 18,3%, enquanto jovens brancos alcançaram a proporção de 36,1%. Associando a renda mensal per capita à educação, foi constatado que quanto mais pobres, maiores são as chances de crianças e jovens negros abandonarem a escola. Segundo o estudo, 42,6% desse grupo estava fora de instituições de ensino.

Quanto a essa ausência de dados recentes relativos à raça, penso que essa omissão pode ser mais um dos sintomas do racismo estrutural em nosso país. No entanto, se levarmos em conta os resultados de quatro anos atrás e compararmos com a situação de pobreza atual apresentada anteriormente, podemos postular que as melhorias notadas num relatório de 2018 podem ter sofrido uma redução considerável, visto os dois anos de pandemia do Coronavírus e a política de retrocessos do governo atual.

Em resumo, esses dados revelam um empobrecimento progressivo do povo brasileiro, que repercute diretamente no acesso à educação e tem como principais vítimas a

população negra e suas famílias, consequência de uma precarização da vida que perdura até os dias de hoje.

Florentino e Góes (2005 apud JOVINO, 2015) ao discorrerem sobre a infância escravizada, refletem sobre o papel cumprido pela infância no escravizado adulto. Segundo os autores: “Todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma criança escravizada produzia um adulto peculiar” (FLORENTINO; GÓES, 2005, p.220 apud JOVINO, 2015, p.216). Considerando o contexto atual, questiono: tal qual a escravização afetou a vida de negros no Brasil colonizado e no Império, de que forma a experiência do racismo afeta jovens negros nos dias de hoje? Quais os desafios enfrentados pela juventude negra em nosso país? Pretendo responder essas perguntas na seção a seguir.

2.3 JUVENTUDE NEGRA COMO ALVO

Jovino (2015) conta que o caminho para a transformação da criança escravizada num adulto escravizado não era fácil, mas relativamente curto. Das pesquisas feitas, pouco foi encontrado sobre uma juventude negra no período escravocrata, algo que pode ser explicado pelo fato de a adolescência ser um construto social recente (BOCK, 2008), bem como uma regalia para brancos. Dito isso, esta seção se ocupará dos desafios atuais da juventude negra no Brasil, sua relação com o racismo e a situação de violência e extermínio que acometem este grupo.

Flores (2016) relata que a violência letal contra crianças e adolescentes não é algo novo, contudo, esta só começa a ser constatada cientificamente a partir das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No que tange o jovem negro, a autora compreende que a violência e a morte que o acomete é expressão de um racismo pulsante, que enxerga o menino preto, pobre e de periferia, não como uma criança ou adolescente, mas como “menor”, como ameaça em potencial, produtor de violência.

Visto que o racismo é a macrocausa dessa violência, Gomes e Laborne (2018) explicam que o caráter ambíguo do racismo brasileiro permite que o mesmo se esconda por trás de questões de classe, pobreza e vulnerabilidade. O certo é que a discriminação racial não é uma consequência da violência que afeta a juventude negra brasileira, ela é a causa: o racismo é violento e produz violência (GOMES; LABORNE, 2018, p.13).

Segundo o Panorama da Violência Letal e Sexual no Brasil (2021), entre os anos de 2016 e 2020 foram registradas 34.918 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes, em que meninos negros foram a maioria das vítimas em todas as faixas etárias.

A pesquisa aponta que entre as crianças e adolescentes mortos entre as idades de 10 e 19 anos de idade, 91% eram meninos e 80% eram negros. Também destacam que quanto mais velhos, a prevalência das vítimas se intensifica: a fase da vida que ocorre a maior parte das mortes é a de 15 a 19 anos.

Gomes e Laborne (2018) explicam que para compreender o extermínio da juventude negra precisamos levar em conta os processos históricos de dominação, as políticas de branqueamento instauradas no Brasil pós-abolição e o grupo que as articula - a branquitude. Segundo as autoras, a realidade social após a abolição da escravatura foi marcada pelo surgimento de grandes bolsões de pobreza, em que uma enorme massa de negros libertos invadiu as ruas do país. Motivo de aflição para a elite branca, uma política de branqueamento foi instaurada, cuja elaboração teve como gênese um sentimento em comum: o medo.

Relacionado ao preconceito e à representação negativa dos negros brasileiros (cujo biótipo era/é associado à criminalidade), Maria Aparecida Bento (2014) expõe que a construção desse medo tem como base os conceitos de narcisismo e projeção. O primeiro opera sobre a ideia de uma superioridade moral, intelectual e estética sobre grupos considerados não-brancos (SHUCMAN, 2012). A branquitude se vê enquanto modelo universal de ser humano, restando aos negros (e indígenas e asiáticos) ocupar o lugar de Outro. A projeção, por sua vez, trabalha com o depósito de todas as mazelas, de tudo que macula o modelo de perfeição branca, para o outro (negro). Bento (2014, p.38) expande:

> Representar o outro como arauto do mal serviu de pretexto para ações racistas em diferentes partes do mundo. A agressividade pôde ser dirigida contra esse inimigo comum (a outra raça) sentida como ameaça, ainda que na maioria dos lugares ela não tivesse nenhum poder. Os sujeitos perdem a capacidade de discernir entre o que é deles e o que é alheio, e então tudo vira falsa-projeção, exterioridade. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Ao projetar os impulsos consegue se livrar deles e, ao mesmo tempo, reagir a eles, como algo que pertence ao mundo exterior. É um tipo de paranoia que caracteriza frequentemente quem está no poder e tem medo de perder seus privilégios. Assim, projeta seu medo e se transforma em caçador de cabeças.

Logo, a união desses dois conceitos tem como objetivo legitimar o ideal de superioridade branca e, consequentemente, justificar a discriminação e violência sofrida pelos negros.

O medo e a projeção ainda são ferramentas de dominação utilizadas pela branquitude - mais do que isso, parecem ter sido intensificadas nos últimos tempos. Em seu artigo, Gomes e Laborne (2018) ponderam acerca dos possíveis motivos que levaram ao aumento da

violência racial que, de acordo com os dados apresentados acima, tem como alvo principal o jovem negro.

Para as autoras, as políticas afirmativas instauradas entre os anos de 2002-2015 causaram grande desconforto aos brancos. A diminuição gradual da desigualdade (ainda muito presente, é preciso destacar), possibilitou a ampliação do acesso e oportunidades à população negra; além disso, esse período foi marcado por uma maior visibilidade pública e política das questões raciais. Diante desse contexto, a juventude negra passou a frequentar espaços antes considerados propriedade privada dos brancos, como shoppings, escolas, aeroportos e universidades. Essa presença, contudo, desafiou o poder e o ideal de superioridade da branquitude. Afinal de contas, como pode um sujeito considerado como suspeito, como criminoso, sair do seu lugar e invadir outros territórios? (GOMES; LABORNE, 2018, p.18). Ameaçados, os brancos se viram obrigados a articular novas formas de minar e subjugar os negros, levantando bandeiras a favor da "meritocracia" e contra as cotas universitárias, instigando uma "segurança" que permite que pessoas negras sejam seguidas em shoppings e corredores de lojas, a ponto de serem acusadas, ainda que sem provas, de furtos.

Esse imaginário social e racial também traz à tona a violência, que por sua vez é liberada e autorizada pelo Estado. O racismo é estrutural e estruturante, e tem presença marcada nas instituições de nosso país:

> As instituições de estado, que historicamente têm o seu alto escalão ocupado por uma classe média e elite medrosas e rancorosas, liberaram e autorizaram a violência, através da força do principal braço armado do Estado, ou seja, a polícia. O legislativo, mesmo que em nível federal tenha sido realizada a CPI que investigou o assassinato de jovens negros, se faz representado majoritariamente pelos setores conservadores, capitalistas, militares, ruralistas e fundamentalistas que justificam o uso da violência proferindo o discurso de que é preciso garantir a segurança pública da população, para as "pessoas de bem" (GOMES; LABORNE, 2018, p.19)

Como se não fosse suficiente, o sistema de justiça ampara e legaliza essas ações, tratando o jovem negro como vilão e potencializando os processos de vulnerabilidade penal e sujeição criminal[7] dessa população (BADY; SILVA, 2019, p. 149). O que nos leva a um dos principais marcadores do racismo institucional: a guerra às drogas.

[7] Segundo Misse (2010), a sujeição criminal é um processo social que rotula certas pessoas a um determinado tipo social, especificamente como criminosos ou criminosos em potencial. O autor explica: "O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como "bandido", o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer "especial", aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa" (p.17). Visto

Pablo Nunes, em uma reportagem para a Revista Piauí em agosto de 2022, declara: "a guerra às drogas é álibi para moer gente preta". O termo "guerra às drogas" foi criado nos Estados Unidos durante a década de 1970, cuja visão proibicionista buscava associar o uso de drogas ao desvirtuamento moral e o aumento da violência. No entanto, no Brasil esse conflito possui um contexto diferente, em que o inimigo não são as substâncias psicoativas per si, mas uma população específica: o negro pobre de periferia.

De acordo com o Relatório "Raio X das ações policiais" da Rede de Observatórios da Segurança, foram registrados, num período de dois anos, 20.243 ações policiais em cinco estados[8] do país. Desse número, a guerra às drogas foi a justificativa central das políticas de segurança pública no Brasil: das mais de 20.000 ações policiais, 23% têm como foco o combate ao tráfico de drogas. No que se refere ao número de ações policiais com registro de morte, foram contabilizadas 1989 mortes em operações e patrulhamentos - o que, segundo a Rede, não representa a totalidade dos eventos graves no cotidiano da população com as polícias. A verdade é que não há nenhuma fonte que contabilize e analise as ações de policiamento, o que indica que não há nada que controle o trabalho policial nas ruas.

A polícia, que diz lutar contra o tráfico de drogas, tende a atuar majoritariamente em territórios racializados como favelas e periferias. No entanto, compreende-se que o grande comércio de drogas tende a ocorrer fora desses locais. Então por que seus moradores são os que mais sofrem com a violência policial? Nunes (2022) argumenta que:

> A guerra às drogas é o grande pretexto que mantém as polícias atuando de maneira descoordenada, com violência, preocupada com o varejo do tráfico de drogas, enquanto aqueles que se ocupam do atacado seguem em paz em apartamentos de alto padrão nos bairros mais ricos do Brasil. [...] Não vemos todos os dias policiais invadindo apartamentos no Leblon, nos Jardins em São Paulo à procura de jovens que fazem delivery de maconha, cocaína e outras substâncias. O que vemos todos os dias são corpos de jovens negros sendo empilhados, vestindo bermudas e chinelos, mortos em vielas de bairros mais pobres das cidades.

O que o autor denuncia é o fato de que não é o tráfico de drogas o alvo das ações policiais - é o negro. Em sua reportagem, o autor indica que não existirá democracia plena enquanto vigorar a lógica da guerra às drogas, enquanto o extermínio de pessoas negras continuar sendo justificado como estratégia de segurança pública. Que tipo de política de segurança pública é essa que não protege, que mata?

---

que "bandido" e "negro" são termos complementares em nossa realidade social (e racista), não é difícil inferir que a principal vítima de sujeição criminal seja a pessoa negra.

[8] Foram analisados os seguintes estados: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. O Maranhão ingressou na Rede em agosto de 2021, mas não foi incluído no boletim por ainda não ter completado um ano de monitoramento.

O certo é que a guerra às drogas é uma estratégia necropolítica. Jovens negros carregam consigo uma corporeidade que persiste em enxergá-los como inferiores, violentos e perigosos, sendo o homicídio dessa juventude a expressão máxima de sua exclusão e desvalorização enquanto pessoas. É quase como uma nova forma de eugenia, uma nova tática de controle social e racial, visto que a primeira tentativa de branqueamento do país falhou. Esse extermínio - nomeado de genocídio pelo Movimento Negro - é motivo de preocupação diária para a população negra, que vê sua cor estampada nos jornais e sua morte naturalizada, ignorada.

E o que dizem as famílias desses jovens? Gomes e Laborne (2018) reproduzem a fala de uma mulher negra militante que afirma: “ser mãe de um jovem negro, hoje, é operação de alto risco”. Mais do que educar e cuidar, essas mulheres devem lidar com uma discriminação que incide não somente sobre elas, mas sobre seus filhos. É uma experiência de maternagem particular, marcada pelo medo, pela iminência da perda.

Gomes e Laborne (2018) concluem:

> Apesar de serem vítimas do extermínio, os jovens negros se recusam a ocupar esse lugar. O lugar de vítima é o lugar da morte. E a morte tem sido um algoz da população negra e pobre brasileira. E dos jovens negros. Eles querem viver. A morte sempre esteve ao lado da população negra desde a infância. Morte e racismo. Morte e violência. Os jovens negros buscam um sentido ético em sociedade. E por isso, constroem alternativas de viver (p.22).

Durante séculos, a população negra buscou formas de fortalecimento, resistência e existência. Como se fazer presente num mundo que silencia os seus? Que alternativas de viver são construídas por famílias negras, especificamente suas mães? Discutirei a interface da maternagem e família negra com o racismo e suas formas de (re)existência nas seções a seguir.

2.4 BREVE HISTÓRICO DA FAMÍLIA NEGRA NO BRASIL

Falar sobre maternagem e família negra através do viés da Psicologia Social é reconhecer a importância de compreender esses conceitos enquanto fenômenos que fazem parte de um contexto histórico e social, passível de transformações ao longo do tempo. Segundo Rodrigues (2019), esses dois construtos são interdependentes, visto que muito do que se entende como maternidade está vinculado à construção histórica de família. Um exemplo importante dessa conexão é o fato de que a partir do século XVIII, o lugar social de homens e mulheres transformou-se devido ao início da industrialização e a formação da

sociedade capitalista, de forma que o "objeto" família passou a assumir uma nova configuração (GEBARA, 2014; DAVIS, 2016).

Nessa nova família, a ideia de identidade individual, do privado e da família nuclear são construídas, o feudalismo é substituído pela burguesia e a criança passa a ocupar um lugar central nesse sistema. Relacionado ao que Philippe Ariès (1986) chama de sentimento de infância, os filhos passaram a ser reconhecidos enquanto figuras que precisavam ser preservadas e cuidadas para desenvolverem-se bem, uma vez que elas, quando crescessem seriam o fio de continuidade de suas famílias, bem como futura força de trabalho (RODRIGUES, 2019).

Para atender essa nova exigência social, a mulher foi convocada ao papel de cuidadora: confinada à esfera doméstica, ela deveria tornar-se uma mãe amorosa e protetora, assim como esposa e dona de casa dedicada (DAVIS, 2016). Rocha-Coutinho (1994, p.29 apud GEBARA, 2014, p.206) explica que a partir daí a mulher passa a viver em função do amor: "[...] amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior - o mundo do trabalho -, que deveria ficar sob o encargo do homem". Em síntese, era um discurso voltado a um ideal de feminilidade e à natureza instintiva e biológica do amor materno.

O Brasil Colônia importou e reproduziu esse modelo hegemônico com algum sucesso; no entanto, é preciso destacar que esse ideal de família tradicional em nada representou a realidade da maioria das famílias brasileiras, em especial as negras. Fato é que pouco se sabe sobre elas. Pesquisadores como Andrade (2021), Mattoso (1988; 2003), Oliveira (1979) e Reis (2007) tentaram delinear a história dessas famílias, buscando ir de encontro às concepções existentes no pensamento social brasileiro, que caracterizavam as famílias negras como instáveis, promíscuas e ilegítimas.

Segundo os autores, a escravidão afetou diretamente a configuração dessas famílias. No que Oliveira (1979) chama de "família parcial", as famílias negras no período do Brasil Colônia e no Império eram compostas, em sua maioria, por mães e seus filhos. Mattoso (1988) reforça esse dado, apontando que entre o período de 1870 e 1874, dos 85 batismos registrados em Salvador-BA, todos são de crianças ilegítimas. A verdade é que o casamento não dava qualquer privilégio[9] aos casais confirmados pelo sacramento religioso, pois esse

[9] Algo que só mudou com a Lei do Ventre Livre e o Fundo de Emancipação. Segundo Mattoso (2003, p.127): "a legislação ao casamento de escravos aparece tardiamente: em 1869, decreta a interdição da venda em separado de escravos casados; a lei do "ventre livre" de 1871, liberta todos os nascituros e interdita a separação de pais e filhos com menos de 12 anos de idade. Por fim, o fundo de emancipação criado em 1872 para libertar escravos dá prioridade aos casados".

direito civil não impedia o senhor de separar famílias[10], vendendo ou doando separadamente pais e filhos. Portanto, a união livre e o concubinato tornaram-se regra, substituindo assim a poligamia original da cultura africana (MATTOSO, 2003; REIS, 2007).

Mas casados ou não, os filhos continuavam a nascer. Fruto de relações passageiras ou do estupro cometido pelos senhores, as famílias negras escravizadas geralmente não tinham pai, de forma que a família da criança passa a ser o conjunto da comunidade de escravizados. Mattoso aponta que (2003, p.128): "as solidariedades que buscam os escravos são encontradas fora da vida familiar nuclear, e a criança de pai ausente procura, junto à sua mãe e no seio do grupo de escravos os apoios necessários ao desenvolvimento de sua personalidade". Dessa forma, relações de compadrio e apadrinhamento eram primordiais para formação de vínculos afetivos e de assistência, uma vez que:

> A escolha do padrinho e da madrinha é o resultado de estratégias de promoção social bastante parecidas àquelas encontradas entre os livres e libertos, porque a responsabilidade dos padrinhos perante as crianças alarga-se também à mãe desta, que se tornará comadre. O compadrio consolida e estende os indispensáveis laços de solidariedades que permitem aos escravos sobreviver no meio de uma sociedade hostil e, às vezes, se libertar[11] (MATTOSO, 1988, p.51-52).

No que tange às famílias de negros libertos, algumas especificidades precisam ser destacadas. Antes visto como algo desnecessário, o casamento passa a ser uma oportunidade de estabelecer relações de apoio mútuo e camaradagem, em que tanto o homem quanto a mulher eram responsáveis pelo patrimônio e manutenção do casal, que "relegados socialmente encontravam na sociedade conjugal um mínimo de apoio no presente e segurança no futuro, além de preservação étnica e cultural" (OLIVEIRA, 1979, p.118). Nessa mesma perspectiva a autora situa os filhos que, legítimos ou naturais, também representavam um apoio seguro na velhice.

Mas os casamentos, é preciso ressaltar, continuavam a ser uma raridade na época, de forma que a mulher negra continuava sendo uma figura central na configuração familiar brasileira. Responsáveis pela subsistência dos filhos, as mulheres negras, livres e libertas, tiveram sempre que buscar meios de garantir o sustento delas e dos seus: além da comercialização de alimentos que elas mesmas cultivavam, as mulheres negras também eram

[10] Andrade (2021) em "Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)" desbanca a ideia de que havia um mercado de famílias escravizadas. O autor aponta que as "transações com famílias nucleares englobavam cerca de 10% dos cativos negociados no período. Números que crescem para 22% se a eles agregarmos as mães solteiras e seus filhos" (p.98). De acordo com essa linha de pensamento, se 22% dos escravizados foram vendidos junto de suas famílias, 78% tiveram seus laços familiares rompidos.

[11] Mattoso (2003) confirma isso ao fazer uma análise quantitativa de testamentos, em que madrinhas e padrinhos - já alforriados - demonstraram preocupação com afilhados que ainda permaneciam no 'cativeiro', deixando-lhes heranças em dinheiro, de forma que pudessem contribuir para a compra de sua liberdade.

empregadas em outros serviços. Reis (2007) apresenta em sua tese um dado que considero importante compartilhar, pois ele reflete muito da realidade atual da mulher negra brasileira no mercado de trabalho.

De acordo com um edital da polícia baiana de 12 janeiro de 1839, os salários dos "africanos livres" estavam regulados da seguinte maneira: "por homens 30$000rs, mulheres 25$000rs, tendo estas crias até a idade de 8 annos 20$000rs, os menores de 12 annos serão dados pelo sustento e vestiario, os maiores de 12, e menores de 18 ganharão 16$000rs" (p.130). A partir desse edital, a autora constatou uma diferença de gênero na regulamentação dos salários a serem pagos, bem como uma depreciação da mão-de-obra feminina: as mulheres não somente receberiam 5$000rs (cinco mil réis) a menos que os homens, mas aquelas que tinham filhos menores de oito anos de idade tinham uma redução significativa no salário, atitude que denota a intencionalidade de responsabilizar as mulheres pelo sustento dos filhos que ainda não podiam assumir uma rotina de trabalho (REIS, 2007, p.131).

Essas pesquisas buscaram elucidar a experiência de famílias negras durante o período escravocrata no Brasil, apresentando suas dificuldades, particularidades, bem como as tentativas constantes de manter e formar laços familiares e de solidariedade num ambiente que as isolavam e as relegavam socialmente. Interessante notar como muitos dos elementos que caracterizavam essas famílias enquanto desestruturadas e instáveis eram, na verdade, consequências diretas da escravidão. Apesar disso, essa correlação passou despercebida por muitos, especialmente para os estudiosos da Sociologia e Antropologia do século XX, o que fez com que vários trabalhos da época acabassem colaborando para a manutenção de um imaginário social extremamente negativo acerca da família negra brasileira.

Dentre eles, Gebara (2014) e Rodrigues (2019) mencionam duas vertentes que tiveram grande destaque no que se refere à construção e propagação da concepção sobre pessoas e famílias negras no pensamento social brasileiro por meio de suas obras, a saber: Gilberto Freyre, com seu livro "Casa Grande e Senzala"; e "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", de Florestan Fernandes. O primeiro dá origem ao mito da democracia racial, em que romantiza a escravidão e estabelece uma visão estereotipada da população negra; o segundo, por sua vez, reconhece as dificuldades enfrentadas pelos negros no Brasil que, com o fim da escravidão foram excluídos da sociedade de classe e, posterior à urbanização e industrialização no país, passaram a ser vistos como cidadãos de segunda classe (GEBARA, 2014). No entanto, apesar de evidenciar a desigualdade entre negros e brancos e a dificuldade de integração social dos primeiros, Fernandes não é muito melhor que Freyre em suas análises: nelas, o autor patologiza e culpabiliza o negro ao falar sobre o "estado

sociopático" da família negra[12] e sua "relação" com o número de mães solteiras, precariedade de moradia, subemprego e dificuldades de seus filhos na escola - associações que acabaram sendo reforçadas pela mídia e por outras áreas de conhecimento como a Educação e a Psicologia, que por muito tempo insistiram em culpabilizar a família negra por seus insucessos.

A partir do que foi dito acima, é possível concluir que o impacto da escravidão e a repercussão desta nos séculos seguintes afetaram e continuam a afetar não somente a família negra como um todo, mas a mulher negra em particular. Vista por Freyre como ora amável, ora cuidadora, ora prostituta, a imagem da mulher e do feminino não se aplicavam à mulher negra, ao contrário - o sistema escravista promoveu seu trabalho e exploração: eram trabalhadoras do eito, mucamas, criadas pessoais de famílias e amas-de-leite; eram costureiras, lavadeiras, engomadeiras e, após um dia de trabalho pesado na casa grande, ainda cabia-lhes o cuidado dos próprios filhos (JOVINO, 2015; GONZÁLEZ, 2020). Tratadas como meras reprodutoras, incubadoras para a geração de outros escravizados (hooks, 1995 apud FERNANDES, 2016), o sistema escravista desumanizou o corpo da mulher negra - vítima frequente de violências e abusos sexuais - e também negou a ela a experiência de uma maternidade e vida familiar dignas. Aos olhos dos senhores de escravizados, elas não eram mulheres, mães, nem esposas, mas propriedade.

Apesar do fim da escravidão e de algumas mudanças nas relações sociais, a situação da mulher negra, hoje, ainda traz aspectos que se assemelham ao período escravista. Lélia González explica (2020, p.181):

> Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto de violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima de alcoolismo.

Também não podemos deixar de adicionar que os filhos dessas mulheres mães também são vítimas da violência e racismo estrutural, algo que afeta diretamente suas experiências de maternagem.

Diante dessas considerações históricas, é possível traçar agora uma espécie de comparativo ao que foi apresentado no início desta seção. Enquanto a mulher branca se viu confinada ao ambiente doméstico, ao ideal de feminino e fragilidade que, posteriormente, a

[12] Essa nomeação me remete ao que Guerreiro Ramos chama de "patologia social do 'branco'". Em sua tese, Shucman (2012) fala sobre o sociólogo, que foi o primeiro a questionar os estudos sobre o negro feitos pela sociologia e antropologia brasileiras, explicando que para o autor, "também faz parte dessa mesma patologia social do "branco" a maneira como se estudam as relações raciais no Brasil, em que apenas o negro se tornou tema e objeto das investigações - negro como objeto de estudo e não sujeito" (p.21).

fez criar e participar de movimentos feministas em busca de autonomia, direito ao voto e ao trabalho, a mulher negra, por sua vez, teve uma experiência histórica diferenciada do discurso clássico sobre a opressão da mulher. Sueli Carneiro (2011) aponta que mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis, e o trabalho nunca foi algo a ser conquistado, visto que estas fazem parte de um contingente de mulheres que sempre trabalhou e foram exploradas por isso. São mulheres que foram coisificadas, hiperssexualizadas e que ainda hoje sofrem com uma convergência de opressões econômicas, políticas e ideológicas.

É impossível desvencilhar a experiência de ser mulher e mãe às desigualdades e privilégios de gênero, raça e classe, bem como do contexto histórico e social desse país, ainda tão marcado pela colonialidade. Na seção seguinte pretendo fazer um apanhado acerca da experiência da mulher mãe negra no Brasil, seus desafios, demarcar seu espaço e sua potência diante de uma sociedade que insiste em confiná-la a zonas de ausência (FANON, 2020; KILOMBA, 2019).

2.5 MULHER, MÃE E NEGRA

Ser mulher negra no Brasil e, julgo dizer, em muitas partes do mundo, é viver numa posição histórica de ausência. À margem da raça e do gênero, mulheres negras estão em dupla "desvantagem", visto que não são brancas nem homens, de forma que suas realidades são negadas por "todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno: a branquitude como condição para entrar no pensamento feminista e a masculinidade para integrar o pensamento social e político negro" (COLLINS, 2019, p.59). Em síntese, são impedidas de serem *sujeitos*.

Além das opressões de raça e de gênero, mulheres negras também são atravessadas por estruturas de classe. A "Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida brasileira", publicada pelo IBGE em 2021, ao avaliar as taxas de pobreza e extrema pobreza no país, faz um corte de gênero e raça: segundo o estudo, 7,4% entre pretos e pardos eram extremamente pobres (contra 3,5% entre brancos) e 31,0% eram pobres (contra 15,1% entre os brancos). Na análise combinada de sexo e cor ou raça, foram as mulheres pretas e pardas que apresentaram maiores incidências de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%).

A pesquisa também relacionou o nível de pobreza ao arranjo domiciliar. Em casas em que mulheres pretas ou pardas são provedoras, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos de idade, esse grupo concentrou a maior incidência de pobreza. De acordo com o estudo, o arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas como responsáveis, sem cônjuge

e com filhos menores de 14 anos de idade foi o que alcançou maior incidência de pobreza. Segundo o estudo, 17,3% dos moradores desses arranjos tinham rendimento domiciliar per capita inferior a US$ 1,90 e 57,9% inferior a US$ 5,50[13].

O alto índice de pobreza da mulher negra se relaciona também a sua situação no mercado de trabalho. Conforme a pesquisa "Potências (in)visíveis: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho", desenvolvido pelas organizações Indique uma Preta e a Box 1824 no ano de 2020, é revelado que apesar de serem o maior grupo demográfico do país, as mulheres negras encontram-se na base da hierarquia social, possuindo uma média salarial 70% menor que a de homens brancos. Quando comparado o rendimento médio por hora de trabalho com o de mulheres brancas, conclui-se que enquanto as últimas ganham 17 reais por hora, mulheres negras recebem apenas 10 reais por hora de trabalho.

Foco na questão econômica porque percebo o quanto ela é crucial na vida da mulher negra, especialmente quando levamos em conta sua relação com a maternidade. É fato que o ideal tradicional de família não abrange a experiência negra e que trabalho e família nunca funcionaram como campos dicotômicos, especialmente para mulheres negras (COLLINS, 1994). Diferente da grande maioria de mulheres brancas, mulheres negras precisam combinar o trabalho com o exercício materno, algo que há séculos têm impactado o cuidado de seus filhos. Acho importante demarcar isso porque muito se fala da figura da "mãe preta", tão presente nos livros de história brasileiros, mas fato é que essas mulheres escravizadas ocupavam uma posição singular: eram mães, mas não podiam cuidar dos seus; sua maternidade era negada em prol da criação dos filhos de seus senhores. Sobre isso, Giacomini (1988, p.57 apud PASSOS, p.304) expande:

> A existência de mães-pretas revela mais uma faceta de expropriação da senzala pela casa grande, cujas consequências inevitáveis foram a negação da maternidade da escrava e a mortalidade de seus filhos. Para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. A proliferação de nhonhôs implicava no abandono e na morte dos moleques.

Passos (2021) argumenta que o potencial produtivo da mulher negra continua a agir em detrimento de seu potencial reprodutivo, de forma que a possibilidade de ser mulher e mãe lhe são sistematicamente negadas. Mas apesar desse contexto de opressão interseccional,

[13] Segundo a pesquisa: "Para fins de comparação internacional, o Banco Mundial (World Bank) utiliza três linhas de pobreza a depender do nível de renda dos países. A linha de extrema pobreza está fixada atualmente em US$ 1,90 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, PPP, purchasing power parity), a preços internacionais de 2011 e ancorada nas estimativas de pobreza dos países mais pobres do mundo. Considerando que quanto maior o nível de renda média dos países, maior deve ser a linha de pobreza para que essa mantenha correspondência com o nível de rendimento médio (ou padrão de vida médio) daquela população, o Banco Mundial recomenda o uso das linhas de US$ 3,20 para países de renda média-baixa e US$ 5,50 para países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence com mais 46 países.

mulheres negras ainda batalham para serem boas mães. Patricia Hill Collins, socióloga afro-americana, dedicou muito dos seus escritos ao estudo da experiência da maternidade negra e utilizou um termo importante para defini-la: *motherwork* ou trabalho materno, em tradução livre.

O'Reilly (2014), ao analisar os textos de Collins (1994), explica que o trabalho materno associa-se ao cuidado, ao amor e à maternagem no geral. Para a socióloga, a escolha em definir maternagem enquanto trabalho materno tem motivações sociopolíticas, uma vez que quando a experiência subjetiva da maternagem está diretamente relacionada ao contexto sociocultural de raça, não é possível desvinculá-la dos cenários de dominação racial e exploração econômica que as atinge (COLLINS, 1994; O'REILLY, 2014).

Também é uma nomenclatura que questiona a terminologia e metodologia feministas clássicas (brancas) que falam sobre maternagem. Collins (1994) destaca que no início do movimento feminista, mulheres brancas enxergavam a maternidade como um lócus de opressão, algo que para a autora, nunca foi pensado por mulheres negras, ao contrário - opressão era racismo, pobreza, não maternidade. O'Reilly (2014, p.98) explica:

> Escritos feministas preocupavam-se com a perda da identidade das mulheres ao tornarem-se mães e argumentam que para lutar contra isso, essas mulheres deveriam viver para além da maternidade, de forma que pudessem manter uma identidade autônoma, separada do maternar. Em contraste, o que as mulheres não-brancas lutam é por mais tempo com seus filhos. Forçadas a trabalhar fora de casa, geralmente como empregadas domésticas, essas mães ficam longe dos filhos por dias, meses e até mesmo anos. O que elas querem é reivindicar suas identidades enquanto mães e cumprir esse papel para seus filhos (tradução minha).

A disparidade no que tange a experiência de maternagem branca e negra fez com que Collins (1994) trouxesse à tona algumas preocupações que caracterizavam/caracterizam a experiência de quem ela chama de *racial ethnic mothers* ou mães não-brancas, em tradução adaptada. Dentre elas podemos citar: 1) poder manter seus filhos com você; 2) a sobrevivência desses filhos; 3) ensiná-los a viver e resistir em um mundo racista; 4) oferecer conhecimentos que promovam a construção de suas identidades e ensinem sobre sua história; 5) ativismo social e comunitário em favor de todas as crianças de sua comunidade (COLLINS, 1994; O'REILLY; 2014).

Essas preocupações evidenciam o quanto o trabalho materno de mulheres mães negras é particular à sua vivência de gênero e raça. Nas seções seguintes pretendo expandir sobre algumas dessas questões, bem como introduzir tópicos dos quais considero complementares a esse estudo.

2.5.1 TRABALHO MATERNO E SOBREVIVÊNCIA

Collins (1994) argumenta que a sobrevivência física dos filhos é vista como algo natural e garantido para famílias brancas e de classe média; segundo a autora, suas preocupações tendem a direcionar-se unicamente ao bem-estar emocional e psíquico de seus filhos. O mesmo não pode ser dito de mulheres mãe negras, uma vez que a vida dessas crianças e jovens são sistematicamente desvalorizadas, de forma que questões como mortalidade infantil, violência e pobreza são fatores que incidem diretamente na preservação da vida destes indivíduos.

Relacionado a isso, O'Reilly (2014) apresenta o conceito de *preservative love* (ou amor preservador em tradução literal) cunhado pela filósofa feminista Sara Ruddick. Para além da prática materna tradicional, usualmente composta por cuidado, carinho e educação, *preservative love* é um amor que se fundamenta na preservação da vida dos seus filhos, se fazendo presente, em particular, no trabalho materno de mulheres mães negras e pobres. A autora destaca que mulheres negras criam seus filhos em uma sociedade que é, no mínimo, indiferente às necessidades de crianças negras, portanto, "o foco da maternidade negra, tanto no campo teórico quanto no prático, deve ser a preservação, proteção e empoderamento de crianças e jovens negros, de forma que possam resistir a práticas racistas que buscam prejudicá-los e tornarem-se adultos felizes e saudáveis" (O'REILLY, 2014, p.100, tradução minha).

2.5.2 TRABALHO MATERNO E PODER

Em seu artigo "*Shifting the Center: Race, class and feminist theorizing about motherhood*" [Mudando o Centro: Raça, classe e teorização feminista sobre a maternidade] (1994), Collins explica que centralizar teorias feministas apenas nas preocupações de mulheres brancas de classe média significa ignorar duas questões primordiais no que diz respeito às disparidades entre mulheres brancas e negras, sendo elas: a presunção de que existe um grau relativo de segurança econômica para mães e filhos independente da raça; e a ideia de que todas as mulheres têm o privilégio racial de serem vistas enquanto sujeitos em busca de autonomia, em vez de membros de um grupo racial que luta por poder (p.48, tradução minha). Em suma, Collins (1994) critica a ignorância de mulheres brancas que acreditam estar no "mesmo barco" que mulheres negras no que diz respeito a discriminação

de gênero, desconsiderando assim o caráter interseccional das opressões vivenciadas pelas últimas.

É inevitável não falar de poder quando se discute raça, e esse poder - ou a falta dele - assume um caráter definidor na experiência de maternagem de mulheres mães negras, que são afetadas não só pelo racismo e sexismo que as aflige, mas pelo racismo sofrido por seus filhos e a combinação do racismo e sexismo sofrido por suas filhas. Dito isso, Collins (1994) traz à tona alguns temas dos quais considera relevantes para a discussão acerca do trabalho materno e sua relação com o poder. Dentre eles, podemos destacar a questão da separação materna, seja ela física ou psicológica.

Como foi apresentado na seção anterior, a escravidão foi um período que afetou diretamente a formação de laços familiares. Como manter, criar e educar seus filhos quando a vida destes era controlada por seus senhores? Seja no período da escravidão, seja nos dias de hoje, manter e criar seus filhos é, ainda, uma questão de poder.

Durante meu período de estágio obrigatório na 1ª Vara da Infância e Juventude, trabalhei com habilitações para adoção, casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como situações de guarda e tutela destes. Dito isso, casos de destituição do poder familiar eram recorrentes naquele trabalho. Não posso enumerar o número de vezes em que li o termo "busca e apreensão" relacionado a crianças e adolescentes em autos judiciais - era comum crianças e adolescentes serem "buscados" e "apreendidos" de seus lares pelo Conselho Tutelar. Não julgo as motivações - pois em muitos dos casos compreendo que a saída destas de suas casas era essencial para a manutenção de sua segurança e saúde -, mas a nomenclatura: busca e apreendem-se *coisas*, não *pessoas*. Além disso, acho digno de nota o fato de que a maioria dos casos de separação familiar se dava em famílias pobres, pretas ou pardas.

Lembro de ter discussões com minha supervisora de estágio, que compartilhava das mesmas observações. Também lembro dela ter feito um questionamento do qual penso ser importante partilhar neste trabalho: seria a Vara da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar capazes de fazer essas mesmas "buscas e apreensões" em crianças e adolescentes brancos de classe média, de retirá-los de suas casas, de suas famílias e levá-los a serviços de acolhimento?

A questão da retirada compulsória de bebês também é um fator relacionado ao poder. Passos (2021), ao analisar uma pesquisa nacional sobre o uso de crack realizada pela Fundação Oswaldo Cruz em 2014, constatou que a maioria das mulheres que fazem uso

prejudicial de crack não são brancas, representando 78,56% das mulheres pesquisadas. No que tange a saúde reprodutiva destas a autora explica que:

> Conforme apresenta Vaz et al. (2014, p.16), na cidade do Rio de Janeiro, de 53 mulheres identificadas, entre janeiro e julho de 2013, como usuárias de crack e em situação de rua e que foram atendidas em maternidades, apenas 14 saíram do hospital com seus filhos. As demais 39 foram afastadas deles, encaminhadas para abrigos (19), outros familiares (10), adoção (4), dentre outros (PASSOS, 2021, p. 307).

Em resumo, a pesquisa indica que a maioria dessas mulheres mães foram impedidas de manter seus próprios filhos.

Antes de concluir esse tópico, considero importante reiterar que o que questiono não é necessariamente os fatores que levam a separação dessas mães de seus filhos, mas a discrepância de tratamento se comparada a experiência de mulheres brancas. Collins (1994) acerta ao dizer que poder manter os filhos e poder criá-los é empoderador, especialmente quando existem esforços sistemáticos de grupos dominantes de controlar a vida dos seus. Dito isso, diante do que foi apresentado acima, podemos concluir que a separação materna está intimamente ligada à condição de cor e, consequentemente, poder.

2.5.2.1 TRABALHO MATERNO E CORPO

Patricia Hill Collins, ao falar sobre o trabalho materno e poder, também menciona a falta de controle de mulheres negras sobre seus corpos, apresentando questões relacionadas a situações de violência sexual e ao querer ou não ter filhos.

Segundo o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), ao longo da última década (2012-2022) 583.156 pessoas foram vítimas de estupro e estupro de vulnerável no Brasil, de acordo com registros policiais. A proporção identificada pela pesquisa indica que 24,5% da população brasileira são vítimas de estupro e 75,5% são vítimas de estupro de vulnerável. No que tange o sexo dessas vítimas, 88,27% são mulheres, sendo 52,2% delas negras.

Nos casos de gravidez decorrente de estupro, a vítima tem direito a interrupção da gestação conforme previsto em lei, mas sabemos que na prática não é isso que acontece[14]. A questão do aborto e sua criminalização é algo vigente em nosso país e que precisa ser avaliado para além dos confins da violência sexual.

[14]Vide o caso de uma menina de 11 anos que após estupro foi impedida de realizar o aborto legal: <https://catracalivre.com.br/cidadania/menina-de-11-anos-engravida-apos-estupro-e-e-impedida-de-fazer-aborto-legal/>.

Passos (2021), ao discorrer sobre a questão do aborto no Brasil avaliou que o mesmo é comum entre as mulheres brasileiras, e que a taxa de sua realização é mais alta entre as negras (pretas e pardas), amarelas e indígenas. A autora cita o trabalho de Casseres (2018), que analisou 42 ações penais que estavam relacionadas ao artigo 124 do código penal brasileiro que tratam do aborto realizado pela pessoa ou por consentimento de outro. Passos (2021) explica que:

> A autora dividiu sua análise em dois grupos: o primeiro era composto por 20 mulheres que realizaram aborto sem assistência, sendo que o perfil racial dessas jovens era de 60% de negras, com idade entre 18 e 36 anos na data dos fatos, e o segundo concentrou as 22 mulheres processadas por terem sido atendidas em clínicas clandestinas. Destaca-se que apenas em uma das clínicas clandestinas não havia profissional com formação médica. O perfil compreendia mulheres de 19 a 40 anos, sendo 53% brancas, 75% cursaram o ensino médio e a proporção de atendidas pela Defensoria Pública foi menor que o primeiro grupo (p.306).

Com isso, Casseres (2018, p.81 apud PASSOS, 2021, p.306) conclui que renda e raça "são decisivos no enfrentamento do estigma imposto pela incriminação do aborto e gestão dos recursos disponíveis para que os dois grupos de mulheres submetidas à ilegalidade penal possam proteger suas próprias vidas".

Nas seções anteriores, falei sobre casos de separação materna e a importância de mães poderem manter e criar seus filhos. Contudo, considero igualmente importante discutir acerca do direito reprodutivo das mulheres e sua relação com a criminalização do aborto. Penso ser essencial desvencilhar o aborto de questões morais - ele é uma questão social, de saúde pública. Independente de opiniões alheias, mulheres continuarão realizando abortos, e enquanto mulheres brancas de classe média podem realizá-los de forma segura mediante altos pagamentos, mulheres negras pobres, para realizar o procedimento submetem-se a situações de insegurança que podem levá-las à morte[15]. Não é sobre achar certo ou errado, mas oferecer às mulheres, sejam elas brancas, pretas, amarelas ou indígenas, o direito de realizar esse procedimento de forma assistencializada e segura.

Para além dessas questões, também julgo importante falar, ainda que de forma breve, sobre a violência obstétrica no país. Entre 2011 e 2012, a Fiocruz realizou a pesquisa "Nascer no Brasil", em que fez um inquérito nacional sobre parto e nascimento. A partir dela, foi identificado que mulheres negras configuram 65,9% das mães que sofrem de violência obstétrica (LANSKY et al., 2014); também são elas que possuem maior risco de ter um pré-

[15] Numa reportagem da Folha de São Paulo divulgada em julho de 2018, as jornalistas Cláudia Colucci e Júlia Barbon discutem acerca do caráter desigual dos riscos do aborto no Brasil, demarcando que enquanto as taxas de óbito causados por aborto em mulheres brancas é de 3 a cada 100 mil nascidos vivos, entre as mulheres negras o número sobe para 5. A reportagem pode ser lida através do link a seguir: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/desigualdade-pela-renda-e-cor-da-pele-e-exposta-em-abortos-de-riscos-no-pais.shtml.>.

natal inadequado, visto que realizam menos - e mais rápidas - consultas obstétricas do que o indicado pelo Ministério da Saúde (CURI et al., 2020, p.162).

No artigo intitulado "A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS", Curi et al (2020) destacam que a violência obstétrica é reconhecida como uma questão de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde desde 2014, sendo capaz de incidir de formas variadas sobre as mulheres e seus corpos, em especial as negras. Segundo as autoras, mulheres negras são:

> Mais estereotipadas, as mais excluídas, aquelas que sempre "suportam mais dor", segundo premissas racistas disfarçadas em científicas, são as mais violentadas, as que, por suportarem mais, não recebem anestesia (ou recebem demais), são as que mais morrem. Suas narrativas e vontades são negligenciadas pelos profissionais de saúde – e pelas pesquisas. Suas mortes são possivelmente evitáveis. Elas são perseguidas, esterilizadas, criminalizadas e mortas – preço pago pelas suas escolhas –, na exata medida que em seus corpos, duas categorias que se apresentam interseccionadas. São mulheres e pretas! (CURI et al, 2020, p.163).

As autoras concluem que a violência obstétrica não pode ser compreendida através de uma lógica que justifica sua ocorrência ao rotular profissionais e equipes de "mal treinados" - esses casos não são exceção, mas regra, e indicam que este tipo de violência é atravessado por discriminações de gênero e de raça, de forma que além da necessidade de se discutir sobre a violência obstétrica, também é preciso denunciar um componente importante deste - o "racismo obstétrico" (CURI et al, 2020).

2.5.3 TRABALHO MATERNO E SAÚDE MENTAL

A organização Data_Labe[16], em uma reportagem para o Uol Notícias faz a seguinte denúncia: o genocídio da juventude negra é o genocídio da saúde mental das mães. Diferente da violência que leva seus filhos ao óbito, a violência sofrida por essas mães é psicológica - fruto da perda, da desmoralização e da culpabilização, tendo como consequência o desenvolvimento de graves problemas psíquicos.

Na tese intitulada "De fábrica de marginal a mães guerreiras: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas de violência do estado" (2019), Maria Eduarda Ota trata dessas questões ao realizar uma etnografia multissituada sobre a atuação política de mães de vítimas da violência do Estado do Rio de Janeiro no período de 2014 a 2018. Nela, a autora localiza

[16] Segundo o laboratório: "Somos uma organização de mídia e pesquisa com sede na favela da Maré – Rio de Janeiro. No centro dos projetos desenvolvidos está a questão do imaginário construído sobre a cidade e seus habitantes. O laboratório nasceu em 2016 nas dependências do Observatório de Favelas, em parceria com a Escola de Dados. Em 2018 o data_labe se tornou uma associação autônoma e sem fins lucrativos. As ações estão organizadas em três eixos: jornalismo; formação; e monitoramento e geração cidadã de dados".

não só a dor da perda sentida por essas mães, mas as preocupações que perpassam a experiência de ser mulher, mãe e negra no Brasil.

Mônica Cunha, fundadora do Movimento Moleque[17], e uma das mães de vítima apresentadas por Ota (2019), aponta:

> A partir do momento que essa mulher engravida, que ela pare essa criança, essa criança já é estigmatizada, essa mulher já é cobrada, essa mulher já é praticamente vigiada todo tempo. A preocupação dessa mulher é tá sempre ocupando esse menino com alguma coisa. (...) Eles têm que tá sempre ocupado, porque eles desocupados significa que vão ser pegos a qualquer momento. Quer dizer, não é uma preocupação normal de uma mãe com um filho, no sentido só de você criar, dar amor e cuidar, e sim uma preocupação de perdê-lo, de a qualquer momento esse menino pode ser encarcerado, a qualquer momento esse menino pode vir a morrer, já começa assim, então que infância é essa? Infância que eu saiba é quando você tem tempo pra curtir, pra brincar, pra ir pro parque, pra passear, mas isso não existe pra filho de mulher preta. Que passear? Primeiro que essa mulher ela passeia aonde? Que ela trabalha mais que outra coisa, não existe passeio. E segundo que esse menino não pode andar solto, porque pode a qualquer momento estar cometendo um ato infracional (CUNHA apud OTA, 2019, p.42).

E como se não fosse suficiente, Mônica completa que essas mães ainda são frequentemente responsabilizadas e culpabilizadas pela inserção dos filhos no crime:

> Porque quando um adolescente autor de ato infracional vai cumprir medida desestrutura toda uma família, óbvio que desestrutura mais essa mãe, porque é a mãe sempre que está na linha de frente, é a mãe sempre que tá ali, carregando tudo e sendo apontada, é você que é culpada, é você que é ruim, foi você que não deu educação direito, por isso você tem um filho ladrão (...) Sempre a culpa é da mãe. Ninguém nunca quer parar pra pensar por que esse menino se tornou um adolescente autor de ato infracional. Será que sempre ele teve tudo? E quando eu digo tudo não é só no nível material não. Tudo é tudo, tudo que engloba se criar uma criança pra ela se tornar um adolescente e um homem. Ele tem todos os seus direitos adquiridos? Não, ele tem todos os seus direitos violados. Tudo sempre pra ele faltou, e pra essa mulher também (CUNHA apud OTA, 2019, p.42).

Se tudo para essas mães sempre faltou, não é surpresa revelar que em casos de violência letal sofrida por seus filhos elas ainda necessitam lutar contra a impunidade do Estado e pela comprovação da inocência destes, precisando fazer o papel de investigadoras no processo de assassinato dos próprios filhos. Ota (2019) cita a fala de Márcia Jacinto, que após seu filho de 16 anos ter sido assassinado à queima roupa pela Polícia Militar, buscou condenar os policiais responsáveis pela morte de seu filho: “Eu fui um perito forense, eu fui chefe de polícia, e eu fui tudo o que a justiça não seria para mim. Eu fiz tudo o que tinha o direito de ser feito e eles não fizeram. Eu fui mãe” (p.79).

[17] Fundado em 2003, o Movimento Moleque é uma organização para mães de crianças que foram ameaçadas, atacadas ou mortas pela polícia. É parte da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, uma organização que dá apoio a pessoas que são vítimas de violência estatal ou policial, e para seus familiares (Fonte: Frontline Defenders).

Ota (2019) argumenta que a luta pela justiça também é uma luta pelo reconhecimento do luto dessas mães, que precisam realizar uma "limpeza moral" delas e de seus filhos, que são vistas como "fábricas de marginal" e "criminosos", respectivamente[18]. O que a autora constata me remete muito ao que Judith Butler escreve em seu livro "Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?" (2015).

Nesse livro, a filósofa fala sobre as "vidas socialmente mortas", as vidas consideradas não passíveis de luto, aquelas cuja perda não foi lamentada porque nunca foi vivida, nunca contou de verdade como vida (BUTLER, 2015). Penso que é esse aspecto necro e biopolítico que faz policiais tecerem comentários como "mulher de favela não tem filho, mas cria" (OTA, 2019, p.63) e desresponsabiliza a sociedade, de forma que esta releve a morte desses jovens ao por em questão a índole dos mesmos:

> Quando a sociedade legitima as ações racistas deste Estado, ela faz uma divisão entre "jovem do bem" e "jovem do mal". O que isso quer dizer? O jovem do bem tem toda a legitimidade da sociedade. Quando a vida desse jovem é ceifada, a mídia o retrata como vítima. Geralmente, ele está com blusa da escola. Ele está no exército. Ele é de família boa. Ele tem boa índole. Sua mãe e seu pai trabalham com carteira assinada; emprego formal. Enfim, essa é a construção do menino de bem. O menino do mal é autor de ato infracional. Saiu da escola. Sobrou no exército. Os pais trabalham na informalidade. Muitos vivem apenas com a mãe ou outras mulheres da família. Enfim, essa é a construção do menino do mal (CUNHA apud OTA, 2019).

Ota (2020) observa que o trauma da violência física e moral experienciados por essas mulheres repercute em várias esferas da vida, afetando sua relação com a família, com o trabalho e incidindo diretamente em seu corpo. Em seu texto, a autora cita a fala de Vera Lúcia dos Santos, uma atuante do Movimento Mães de Maio de São Paulo: "Eles matam seu filho e depois te matam aos poucos. [...] Quando uma mãe perde um filho, do jeito que eu perdi a minha, os outros filhos perdem uma mãe. Você perde marido, perde filho, perde neto, perde a família inteira. Você não é mais nada" (SANTOS apud OTA, p.180). Diversas mulheres passam a desenvolver doenças como depressão, ansiedade, câncer, infarto, entre outras. A própria Vera, cuja fala citei acima, faleceu repentinamente em 2018.

Com o objetivo de avaliar a relação entre saúde mental e violência de pessoas negras e periféricas, o instituto Data_Labe analisou todas as internações que ocorreram entre setembro de 2019 e setembro de 2020 por causas externas e agressões, bem como por causas psiquiátricas na cidade do Rio de Janeiro. O que descobriram foi a existência de uma relação entre os dois tipos de internações, sendo elas mais frequentes nas áreas pobres da cidade e

[18] De acordo com uma reportagem da Folha de São Paulo de 25 de outubro de 2007 que pode ser lida através do link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm>.

com Índice Brasileiro de Privação (IBP)[19] mais alto. Dessa forma, moradores de bairros que possuem mais internações por agressão ou causas externas também possuem mais internações psiquiátricas. Como exemplo disso, a pesquisa revela que no município do Rio de Janeiro, a cada aumento de 10 internações relacionadas à violência, existe um aumento de duas internações psiquiátricas (ROZA, 2020).

A questão da saúde mental da mulher mãe negra e sua relação com a violência letal sofrida por seus filhos é um tema que por si só pode dar origem a uma nova pesquisa. O certo é que "a bala do Estado não atinge só uma pessoa e sim toda uma família" (CRIOLA, 2017, p.10 apud OTA, 2019, p.183). O luto não reconhecido, a impunidade e a dor levam a um adoecimento mental e físico que afeta toda uma família, especialmente as mães:

> A gente está morrendo a todo momento, a gente adquiriu síndrome do pânico, depressão, eu adquiri câncer em 2013. Aonde? No útero. Será que não tem nada a ver você ter câncer no útero? A gente tem que terminantemente proibir que outras sofram isso. Eu não quero mais ouvir mulher preta chorar porque perdeu o filho. Isso tá virando genocídio mesmo. Porque eles tão matando um, mas no momento em que eles matam um, matam a família toda, e a primeira a começar a morrer é a mãe que é a primeira a somatizar todas as consequências daquela situação (CUNHA apud OTA, 2019, p.184).

2.5.4 TRABALHO MATERNO E RESISTÊNCIA

Patricia Hill Collins (1994) explica que o trabalho materno de *racial ethnic mothers* "reflete as tensões inerentes de tentar construir uma identidade racial positiva para os filhos numa sociedade que inferioriza pessoas não-brancas" (p.59, tradução minha). De acordo com a autora, crianças e jovens brancos não precisam aprender a lutar contra o racismo, ao contrário: sua identidade racial é validada por toda sorte de instituições sociais. Mães e filhos negros, no entanto, não têm essas garantias. Nessa relação dialética entre opressão e resistência, o que pode ser feito para garantir não só a sobrevivência destes, mas resistência?

Em seus escritos, Collins (1994; 2019) e O'Reilly (2014) destacam a importância de construir uma base comunitária, de forma a auxiliar a maternagem de crianças e jovens e combater o racismo. De fato, esta prática - originada na África Ocidental -, foi reproduzida na diáspora e permanece presente nos dias de hoje. Como exemplo, podemos citar as mães de criação e as mães de criação da comunidade. As mães de criação são definidas pela teórica como mulheres que ajudam as mães de sangue, dividindo com elas a responsabilidade pela

[19] Segundo a reportagem: "o IBP foi criado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde/Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) para revelar o quão desfavorecidas as pessoas são no nível social e econômico, baseado em três medidas coletadas pelo censo do IBGE de 2010: renda, escolaridade e moradia. Quanto mais alto é o índice de privação, mais vulnerável a região é em relação a essas medidas".

maternagem; podem ser irmãs, tias, primas e avós, que tomam para si essa ética de cuidado e responsabilidade cooperativos para com filhos e filhas de outras mulheres.

As mães de criação da comunidade, por sua vez, assumem um papel político. Segundo Collins (2019, p.513):

> As mães de criação da comunidade contribuíram enormemente para construir um tipo diferente de comunidade em ambientes políticos e econômicos frequentemente hostis. A participação das mães de criação da comunidade demonstra uma clara rejeição da separação e do interesse individual como base da organização comunitária e da realização pessoal.

Em suma, mães de sangue, mães de criação e mães de criação de comunidade carregam consigo um papel social muito importante para a população negra. Bernard e Bernard (1998 apud O'REILLY, 2014, p.105) apontam:

> Mais do que uma experiência pessoal, a maternagem é algo bastante político. Mães e avós negras são consideradas as "guardiãs das gerações". Mães negras têm sido historicamente encarregadas com a responsabilidade de oferecer educação, consciência social e política, além de amor incondicional, cuidados, socialização e valores aos seus filhos e aos filhos da comunidade (tradução minha).

Assim, podemos dizer que em um mundo que inferioriza e criminaliza crianças e jovens negros, amar os filhos negros torna-se um ato de resistência. Amar seus filhos é proporcionar a eles a construção de uma identidade e autoestima positivas, ensiná-los amor próprio e a desafiar e subverter discursos racistas que insistem em rotulá-los enquanto "outro" (O'REILLY, 2014).

Nos próximos capítulos deste trabalho pretendo expandir sobre o trabalho materno de mulheres mães de meninos negros e suas estratégias de maternagem diante do racismo estrutural.

3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos desta pesquisa, sua história de campo e caracterização dos sujeitos participantes. Além disso, serão descritos o cenário da pesquisa, procedimentos e instrumentos utilizados, bem como a análise das informações.

3.1 HISTÓRIA DE CAMPO

Quando publicamos um artigo ou escrevemos uma monografia, tese ou dissertação é normal e esperado seguirmos um padrão predeterminado: método, resultados, análises e discussões. Há quem acredite que pesquisas tratam, em sua essência, de experiências exitosas e que não há utilidade em ler (ou escrever) sobre algo que não deu certo; no entanto, compreendo que pesquisas são, antes de tudo, investigações que se dão através de processos, o que justifica o fato de que, mesmo sendo delineadas por meio de planejamentos, estas nem sempre seguem seu curso pré-definido. Apesar disso, penso que “fracassos” também podem ser uma possibilidade de aprendizado. Dito isso, uma vez que esta monografia é um trabalho de conclusão de curso, processo em que aprendemos e somos incentivados a fazer pesquisa, considero relevante discorrer, ainda que brevemente, sobre o que não ocorreu conforme planejado.

Iniciei o projeto desta pesquisa em fevereiro de 2021. Planejei realizar a coleta de dados num Centro de Convivência de São Luís e entrevistar, como previsto, mães (negras) de meninos negros entre 10 e 12 anos de idade; a ideia era abordar a experiência da maternagem e vida dessas crianças nesse período de transição entre infância e adolescência. No entanto, após uma longa espera pela aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, descobri em outubro do mesmo ano que o Centro de Convivência em que iria realizar a pesquisa tinha fechado suas portas. Precisaria reformular meus planos.

Após semanas de buscas, em novembro de 2021, entrei em contato com uma escola pública municipal que ensina crianças do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Fui bem recebida pela equipe, da qual conhecia previamente, mas encontrei um problema: por conta da pandemia da Covid-19, as aulas estavam suspensas; pais e alunos iam à escola apenas uma vez ao mês para receber e devolver atividades. Apesar disso, com a ajuda das gestoras da escola, formulei uma lista de crianças que se encaixavam nos termos de inclusão descritos

acima e, por meio da diretora da escola, agendei um encontro que coincidiria com o mesmo dia de entrega e devolução de atividades.

O encontro ocorreu em dezembro de 2021. Das 20 crianças listadas, 10 mães compareceram. Naquele dia, expliquei a pesquisa e seus objetivos e quando concluí, cinco mães demonstraram interesse em participar. Definimos a escola como local de encontro e agendamos as entrevistas para a semana seguinte.

O que veio a seguir, no entanto, foram semanas regadas de frustrações. Planejei duas entrevistas por dia, uma pela manhã e outra durante à tarde. Entrei em contato com as mães um dia antes, relembrando data e horário e ambas confirmaram presença. Contudo, no dia seguinte nenhuma delas compareceu. Contatei as mães novamente e agendei outro encontro com as mães - sem sucesso. O padrão se repetiu com as outras três mulheres. Duas semanas depois, as mães já não respondiam a qualquer tipo de mensagem ou ligação feitas por mim.

Diante desse problema, conversei com a gestão da escola, que por sua vez, propôs uma solução: elas entrariam em contato com as mães e solicitariam a presença de cada uma delas na entrevista; segundo a diretora, se ela chamasse as mães elas viriam imediatamente. Essa proposta me levou a um questionamento ético do qual considero importante expor aqui: afinal de contas, qual o limite de uma intervenção? Deveria “jogar a toalha” ou insistir?

Talvez teria finalizado essa pesquisa com meses de antecedência se tivesse aceitado a proposta da diretora, mas a verdade é que ceder significaria ir de encontro a valores primordiais ao meu trabalho e formação enquanto pessoa e profissional psicóloga. Explicarei melhor. Primeiramente, toda e qualquer pesquisa deve possuir um caráter voluntário; insistir na realização da entrevista seria não apenas antiético, mas traria dados pouco confiáveis à pesquisa - afinal, que tipo de *rapport* poderia ser estabelecido se não existe uma relação de confiança entre pesquisadora e entrevistada? Essas mulheres são *sujeitos* de pesquisa, não objetos. O que me leva a outro ponto importante - o poder.

É inegável que gestores e diretores de escola são vistos como agentes de poder para essas mães. Em retrospecto, penso que ao concordar com a intermediação delas, acabei sendo ligada a esse poder, o que pode ter prejudicado a minha relação com essas mães. Apesar de bem-intencionadas, aceitar a proposta das gestoras seria antiético com essas mulheres, podendo representar até mesmo uma ação racista para com elas - exatamente o oposto do que estava propondo. Então, diante de tudo o que foi exposto, decidi declinar a sugestão e buscar um novo campo de pesquisa.

Já em 2022, decidi fazer dos insucessos uma forma de aprendizado, o que me levou a alterar alguns aspectos definidores da pesquisa. Devido às dificuldades em encontrar mães de

meninos negros entre 10 e 12 anos de idade, decidi expandir a faixa etária dos meninos para a partir de 11 a 19 anos de idade, de forma que a pesquisa agora abrangesse meninos e jovens negros. Quanto às mães, decidi adicionar como termo de inclusão mulheres que participam/participaram de coletivos negros: a ideia era que, sendo essas mães ativistas de movimentos negros, a probabilidade destas aceitarem participar do estudo seria bem maior - e foi o que aconteceu.

Com a ajuda de uma conselheira do Grupo de Mães Negras Mãe Andresa, do Centro de Cultura Negra do Maranhão e do orientador desta monografia, consegui o contato de 9 mulheres, das quais cinco aceitaram participar da pesquisa. Desta vez, não usei instituições como intermediárias e me comuniquei diretamente com elas. Além disso, em vez de escolher um local fixo para entrevistá-las, me dispus a encontrá-las num local de sua escolha, de forma a garantir maior conveniência às mães - ao invés delas irem até mim, eu iria até elas.

Após meses de espera, percalços, ajustes e reajustes pude, enfim, dar início às entrevistas em abril de 2022. O detalhamento e resultado desses encontros serão expostos a seguir.

3.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este estudo se fundamenta em uma metodologia qualitativa, que busca estudar os fenômenos em seus cenários naturais e cotidianos, bem como compreender significados e valores apresentados por cada sujeito participante, de forma que sua complexidade e totalidade sejam consideradas (FERREIRA, 2019; RICHARDSON et al, 1999). De caráter interpretativo, esse tipo de investigação localiza pesquisador(a) e participante no mundo, compreendendo que a realidade destes é composta por dimensões subjetivas, históricas, sociais e culturais - todas primordiais para o processo de análise das informações (AMORIM, 2019; DENZIN & LINCOLN, 2006). A opção pela abordagem qualitativa visa, portanto, contemplar essa natureza relacional e subjetiva dos processos, de forma que possa aplicá-la à experiência de maternagem de meninos negros e sua relação com o racismo estrutural.

Associado à pesquisa qualitativa, embasei-me também na concepção de ciência de Lev Vygotsky. Sob influência do materialismo histórico-dialético, Vygotsky e seus colaboradores criaram uma teoria histórico-cultural do psiquismo, que compreende o sujeito como um ser dinâmico, histórico e relacional, ativo em seu contato com o mundo (AMORIM, 2019; FERREIRA, 2019; OLIVEIRA, 1997; REGO, 1995; VYGOTSKY, 1991; 2001; 2004).

Ao compreender que fatores históricos e culturais estão interligados ao desenvolvimento humano, o autor russo propôs uma abordagem interativa da investigação científica, que pudesse estudar o ser humano em sua totalidade (AMORIM, 2019; VYGOTSKY, 1991). Para tanto, Vygotsky (1991) elaborou três princípios metodológicos que orientam a análise psicológica na abordagem histórico-cultural e que servem de guia para o presente estudo, a saber: 1) foco na análise de processos; 2) primazia pelo estudo da gênese e bases dinâmico-causais dos fenômenos; 3) necessidade de considerar os processos psicológicos enquanto processos históricos.

O primeiro princípio faz referência a uma crítica do estudioso acerca da ciência psicológica do início do século XX, que priorizava a análise fragmentada de objetos, em que suas partes são isoladas do todo (FERREIRA, 2019; VYGOTSKY, 1991). De maneira oposta, Vygotsky propõe que os fenômenos devem ser analisados enquanto processos dinâmicos, históricos e diretamente relacionados ao contexto social em que se encontram (AMORIM, 2019). O segundo princípio também faz crítica à ciência reducionista da época, que prefere descrever o fenômeno a explicá-lo. Para o autor, para compreender os fenômenos psicológicos, precisamos determinar sua origem e como se desenvolvem. O terceiro e último princípio refere-se à necessidade de criar uma psicologia historicamente fundamentada. Neste tópico, Vygotsky (1991) prescreve o desenvolvimento de uma perspectiva histórica dos processos psicológicos: “Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança [...], abranger o processo de desenvolvimento de uma determinada coisa em todas suas fases e mudanças, [...] significa fundamentalmente, descobrir sua essência” (p.46). Ou seja, em vez de enxergar os fenômenos psicológicos enquanto estáticos e imutáveis, devemos considerá-los como processos históricos, passíveis de mudança e desenvolvimento.

Portanto, o que Vygotsky defende é o estudo do ser humano e suas vicissitudes. É contemplando sua história, sua relação consigo e com o mundo que podemos de fato conhecê-lo e estudá-lo. Dito isso, o alinhamento dessa visão de mundo requer que o/a pesquisador(a) seja capaz de compreender a interdependência entre sujeito e seu contexto social, a dinamicidade dessas relações, assim como a influência da história e cultura na pesquisa que desenvolve. Também requer compreender que essa interdependência se estende a ele(a) também.

Assim como o sujeito participante é um componente ativo de sua realidade social - em que influencia e é influenciado pelo meio-, o/a pesquisador(a) também o/a é. O estudo qualitativo de viés histórico-cultural requer um(a) pesquisador(a) participante, além de ciente de seu impacto nas relações com o objeto de estudo e seus participantes. Denzin & Lincoln

(2006, p.33) apontam: “não existe nenhuma janela transparente de acesso à vida íntima de um indivíduo. Qualquer olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da eticidade”. Portanto, é preciso que o/a pesquisador(a) reconheça e reflita sobre o lugar que ocupa em sociedade e as implicações desta posição com seu objeto de estudo.

Vygotsky dedicou grande parte da sua vida intelectual ao estudo do funcionamento psicológico e sua relação com o social. Tinha o estudo da linguagem como carro-chefe, visto que postulou que era por meio dela que os seres humanos eram capazes de interagir com seu meio e internalizar sua história e cultura (COSTAS & FERREIRA, 2010, p. 211). Em seus escritos, o autor teorizou sobre o pensamento e a formação da palavra, além de trazer à tona uma questão que passou a ocupar um lugar central em seus estudos: a noção de sentido da palavra.

O estudioso tomou o termo do psicólogo alemão Paulham, que diferenciou os conceitos de sentido e significado da palavra, associando a análise do primeiro ao uso da palavra e à sua relação com as estruturas de significado (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 158). Vygotsky, no entanto, foi além: embasado nos princípios da psicologia geral soviética e sua crítica à separação da parte intelectual de nossa consciência e sua parte afetiva, o autor postulou que o sentido da palavra é, na verdade, “a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência” (VYGOTSKY, 2001, p.465). Nesse contexto, o autor propôs uma nova distinção entre os conceitos: enquanto o sentido assume um formato dinâmico, fluido e complexo, o significado é definido como algo estático, uniforme e exato.

Em síntese, o significado de uma palavra, para Vygotsky, refere-se a uma noção estável, senão generalista da palavra, sendo compartilhada por todos que a utilizam. O sentido, por sua vez, é de caráter subjetivo, e está relacionado ao significado que cada sujeito dá a uma determinada palavra ou conceito. Ele liga o significado objetivo de uma palavra às vivências afetivas de um indivíduo (OLIVEIRA, 1997, p. 50-51). O que a noção de sentido e significado de Vygotsky propõe é que a linguagem não é um fenômeno imutável, mas passível de transformação. Tal qual sua teoria, a palavra possui uma dimensão social, histórica e afetiva, cuja dinamicidade provém, precisamente, de sua interação com o mundo e com o sujeito que a elabora/enuncia.

O sentido, para Vygotsky, é algo inesgotável, para além da palavra - é motivação, afeto e emoção (LURIA, 1987 apud GONZÁLEZ REY, 2007; VYGOTSKY, 2001). O objetivo deste trabalho não é compreender o significado genérico de conceitos como racismo, maternagem, infância ou juventude; o que quero investigar são os afetos que atravessam esses

conceitos - seus sentidos. Logo, esta pesquisa busca compreender os sentidos que mulheres negras, mães de meninos negros dão aos significados de racismo, maternagem, infância e juventude.

Dito isso, as informações construídas neste trabalho se embasam na teoria histórico-cultural de Vygotsky e sua noção de sentido, de forma que possamos analisar a experiência dessas mulheres através de um olhar subjetivo, social e histórico.

3.3 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa cinco mulheres que residem na região metropolitana da Grande São Luís, Maranhão. Os critérios de inclusão foram: identificarem-se como mulheres negras; serem mães de meninos/jovens negros (heteroidentificados por elas) cuja faixa etária insere-se entre 11 e 19 anos de idade; serem participantes ou terem participado de movimentos negros; ter disponibilidade para relatar suas experiências de maternagem e associações com o racismo estrutural. Como critério de exclusão: mulheres que não consentiram em participar da pesquisa.

Para descrever as participantes, registrei nas entrevistas os seguintes dados: nome[20], idade, estado civil, atividade ocupacional, identificação étnico-racial, renda familiar mensal e informações básicas sobre os filhos: nome[21], idade e identificação étnico-racial destes. O quadro abaixo apresenta este panorama:

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

Nome	**Idade/ estado civil**	**Atividade ocupacional**	**Identidade étnico-racial**	**Renda familiar mensal**	**Filhos/ idade/ identidade étnico-racial**
Michelle	34 (União estável)	Trancista	Preta	De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.300,00 até R$ 6.600,00)	Benício (11, preto); Valentina (6, parda)
Maria	32	Professora	Preta	De 3 a 6	Pedro (13,

[20] Os nomes apresentados a seguir não são necessariamente reais. Quatro deles são fictícios e foram escolhidos pelas próprias participantes, com exceção de uma entrevistada, que escolheu manter seu nome real.

[21] Idem.

	(Solteira)	universitária/ Servidora pública		salários mínimos (de R$ 3.300,00 até R$ 6.600,00)	preto)
Dandara	48 (Solteira)	Autônoma/ Costureira	Preta	Até um salário mínimo (até R$ 1.100,00)	Zumbi (22, preto); José (17, preto)
Helena	39 (Casada)	Desempregada	Preta	Até um salário mínimo (até R$ 1.100,00)	Thomas (19, preto); Bento (18, preto)
Leila	56 (União estável)	Apoio pedagógico	Preta	Acima de 6 salários mínimos (mais de R$ 6.600,00)	Kiria (23, preta); Akani (19, preto)

Fonte: elaborado pela autora.

Destaco que a amostra desta pesquisa buscou incluir mulheres mães negras com filhos de faixas etárias variadas, de forma que o estudo pudesse abranger experiências de maternagem de crianças até jovens adultos.

A seguir contarei um pouco da história de cada uma delas.

3.3.1 MICHELLE

Michelle tem 34 anos, é trancista e mãe de dois filhos: Benício, de 11 anos e Valentina, de 6 anos.

A entrevistada nasceu em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, mas foi criada na Baixada Maranhense, em Pinheiro. Filha de mãe solo, ela e a irmã foram criadas até os sete anos de idade pelos avós, tendo em vista que a mãe não tinha condições de trazer as duas filhas para a capital. Após o falecimento da avó, mãe e filhas se reuniram e passaram a viver juntas num bairro periférico da cidade de São Luís.

O lugar em que vivia ficava, segundo Michelle, "*no meio do fogo cruzado"*, entre dois pontos de droga. A casa era pequena, do tamanho de um quarto, e a entrevistada conta que não tinham nada: nem geladeira, nem televisão, nem mesmo uma cama. Mãe, filhas e tia (que passou a morar com elas) revezavam-se entre si para dormir na rede em uma espécie de

rodízio: "*[...] três dormiam no chão, uma dormia na rede. Era um dia de cada pra dormir na rede, né?".* Aos poucos conseguiram adquirir móveis e eletrodomésticos, mas os perigos do bairro (e a experiência de ter a casa invadida pela polícia) fizeram com que a família se mudasse dois anos depois.

Apesar das dificuldades, Michelle afirmou ter tido uma infância e adolescência felizes. Contou que a mãe nunca deixou faltar nada em casa e que considera ter tido o essencial: casa, comida e educação. Sorriu ao explicar o costume que a mãe tinha de, após receber o salário do mês, comprar um refrigerante para cada filha e um pacote de biscoito de leite condensado para ser compartilhado entre as duas. Ela completou: "*[...] foi uma infância saudável, eu posso te dizer que não me arrependo e não trocaria a educação que eu tive, a minha morada com ele [o avô]... na verdade, eu não mudaria minha família.".*

Michelle disse que sempre foi independente, "*desbravadora"*. Aos 18 anos saiu de São Luís e, acompanhada do namorado, mudou-se para Brasília. Um ano depois, deslocou-se para São Paulo, lugar em que disse ter finalmente se aceitado enquanto mulher negra: deixou de alisar o cabelo e passou a assistir palestras ligadas a movimentos negros. Admite não participar ativamente de movimentos, mas afirma ter reivindicado sua consciência e sua identidade, algo que hoje repassa a seus dois filhos.

Aos 23 anos engravidou de seu filho, Benício, de forma que seus planos de viajar e posteriormente cursar uma universidade tiveram que ser temporariamente interrompidos. Por conta disso, decidiu voltar a viver em São Luís.

Michelle revelou que a gestação e os primeiros anos como mãe foram desafiadores. Apesar do suporte da mãe, a entrevistada descreveu aquele momento como uma luta: "*porque eu tive ele, mas depois eu me separei do pai dele por conta de traição, né...ausência no meu momento de gestação [...]"*.

Três anos depois do nascimento de Benício, Michelle começa a namorar o pai de sua filha caçula, Valentina. No entanto, 15 dias após o nascimento da criança, o casal se separou. Apesar dos conflitos que provocaram o fim de seus dois relacionamentos, Michelle foi enfática ao dizer que os pais de Benício e Valentina são muito presentes e atenciosos com os filhos. Quanto ao pai de sua filha, a entrevistada acrescentou que retomou o relacionamento com ele, seis anos após a separação.

No que concerne sua relação com os filhos, Michelle disse que eles são seu "*motivo diário*" para continuar, seu "*primeiro amor*". Admitiu ser rígida com os dois, mas não deixa de ser carinhosa - explicou que é "*rio e ventania*": "*é porque eu sou da Oxum. E eu tenho Iansã. Eu sou de Nossa Senhora da Conceição e Santa Bárbara. Então Iansã é ventania, né, e*

Oxum é rio, calmaria [...]. Eu sei acalentar meus filhos, mas eu também sei colocar eles no lugar deles".

Disse conversar com os dois sobre raça e racismo, apesar da experiência dos dois ser diferente: a entrevistada identifica a filha como parda, enquanto o filho é identificado racialmente por ela como preto. Contou que o filho, de 11 anos, já sofreu racismo na escola e que, apesar de ensiná-lo a se defender e a gostar de si mesmo, percebeu o impacto que essas situações tiveram em sua autoestima. A própria Michelle já foi vítima de racismo, no entanto, revelou que ver o filho sofrer é um sofrimento ainda maior que o seu: "*Porque hoje a gente já fica calejado, né? Mas ele é pequeno!"*.

Michelle disse assistir o jornal com o filho, ler livros e que tanto ela quanto o pai conversam o tempo todo com Benício sobre a questão racial, bem como a questão da empatia. Durante a fala da entrevistada, pude perceber o quanto ela incentiva os filhos a se colocarem no lugar do outro; segundo ela, não basta defender-se, é preciso defender o outro também: "*Tu vai ter que não aceitar o preconceito, não aceitar o racismo, mas tu vai ter que saber lutar contra ele e saber que quando um próximo teu - não precisa ser sanguíneo, não precisa ser amigo… mas qualquer pessoa que tu vê na rua que está sofrendo tal situação - defende! Porque poderia ser você e essa pessoa também pode te ajudar"*.

Além de Iansã e Oxum, Michelle também é de Ogum, orixá conhecido por sua força e coragem. Michelle disse que sabe lutar pelos filhos e que por eles consegue ser 3 em 1: "*[...] porque eu não gerei por 9 meses pra perder meu filho pro mundo de graça*".

3.3.2 MARIA

A entrevistada tem 32 anos, é solteira e mãe de um menino, Pedro, de 13 anos de idade. É graduada em Psicologia e atua como professora universitária e servidora pública. É filha única por parte de mãe, mas têm dois irmãos mais novos, frutos do novo casamento do pai.

Maria contou que nasceu e foi criada num bairro periférico da cidade de São Luís-MA: "*Um lugar marginalizado como periferia, né, com muitos pretos; então é um lugar marginalizado também por isso".* Paralelo a isso, estudou a vida inteira em escolas particulares da cidade, um espaço do qual denomina como "*extremamente branco*".

Seu pai, professor, trabalhou muito para que os filhos tivessem acesso a uma educação de qualidade, mas a entrevistada explicou que ele não se deu conta dos efeitos da inserção de três crianças negras num ambiente não somente branco, mas cujo poder aquisitivo

era superior ao de sua família: "*[...] minha identidade pessoal sempre foi muito bagunçada exatamente por isso: porque um dia eu estava num lugar [...], num espaço embranquecido, né, que era na escola, e depois eu voltava pra aquele espaço preto, que a minha família inteira, preta, dentro de um bairro inteiro preto"*. Maria enxergava uma dicotomia de realidades, se via numa vida dupla: "*eu, buscando quem eu era, querendo ser quem eu não podia ser - eu nunca seria branca; mas querendo me encaixar nessa situação branca, de ser branca de algum jeito".*

A forma como os pais se reconheciam e percebiam o mundo enquanto pessoas negras também interferiu no próprio processo de construção de Maria enquanto mulher negra. O pai, ativo no Movimento Negro, via a educação como forma de reconhecimento e integração; a mãe, por sua vez, buscava o distancimento dos preconceitos existentes acerca do bairro periférico em que viviam, bem como uma inserção da filha no universo branco que era a sua escola. Maria narrou que a mãe tentou embranquece-la de várias formas, tentando vesti-la como as colegas da escola e alisando seu cabelo: "*ela não podia me pintar de branco, mas ela me vestia como branca".*

No entanto, no meio desse processo confuso de autoconhecimento, Maria engravidou aos 19 anos. Tendo que lidar com julgamentos externos, a decepção da família e o sentimento de culpa por não ter ido ao encontro das expectativas dos pais, Maria relatou que tudo isso contribuiu para o seu amadurecimento, explicando que maternidade foi uma "*virada de chave*" em sua vida, o momento em que, de fato, tornou-se mulher: "*porque eu era, eu me considerava ainda uma jovem, uma menina que não sabia de muita coisa... mas eu acabo engravidando, então eu preciso me tornar uma mulher urgente".*

A maternidade impulsionou a sua descoberta enquanto mulher, mas foi a Psicologia que auxiliou em seu processo de construção de identificação enquanto mulher e negra. Apesar de não ter entrado em contato com autores negros durante a graduação, ela pôde conhecer e ler intelectuais como Neuza Santos Souza, Virgínia Bicudo, Maria Aparecida Bento e Frantz Fanon, que a ajudaram a compreender sua vivência: "*[...] a partir de quando eu começo a ter conhecimento, a dar nome ao racismo, a dar conceito [...], porque o racismo eu sempre soube, porque eu passei, na minha pele - eu não sabia dar nome a ele, a dar sentimentos, dar conceitos, na verdade".* Maria completou dizendo que esse entendimento se deu de forma contrária, em que utiliza a teoria para compreender sua vivência: "*Eu vivenciei situações racistas, né, meu corpo foi estigmatizado, hiperssexualizado, eu fui preterida... e aí esse foi o processo que eu vou entendendo essa mulher e negra".*

No que tange a construção da identidade do filho enquanto menino negro, Maria contou que Pedro tem uma relação muito mais positiva com sua raça do que ela jamais teve aos 13 anos de idade: "*Porque eu talvez com 13 anos não conseguiria dizer que eu sou preta; o Pedro já diz".* A entrevistada explicou que essa identificação deriva não só da representatividade, da qual considera muito mais presente nos dias de hoje do que antigamente, mas pelo fato de ele ter uma mãe que se reconhece e verbaliza essas questões dentro de casa.

Disse ter uma relação muito positiva com o filho, baseada em confiança e abertura para discutir os mais diversos assuntos. Revelou sentir muito medo do que o filho pode vir a sofrer por conta da cor de sua pele, mas não esconde a realidade de Pedro: "*[...] é muito dolorido, não vou te mentir. Ver corpos negros no chão todo tempo na televisão. Mas eu preciso… eu não posso pintar o Brasil nem o mundo, né, pra Pedro, colorido. Por ele ser um homem preto"*. Falou achar importante alertar, ensinar e sim, preparar o filho para o racismo: "*Eu falo desde já porque ele nunca vai chegar e dizer assim: 'Mãe, a senhora não me avisou, a senhora não me disse'. Então eu falo desde já, eu falo pra ele agora, pra que ele vá internalizando… porque eu não vou conseguir… queria eu poder que ele não sofresse. Mas eu não tô com ele 100% [do tempo]".*

Num processo paralelo de identificação e construção enquanto mulher e mãe *e* negra, Maria demonstrou sentir muito orgulho de sua caminhada. Disse sentir menos culpa, pois se sente reconhecida pelos pais, que a enxergam com uma mãe presente, responsável e uma profissional de referência. A maior validação, no entanto, vem de seu filho Pedro: "*[...] meu filho olhar, reconhecer essa mulher que eu sou, que ele, que a trajetória dele é junto com a minha, a trajetória e o crescimento dele é muito junto… e ele se reconhecer como alguém que potencializou essa mãe…isso é muito bacana".*

3.3.3 DANDARA

Dandara tem 48 anos, é solteira e mãe de dois filhos: Zumbi, de 22 anos e José, de 17 anos. Trabalha como costureira e é voluntária e coordenadora de um centro social, em que ensina capoeira a crianças e adolescentes de seu bairro.

A entrevistada vem de uma família de pescadores e lavradores que viviam numa vila próxima à cidade de Morros, no Maranhão. Seus parentes eram descendentes diretos de quilombolas, de forma que, segundo ela, seu avô e bisavô não possuíam sobrenome.

A quinta filha numa prole de dez, a entrevistada contou ter tido uma educação diferenciada. O pai de Dandara, que era filho de uma parteira, cresceu num ambiente familiar igualitário quanto à questão de gênero, de modo que ele e os irmãos participavam ativamente das tarefas domésticas - algo que posteriormente reproduziu com sua própria família. Numa família de cinco mulheres e cinco homens, todos cuidavam da casa: limpavam, cozinhavam, costuravam e, como se não fosse suficiente, aprenderam também habilidades das quais seu pai julgava serem essenciais aos filhos: pesca, marcenaria, construção civil e até mesmo aplicação de injeções e corte de cabelo. A entrevistada narra: "*[...] ele ensinava tudo: 'Vocês têm que saber, porque se vocês arranjarem um homem que não queira botar comida na mesa, vocês vão embora e botam a comida na mesa pra vocês e pro filho de vocês'".*

E foi o que aconteceu. A entrevistada teve quatro relacionamentos amorosos, dos quais caracterizou como *"não muito saudáveis".* O relacionamento com o pai de seu primogênito terminou antes de ter seu filho, quando ainda estava grávida de seis meses. Também foi vítima de agressão física pelo pai de seu segundo filho, o que a fez solicitar uma medida protetiva da qual renova até hoje, 15 anos depois do ocorrido. Diante disso, Dandara afirma que seu verdadeiro marido é o seu trabalho - suas cinco máquinas de costura, especificamente - pois é ele quem garante o sustento de sua família.

Os ensinamentos de seu pai também não se limitaram a tarefas práticas. Ele também ensinou os filhos sobre raça e racismo, orientando-os a valorizarem sua identidade racial, sua cultura e também a se defenderem de situações racistas. A entrevistada conta: "*Ele dizia que a gente tinha que se gostar, que a gente é bonito",* e que em situações de racismo sofridos na escola ele sempre a incentivou a se posicionar e reagir. Dandara fez questão de repassar isso aos filhos ainda na infância, expandindo os ensinamentos para fora do ambiente familiar e os levando em palestras no Centro de Cultura Negra do Maranhão e rodas de conversa focadas na questão racial.

Os esforços de Dandara parecem ter surtido efeito. Segundo ela: "*Meus filhos são muito conscientes da beleza deles, da necessidade deles se amarem e de se fazer respeitar"*. Aliás, seu filho mais velho, que é acadêmico de Educação Física e também voluntário do centro social, também tem esse cuidado com seus alunos: "*[...] ele também passa esse contexto. Da defesa, da consciência de raça, da consciência de classe, da consciência de se defender e da consciência de estudar e de se empoderar"*.

Dandara diz ser uma mulher de foco, que gosta de "*estar nas coisas*". Articulada e assumidamente destemida, uma expressão recorrente em sua fala é o "sentir-se contemplada". Terminou relacionamentos amorosos por não sentir-se valorizada, abandonou empregos por

não se sentir respeitada. Quanto a isso, Dandara é categórica: "*Eu sempre fui muito independente. Não deu pra mim, eu ia embora e pronto, ninguém me segura e tchau!".*

Ao final da entrevista, perguntei a ela o que de fato a faz sentir-se contemplada. Ela sorriu e disse: *"Eu me sinto contemplada numa máquina de costura; costurando, desenhando, cortando, dialogando, criando alguma coisa [...], quando eu tô aqui na capoeira, quando eu tô cantando, quando eu tô dançando, quando eu tô rindo, quando eu tô falando... quando eu tô no meio dos meus [...], quando eu vou aonde me sinto raiz [...], isso aqui é o meu 100%".*

3.3.4 HELENA

Helena tem 39 anos, é casada e mãe de dois filhos: Thomas, de 19 anos, e Bento, de 18. Atualmente está desempregada, mas faz curso técnico de enfermagem, além de ser voluntária no Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Única mulher dentre três irmãos, Helena viveu uma infância difícil: o pai, deficiente auditivo, era "*presente, mas ao mesmo tempo ausente"*, não tinha tempo para ficar com os filhos, por conta de seu trabalho; a mãe, por sua vez, passava a maior parte do tempo em hospitais, pois um de seus irmãos tinha leucemia. Logo, Helena e os irmãos passavam a maior parte do tempo com seus tios, que compartilhavam um terreno com a família. Sem doadores disponíveis para realizar um transplante de medula óssea nem condições financeiras de levar o filho para realizar o tratamento em outro estado, o irmão da entrevistada faleceu aos sete anos de idade.

Aos 14 anos, passou a frequentar o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Único local em seu bairro que desenvolvia atividades para jovens e adolescentes, Helena, inicialmente, enxergou o CCN como uma oportunidade para sair e conhecer pessoas. A entrevistada contou que a mãe preferia manter os filhos dentro de casa, pois tinha medo de perdê-los para a criminalidade e tráfico de drogas, recorrentes no bairro em que viviam.

Antes visto como uma saída, a entrevistada logo se deu conta que o CCN também poderia ser uma oportunidade. Lá, foi introduzida a estudos sobre Negritude, fez cursos, participou de blocos afro e entrou para o grupo de dança da instituição. Continuou frequentando o local até seus 19 anos, quando engravidou do primeiro filho.

Apesar de sempre ter tido o sonho de ser mãe, não estava em seus planos ter filhos tão jovem. A entrevistada descreveu a primeira gravidez como uma experiência conturbada, visto que o pai não aceitou a gestação da filha. No entanto, apesar da frustração inicial do pai, destacou que após o nascimento de Thomas, tudo mudou: "*Aquele pai grosso, agressivo, se*

transformou da água pro vinho. Então assim, já foi mais tranquila a nossa convivência". Helena permaneceu na casa dos pais, apesar do desejo do namorado de que eles se casassem e ela se mudasse para a casa dos sogros. Um ano depois deu à luz a seu segundo filho, Bento.

Agora mãe de duas crianças, a necessidade de tornar-se independente e sair da casa dos pais tornaram-se primordiais: "*Pra mim era questão de honra conseguir um emprego, conseguir minha casa, conseguir minhas coisas…".* Helena se desdobrou para cuidar dos filhos e concluir os estudos. Atualmente, está casada com o pai de Thomas e Bento e disse ter, enfim, conquistado o sonho da casa própria - "*agora só o que falta, de novo, é retornar ao mercado de trabalho"*.

Helena está desempregada há três anos. Tem um curso técnico em Segurança do Trabalho, mas nunca conseguiu ser contratada. Já trabalhou como fiscal, auxiliar administrativa e agora está fazendo um curso de técnico de enfermagem, pois acredita que as oportunidades de emprego na área são melhores. Ainda almeja ingressar à universidade; no dia da entrevista, revelou ter feito a inscrição dela e de seus dois filhos no ENEM.

Sobre a questão racial, a entrevistada relatou que temas relacionados à raça, racismo e Negritude são discutidos com frequência dentro de casa; também falou sobre as exigências estéticas de uma sociedade pautada na branquitude, e do quanto é importante não ceder a isso. No entanto, disse sentir muito medo pelos filhos - medo deles serem confundidos com "*marginais*", "*bandidos*". Por conta disso, relatou incentivar os filhos a se portarem e se vestirem de forma que não sejam vistos como "ameaça". As regras de conduta são diversas: cortar o cabelo "*baixinho*", evitar uso de gírias e palavrões, não andar descalço ou sem camisa e "*sempre andem com documento, sempre, sempre, sempre*".

Helena admitiu que os filhos às vezes reclamam das exigências da mãe, pois consideram algumas delas exageradas. Apesar disso, a entrevistada disse manter sua posição: "*Hoje em dia o negro tem que saber se vestir, tem que saber falar, tem que saber andar, porque só por sermos negros nós já somos mal julgados, mal vistos, entendeu? Se for colocar dois jovens na rua e correr, se tiver um branco sem camisa, se tiver um negro sem camisa, botarem os dois e os dois saírem correndo, a polícia vai correr atrás de quem?".*

Afastada do CCN desde a adolescência, a entrevistada retornou à instituição graças ao filho mais velho, que de forma semelhante a ela, viu o local como uma forma de socialização e aprendizado. Hoje em dia, Helena é uma participante ativa do CCN e está prestes a coordenar um projeto que visa trabalhar com jovens e adolescentes: "*Pra trabalhar a questão política, trabalhar também a questão social, trabalhar o posicionamento desses jovens no nosso patamar, na nossa realidade, né - preparar eles pro mundo"*.

3.3.5 LEILA

Leila tem 56 anos e é mãe de Akani, de 19 anos e Kiria, de 23 anos. Trabalha há mais de 30 anos no apoio pedagógico de uma escola particular em São Luís-MA. Quanto a seu estado civil, explicou que mantém união estável com o pai de seus filhos.

De origem humilde, a entrevistada contou ter crescido com os pais e os três irmãos num bairro periférico da cidade, do qual vive até hoje, agora com sua família. Os pais, ambos da Baixada Maranhense, vieram para a capital ainda muito jovens, com o objetivo de ajudar no sustento de suas famílias. O pai de Leila era estivador; a mãe, dona de casa. Nenhum deles conseguiu completar os estudos - o pai, em especial, foi alfabetizado por ela e por seus irmãos.

Apesar das lacunas na educação formal, Leila afirma que os pais foram pessoas conscientes no que diz respeito à questão racial. Segundo ela, a valorização da identidade negra sempre se fez presente em sua família, "*no sentido de fortalecer essa questão de identidade nossa, enquanto negros, [...] sempre elevando, dizendo pra gente que temos que valorizar a nossa cor [...], no sentido da gente se identificar e gostar [de ser negro], sabe?*".

Em 1984 integrou o Movimento Negro, mas afirmou que não foi para o Centro de Cultura Negra para "*aprender a ser negra*"; segundo ela, sua consciência racial foi conquistada dentro de casa, junto de sua família. O que Leila realmente procurava era um aprofundamento das discussões étnico-raciais: queria entender sua ancestralidade, dar sentido às situações racistas que viveu na infância, além de desconstruir conceitos errôneos aprendidos na escola: "*a gente ainda tinha uma certa gratidão, na infância, de que a princesa Isabel tinha sido assim, sabe, a salvadora [...], e eu dizia, gente, será possível que diante de todo esse sofrimento, de todo esse percurso…é só ela que se destaca?"*.

Durante a entrevista, Leila relatou algumas situações de racismo experienciadas tanto por ela quanto pelos seus filhos. Explicou ter tido uma infância "*atordoada diante desse processo de onde você não tinha espaço, de onde você não tinha vez"*. O racismo sofrido na escola foi algo do qual a entrevistada deu grande destaque, contando situações em que não foi reconhecida pelas professoras (em sua maioria branca) que davam preferência aos colegas brancos; sobre as peças teatrais, em que os únicos papéis que poderia exercer eram os de empregada ou escrava - "*eu me lembro que tinha um papel que era pra apanhar no pelourinho!"*.

Leila contou que sempre se recusou a participar dessas atividades - *"se eu não vou fazer o papel da dona daquela casa, eu também não tô querendo fazer o papel da cozinheira"*

- e que sempre teve o apoio dos pais, especialmente da mãe, que além de ir à escola da filha para reivindicar mudanças, encontrava diferentes formas de trabalhar a autoestima dos filhos: "*minha mãe era costureira, então ela fazia vestidos pra gente… quando a gente saia as meninas ficavam tudo olhando: 'nossa, quem fez essa roupa?' [...] porque ela sabia que a autoestima da gente tinha que ter uma contrapartida porque a gente vivia [o racismo], às vezes, né, na escola"*.

O suporte e ensinamentos dos pais se fazem presentes até hoje na vida da filha. Leila, agora apoio pedagógico em uma escola, incentiva a realização de atividades relacionadas à diversidade e letramento racial. Mãe de dois filhos, ela reproduz tudo o que aprendeu com Akani e Kiria, com quem disse ter uma relação de respeito e cumplicidade. A entrevistada reconhece os desafios presentes na maternagem negra, especialmente nos cuidados com o filho, pois teme não só pelo racismo que ele pode vir a sofrer, mas a violência associada a esse racismo que afeta, em sua maioria, homens negros: "*é diferente um menino negro da mulher negra. [...] eu, realmente, fico desesperada de ter… não gosto nem de pensar na possibilidade de perder meu filho numa violência dessa por conta da cor da pele, entendeu? Que bandido eu sei que meu filho não é, estudante eu sei que ele é, mas isso não garante que meu filho não será violentado, ou até…Deus há de livrar, morto"*.

Ao final da entrevista, após discutirmos sobre a questão do letramento racial e o papel de pessoas negras (e brancas) na luta contra o racismo estrutural, Leila fez a seguinte consideração: "*[...] sabemos da necessidade de se abrir para o mundo e enfrentar essa estrutura que tá aí né… essa estrutura que nos deixa à margem, que não dá essa visibilidade pra gente; mas que podemos trabalhar, correr atrás, porque essa visibilidade está nas nossas mãos, a gente tem como batalhar. Porque o sistema tá aí e não tá muito preocupado com as nossas questões específicas. Mas nós sabemos o que nós precisamos"*.

3.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA) e está em conformidade com a Resolução nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, normas que regulamentam os aspectos éticos e legais de pesquisas envolvendo seres humanos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sob o número 51204821.3.0000.5086 e obteve supervisão do Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara (CRP: 22/03185).

No ato das entrevistas, duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) foram entregues e explicadas às participantes, explicando os objetivos da pesquisa, riscos e benefícios, bem como os direitos de sigilo e confidencialidade, consentimento, armazenamento seguro dos dados coletados e livre acesso às informações sobre os procedimentos da pesquisa. Também destaquei que os resultados obtidos irão compor um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do tipo monografia, e podem ser divulgados em eventos acadêmicos ou revistas científicas, em que a identidade das participantes será mantida anônima.

Após a concordância e assinatura das participantes, dei início às entrevistas.

3.5 CENÁRIO DE PESQUISA

A seleção das participantes obteve o auxílio de uma conselheira do Grupo de Mães Negras Mãe Andresa e do Centro de Cultura Negra do Maranhão, do orientador desta pesquisa, bem como indicações feitas pelas próprias participantes que, após a entrevista, repassaram o contato de mães que se encaixavam aos critérios de inclusão da pesquisa.

As participantes foram contatadas por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*, em que foram informadas sobre os objetivos da pesquisa. Após o aceite, as entrevistas foram agendadas e realizadas no local de trabalho das mães, respeitando as medidas de proteção referentes à pandemia de COVID-19 e levando em consideração o princípio de confidencialidade previsto no TCLE.

3.6 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Para investigar a experiência de maternagem de mulheres negras, mães de meninos negros frente o racismo estrutural, elaborei um questionário socioeconômico (Apêndice B) e realizei as entrevistas tendo como base um roteiro de perguntas (Apêndice C) contendo temáticas relacionadas ao estudo.

Os próximos itens explicam em detalhe o processo de elaboração destes instrumentos e os procedimentos associados a eles.

3.6.1 QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

A elaboração deste instrumento teve como objetivo levantar e mapear, de forma objetiva, informações referentes à realidade social e econômica das participantes. Composto por 14 itens, o questionário apresenta perguntas relacionadas ao estado civil, idade, nível de escolaridade, ocupação, renda mensal individual e familiar e número de filhos. Também requereu a identificação étnico-racial das participantes e de seus filhos.

A apresentação do questionário ocorria após a leitura e assinatura do TCLE e era anterior às entrevistas. O seu preenchimento obteve o auxílio da pesquisadora, que lia as perguntas e escrevia suas respostas.

3.6.2 ROTEIRO DE ENTREVISTA

Madureira & Branco (2001) entendem o momento da entrevista como um espaço interativo e dialógico, em que significados são co-construídos pelos participantes e pesquisadores. Atravessada pela abordagem qualitativa, a entrevista torna-se flexível e social, pois requer uma espécie de imersão na realidade investigada por parte do/a pesquisador(a), que apreende indícios dos modos como cada um(a) dos(as) participantes percebe e significa sua realidade, possibilitando a compreensão das relações estabelecidas consigo e com o mundo (FERREIRA, 2019, p. 105).

As entrevistas que compõem esta pesquisa são de modelo semi-estruturado e foram realizadas com o auxílio de um roteiro de perguntas. A elaboração destas teve como norte os três tópicos que subsidiaram esta pesquisa, a saber: a) maternagem; b) infância e juventude; c) racismo. A flexibilidade deste tipo de entrevista permitiu o acréscimo de novas perguntas durante o procedimento, e ofereceu às entrevistadas a oportunidade de trazer outros temas para discussão.

Com duração média de uma hora e meia, as entrevistas foram gravadas em áudio após a autorização das entrevistadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram transcritas na íntegra pela pesquisadora.

3.7 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A psicologia histórico-cultural de Vygotsky tem como alicerce a compreensão do ser humano enquanto ser fundamentalmente histórico e cultural, manifestação de sua relação com a sociedade (ZANELLA et al, 2007). Esta abordagem coloca o sujeito numa posição ativa, de criação: reconhece que o indivíduo, atravessado por dimensões históricas, sociais e culturais,

constrói sentidos e significados que não somente o auxiliam a compreender o mundo, mas fazem “sentido” de suas vivências subjetivas, emocionais. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos construídos por mulheres negras, mães de meninos negros a partir de suas experiências com a maternagem e o racismo estrutural. Como método de análise, utilizei a construção de zonas de sentido concebida por Vygotsky (2004).

Bastante utilizado na análise de entrevistas individuais, a construção de zonas de sentido possibilita ao/à pesquisador(a) a articulação dos sentidos emergidos nas entrevistas aos objetivos e referenciais teóricos da pesquisa (FERREIRA, 2019). Este método tem a fala como importante unidade de análise, visto que é por ela que o sujeito é capaz de expressar suas vivências, opiniões, afetos e motivações. Nesse contexto cabe ao/à pesquisador(a) a tarefa de apreender as zonas de sentido expressas nessas falas, suas questões, temas e conteúdos centrais, de forma que seja possível reuni-los em uma rede e organizá-los de acordo com o grau de importância que é atribuído a eles (AMORIM, 2019; FERREIRA, 2019).

As zonas de sentido utilizam, então, a fala e as interlocuções construídas entre pesquisadora e participantes, transformando-as em unidades de análise que expressam o movimento de “passagem da influência social exterior ao indivíduo, à influência social, interior ao indivíduo” (VYGOTSKY, 1985, p.87 apud ZANELLA et al, 2007), ou seja, a transição do individual para o coletivo e vice-versa, importantes para compreender quais vias as participantes constroem certos sentidos (AMORIM, 2019; FERREIRA, 2019).

A análise deste trabalho foi realizada a partir das entrevistas realizadas com as participantes. Após a transcrição das gravações em áudio, fiz uma leitura cuidadosa das informações construídas e com base nelas, fiz o levantamento de duas zonas de sentido para discussão, a saber: maternagem e racismo. As análises das falas das participantes foram transversalizadas em conjunto com o referencial da psicologia histórico-cultural, bem como livros e pesquisas científicas relacionadas à temática do racismo. Os resultados e discussões serão expostos a seguir.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados construídos no decorrer do processo de pesquisa. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da psicologia histórico-cultural, foram realizadas análises referentes às entrevistas das participantes, cujos relatos fundamentaram a construção de unidades de análise acerca de suas experiências enquanto mulheres mães negras de meninos/jovens negros e sua interface com o racismo estrutural.

As análises foram organizadas com base em duas zonas de sentido identificadas durante as entrevistas: maternagem e racismo. A primeira zona de sentido possui como unidades de análise: percepções sobre o ‘ser mãe’; interface entre maternagem e racismo; e afetos mobilizados. A segunda zona de sentido tem três unidades de análise associadas à temática do racismo, são elas: percepções sobre racismo; afetos mobilizados; e estratégias. A seguir, apresentarei as noções de sentido elaboradas por cada uma das participantes.

4.1 MICHELLE: SOBRE SER “RIO E VENTANIA”

Tabela 1- Zonas de sentido (Michelle)

Zona de Sentido 1	
Definição: Sentidos atribuídos à maternagem	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Ser mãe	*“Eu acho que ser mãe é você fazer seu filho chorar pro mundo não fazer ele chorar”*
Interface entre maternagem e racismo	*“Não é fácil…porque você saber, ter ciência, consciência que teu filho não vai passar despercebido…que uma hora ou outra ele vai sofrer*

	um racismo…você tem que ser muito forte pra não fraquejar na hora de defender ele”
Afetos mobilizados	*“Ele é meu motivo diário [...] meu primeiro alicerce, minha primeira coluna de vida é você. Se hoje eu mudei, eu virei pedra e criei limo, foi por tua causa”*
Zona de Sentido 2	
Definição: Sentidos atribuídos ao racismo	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Percepções sobre o racismo	*“É o incomodar. É tu achar que você é superior àquela outra pessoa, é você achar que aquela outra pessoa não pode estar no mesmo local que você porque você se acha o ser supremo”*
Afetos mobilizados	“*Antes eu ficava muito triste. Eu chegava em casa e chorava sozinha. Eu chorava muito, olhava pra ele [Benício] e dizia assim: o mundo vai ser tão chato quando tu tiver maior…”*
Estratégias	“*Tu vai ter que não aceitar o preconceito, não aceitar o racismo, mas tu vai ter que saber lutar contra ele, e saber que quando um próximo teu - não precisa ser sanguíneo, não pre-*

cisa ser amigo…mas qualquer pessoa que tu vê na rua que tá sofrendo tal situação - defende!"

Fonte: elaborado pela autora.

A chegada da maternidade na vida de Michelle foi inesperada. Com 23 anos e sonhos de viajar pelo país e ingressar em uma universidade, a entrevistada precisou por seus planos em pausa e focar na chegada de seu filho, Benício, que hoje tem 11 anos de idade. Dessa forma, Michelle é a participante com o filho mais jovem desta pesquisa.

A entrevistada descreve o processo de tornar-se mãe como uma luta. Apesar do apoio da mãe, Michelle sofreu com a desaprovação do avô (principal figura paterna em sua vida), a interrupção de seus sonhos para o futuro e a falta de apoio do então namorado, pai de Benício. Ela narrou: "*Pra ele [avô] foi a maior decepção, porque ele não esperava, ele não queria que eu fosse mãe antes de entrar na faculdade, e que aquele filho não iria me dar a chance de entrar na faculdade… porque a vida pra gente não era fácil e aí…foi realmente o que aconteceu, parecia assim que ele tava lendo o meu futuro. [...] Eu queria fazer Serviço Social. Aí eu tive Benício e foi uma luta, porque eu tive ele, mas depois eu me separei do pai dele por conta de traição, né…ausência no meu momento de gestação, não tive aquela presença…e ele só estudava, estudava, estudava…[...] eu queria mais assistência dele, entendeu?*".

Penso que esse trecho diz muito sobre a parentalidade em seu sentido tradicional, patriarcal: enquanto Michelle precisou abandonar seus planos, ainda que temporariamente, o pai de seu filho pode dar continuidade aos estudos. Collins (2019) acerta ao dizer que a maternidade, apesar de gratificante, pode ter também altos custos pessoais - é uma instituição fundamentalmente contraditória. Em "Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política de empoderamento" (2019), a autora aborda a questão da abdicação presente no exercício materno, explicando que muitas mulheres mães negras, sobrecarregadas pelas responsabilidades da maternagem acabam colocando sonhos e ambições em segundo plano para poder criar seus filhos.

Ao ser questionada sobre suas percepções acerca da maternidade, Michelle aponta: "*Eu não sou uma mãe muito…eu sou carinhosa, sou. Mas as pessoas me acham muito bruta. Eu acho que ser mãe é você fazer seu filho chorar, pro mundo não fazer ele chorar"*. Existe uma certa rigidez na forma como Michelle cria seus filhos: ela exige boas notas, organização e autonomia. Benício, com 11 anos, cuida da irmã, ajuda nos afazeres domésticos e estuda.

Quando tira boas notas na escola, o menino recebe uma resposta que penso que a maioria dos filhos já deve ter escutado em algum momento da vida: "*Benício, tu não tá fazendo mais do que tua obrigação!*"; e continua: "*Não vai achando que tu tá ganhando trófeu… tu não fez mais do que tua obrigação! Tu tem que tirar mais que 10, se fosse pra tirar 1000, eu queria que você tirasse 1000".*

Collins (2019) fala muito desse pragmatismo materno, do qual ela considera ser muito presente em famílias negras. De acordo com a autora, essa rigidez advém da natureza do trabalho desempenhado para garantir a sobrevivência de crianças negras - seus esforços para proporcionar um suporte físico e psíquico aos filhos acabam por afetar no estilo de maternagem e a intensidade emocional entre mães e filhos negros. Michelle justifica sua atitude disciplinadora da seguinte forma: "*[precisa] saber observar quando seu filho realmente precisa de um dengo. Porque às vezes você dengar toda hora… não é… questão de carinho, é você tá dando manha pra ele. [...] Mas eu sou assim. Eu sei ser rio e ventania…que é quando pra cheirar, eu [faço]…mas também quando é pra falar sério…eu acho que ser mãe é você saber impor e dar limite.".* Perguntei à Michelle o significado de ser "rio e ventania", ao que ela explica: "*É porque eu sou da Oxum. E eu tenho Iansã. Eu sou de Nossa Senhora da Conceição e Santa Bárbara. Então Iansã é ventania, né, e a Oxum é rio, calmaria. Mas também a gente sabe que rio também tem suas correntezas que…ninguém vê, né? Eu sei acalentar meus filhos, mas eu também sei colocar [eles] no lugar deles"*.

Além do que foi apontado acima, penso que a exigência em torno da excelência escolar possui ramificações de cunho racial. Numa sociedade que questiona a todo tempo o potencial de pessoas negras, ser o "melhor" envolve não apenas provar o contrário, mas assumir uma posição voltada para a representatividade. Em outras palavras, penso que a busca pela excelência provém da concepção racista que vê o branco como indivíduo autônomo e o negro como representante de todo um grupo; é a ideia de que se uma pessoa branca falha em algo, a culpa é só dela, mas se uma pessoa negra comete um erro, a culpa se estende não só a ela, mas a toda uma raça (FANON, 2020). Adicionado a isso, postulo que a exigência no âmbito escolar possa vir também da ideia de que para um estudante negro ser reconhecido e valorizado tanto quanto seu colega branco médio, ele precisa realizar um esforço dobrado.

Não obstante, o amor que Michelle sente pelos filhos se fez presente durante toda nossa conversa. A entrevistada conta o que costuma falar para Benício: "*Tu é meu primeiro amor, meu primeiro amigo, meu companheiro, tudo pra mim. Eu sempre digo isso pra ele: meu primeiro alicerce, minha primeira coluna de vida é você. Se hoje eu mudei, eu virei pedra e criei limo, foi por tua causa*". Acredito que a rigidez materna da entrevistada não é

um empecilho para o afeto entre mãe e filho, ao contrário; Benício reconhece os esforços da mãe ao ponto de tentar retribuir e ajudá-la de diversas maneiras: "*Olha, já chegou dias deu terminar de trabalhar meia-noite e minhas pernas tarem inchadas, e eu sou assim, eu sentei, eu dormi, né… quando eu acordo desesperada, eu acordei, isso aconteceu uma vez, 'Meu Deus, a casa tá toda aberta!'. Ele foi lá na irmã dele e disse: 'Valentina, eu vou passar o cadeado no portão e vou fechar a casa'; ele varreu o salão pra mim, limpou toda a sala, arrumou as louças todas na pia, botou Valentina pra dormir e me chamou. Quando eu acordei, eu fiquei em choque; eu digo: 'Meu Deus, quem entrou aqui em casa?', ele disse: 'mamãe, vamo tomar banho pra senhora dormir'. Nossa! Essas coisas me deixam muito felizes!".* É um exemplo se alinha aos escritos de Collins (2019), que conclui:

> Para muitas mães negras, a exigência de sustentar os filhos em meio à opressão interseccional é tão grande que elas não têm nem tempo nem paciência para o afeto. Ainda assim, a maioria dos filhos negros ama e admira suas mães, e não têm dúvidas do amor de suas mães por eles (p.504).

Além de Benício, Michelle também é mãe de Valentina, de seis anos de idade. Segundo a entrevistada, existe uma diferença de cor entre os irmãos: o filho é preto e a filha, parda. É algo que Michelle destaca ainda no início de nossa conversa, explicando que essa diferença racial foi uma questão que ecoou na filha em especial. Michelle relatou o ciúme de Valentina ao saber que o irmão teria uma nova irmãzinha e que esta se pareceria mais com Benício do que ela, que é mais clara: "*O pai dele [Benício] teve uma neném agora recente, né… aí ela disse: 'Mamãe, Benício não vai mais ligar pra mim…'; eu disse: 'Por que?, 'porque, por conta da diferença da cor, ele não vai me aceitar, porque ele tem uma irmãzinha da cor dele!*".

Acho interessante expor esse diálogo, pois ele me remete muito ao livro "*The Color of Love*" [A Cor do Amor] (2015) da socióloga afro-americana Elizabeth Hordge-Freeman. Nele, a autora faz uma pesquisa extensa sobre a socialização de famílias negras no estado da Bahia, em que aborda o quanto a hierarquia racial imposta pela branquitude é capaz de afetar os laços familiares mais íntimos. Hordge-Freeman (2015) traça uma relação entre afeto e estigma, trazendo casos de pais e filhos, irmãos e companheiros que se sentem preteridos pela família, que tende a expressar preferência e dedicar maior atenção e afeto a familiares de pele mais clara.

Não pretendo me estender nesse assunto - fruto do racismo e do processo histórico de branqueamento no Brasil -, ainda mais porque esta questão não se aplica à família de Michelle. O que me intriga é justamente o oposto: o fato de Valentina achar que não seria mais amada pelo irmão por ser mais clara. É curioso como a questão do pertencimento

perpassa questões de raça; como se o amor e a familiaridade envolvessem a identificação racial entre familiares. Depois de relatar a situação, Michelle conta como resolveu esse impasse familiar: "*eu disse: 'Valentina, na minha família tem uma miscigenação muito grande: tem índio, tem negro, tem um monte de coisa, então, tu não pode te sentir menor e inferior por conta disso, vocês dois são irmãos, independente de um ser mais claro e outro ser mais escuro - não tem disso*". Além disso, a entrevistada também faz questão de demarcar que a pele mais clara da filha não deve ser vista como uma vantagem, uma forma de se sentir superior ao irmão: "*A gente fala, não tem essa história aqui. Valentina você não é branca; o sangue que corre na minha veia corre na tua e na de Benício, então é uma coisa só [...] o fato de você ter a pele mais clara que seu irmão também não vai te tirar dessa classe de sofrer racismo de alguma forma*" - O que nos leva à interface entre racismo e maternagem.

Perguntei à Michelle como é ser mãe de um menino negro no Brasil, ao que ela responde: "*Não é fácil… porque você saber, ter ciência, consciência que teu filho não vai passar despercebido… que uma hora ou outra ele vai sofrer um racismo… você tem que ser muito forte pra não fraquejar na hora de defender ele"*. Esse tipo de fala também foi uma constante durante as entrevistas - a necessidade de ficar sempre atenta a qualquer mudança comportamental do filho. É um fator de proteção que vai muito além do trabalho materno comum, é um proteger que tem relação direta com a questão racial: "*Eu fico o tempo todo em alerta. Por isso, assim, por isso eu falo pra ele me ver como amiga, pra quando acontecer uma situação dessa na escola ou mesmo na rua, eu saber defender ele da maneira correta [...] Benício, alguém te destratou? Alguém te falou alguma coisa que tu não gostou com relação ao teu cabelo, à tua pele? Eu sempre tô conversando".* No caso de Michelle, essa atenção não está alicerçada somente na prevenção, mas na reparação: apesar da pouca idade, seu filho já foi vítima do racismo.

Benício tinha três anos quando sofreu racismo pela primeira vez: "*ele teve uma amiguinha que disse pra ele que ele era feio".* Esse insulto aparentemente inócuo, no entanto, causou uma febre emocional na criança: "*[...] você acordar e ver seu filho queimando em febre de 39º e dizendo 'eu sou feio, eu sou feio, eu sou feio', eu fiquei… eu pirei!"*. Esse episódio de discriminação racial não foi o único da vida do filho e a entrevistada demarca que a maioria desses incidentes ocorreu dentro da escola: "*Ele usa trança… eu que fazia as trancinhas, aí depois ele: 'tira mãe, vou cortar o cabelo'. Aí eu conversava: 'não corta, é lindo, você é lindo…', tirava foto e mostrava. Até que ele sofreu racismo por conta do cabelo na escola que ele estudava: 'mamãe, eu quero um casaco com capuz', aí eu não entendi: 'Por que? Teu casaco é sem capuz…', 'Não, eu não quero e quero cortar o cabelo'. Aí eu fui lá*

[na escola]. Ele foi me contar isso só depois de três dias…". Michelle conta que foi amparada pela escola, que chamou palestrantes e ativistas de movimentos negros para conversar com os alunos, mas parece não ter sido suficiente, visto que Benício foi discriminado mais uma vez depois disso. A frequência desses episódios fez com que Michelle resolvesse transferir o filho para outra instituição.

A experiência de racismo na escola foi fundamental para a manutenção do comportamento quase superprotetor de Michele para com o filho. Junto a isso, existe a frustração de não ter conseguido reagir de maneira correta ao primeiro contato dele com a discriminação racial: "*Porque na hora eu não tive ação pra defender ele [...] e só depois eu fui ver a gravidade que isso causou no meu filho"*.

Diante desses relatos, perguntei à Michelle o sentido que ela dá ao racismo: "*Olha… assim. Eu vejo de tantas formas, sabe? Eu acho que é uma palavra: o incomodar. É o incomodar. É tu achar que você é superior àquela outra pessoa, é você achar que aquela pessoa não pode estar no mesmo local que você, porque o teu superior, o teu ego é maior. É você querer botar o diferente, né, vamos supor assim, ou o negro ou qualquer outra etnia abaixo de você porque você se acha o ser supremo, entendeu? Eu acho que… é a verdadeira doença do mundo, entendeu? Não tem uma outra classificação. Pra mim não tem. É a doença do mundo, é você achar que é melhor do que o outro, é você achar que aquela pessoa é inferior à você, é você machucar aquela pessoa com palavras, porque nem todo mundo é forte ao ponto de receber uma crítica racista da outra, entendeu? Nem todo mundo sabe se defender. Então uma pessoa, pra mim, que trata o outro como racista, é doente. Que nós não somos melhores que ninguém e ninguém é melhor que a gente. Eu sempre levo isso"*.

O depoimento da entrevistada me remete à definição que Grada Kilomba (2019) confere ao racismo. Segundo a autora, no racismo estão presentes três grandes características: o poder, a construção da diferença e os valores hierárquicos ligados a ela: é sobre nomear um grupo enquanto "diferente" quando ele não atende a norma, que é branca. Essa rotulação negativa é articulada através de estigmas, desonra e sentimentos de inferioridade, de forma que comportamentos e atitudes discriminatórias tais quais as descritas e experienciadas por Michelle e seu filho, tornam-se norma, costume. A naturalização da discriminação é perigosa e ajuda a justificar esse sentimento de superioridade explicado pela entrevistada, mas diante do "branquear-se ou desaparecer" denunciado por Fanon (2020), Michelle decidiu seguir um caminho diferente.

A entrevistada relata que as viagens que fez antes de engravidar de Benício foram essenciais para seu processo de aceitação e identificação enquanto mulher negra. Ela conta

que foi em São Paulo que começou a se "*aceitar de todas as maneiras*": " *Foi assim, uma mudança muito radical. Quando as meninas da Galeria do Rock falaram assim: 'vamo tirar esse cabelo, vamo ajeitar isso aqui, fazer um black power', aí eu disse: 'mas meu cabelo é muito cheio…', 'É assim que a gente gosta! E a gente vai andar contigo aqui na 25 [rua 25 de Março] e aqui no Alto da República pra eles verem como é teu cabelo*. *Quando eu passava, o pessoal que trabalhava com trança falava: 'Égua, negra, teu cabelo tá muito massa! Meu cabelo vai ficar assim!"*. Para ela, essa experiência foi transformadora: *"Aí tu começa a ver elogios, elogios, elogios… aquilo foi me dando uma felicidade, e eu disse pra mim mesma - eu não aliso cabelo mas é nunca mais!"*.

Talvez o que falarei a seguir seja uma digressão, contudo, a fala de Michelle me fez lembrar da dissertação de Silva (2020), que em sua pesquisa investigou a experiência de mulheres periféricas e sua relação com a raça, gênero e formação da autoimagem. De acordo com a autora, nossa percepção acerca do que é belo tem como base referências e valores que aprendemos ao longo de nossa história de vida, estando, assim, relacionados a estruturas e imposições sociais (SILVA, 2020). Quando os traços de beleza são calcados pela branquitude, a autoestima e a autoimagem de mulheres negras acabam sendo afetadas por pré-concepções que as sujeitam a locais de inferioridade e enfraquecimento de potências. Diante disso, Silva (2020) propõe que a beleza deve ser vista enquanto construção - a partir do reconhecimento, do afeto, das vivências, de modo que nada tem a ver com padrões impostos (p.99).

Michelle se sentiu bonita através do reconhecimento e afeto demonstrados pelos seus ao caminhar pelas ruas de São Paulo; também foi lá em que ela, enfim, passou a se aceitar e se identificar enquanto mulher negra. Oliveira (2019), ao estudar o processo de transição capilar de mulheres negras, chega a uma conclusão semelhante:

> As mulheres, após a transição capilar, passaram a sentir-se mais autênticas, com maior segurança e com a autoestima elevada. A aceitação da textura natural dos cabelos interrompe o ciclo geracional de alisamento compulsório dos cabelos crespos. [...] Em virtude de o cabelo crespo ser, reconhecidamente, um traço fenotípico de ancestralidade negra, as mulheres negras, após a transição, têm sua negritude evidenciada, independentemente do motivo para o início da transição. O processo de busca de informações e conhecimentos sobre a textura do cabelo resulta sempre em reconhecer-se na sua condição mais natural, e isso inclui se compreender posicionada no pertencimento racial (OLIVEIRA, 2019, p.70-71 apud SILVA, 2020, p.101-102).

Assim, podemos dizer que tal qual as mulheres incluídas na pesquisa de Oliveira (2019), Michelle teve a questão da negritude evidenciada através da aceitação dos cabelos, ao se sentir pertencente a um grupo, ao ser reconhecida pelos seus.

Ao longo da vida, a participante sofreu toda sorte de discriminação racial. Durante nossa entrevista, ela mencionou casos na infância, em que seu cabelo e sua cor eram alvo de piadas; e na idade adulta, em que foi chamada de "*macaquinha*" por empregadores, seguida por seguranças em lojas de shoppings e incentivada a mudar o cabelo por conta do trabalho. Apesar disso, a entrevistada conta que se defendeu em todas essas situações: enfrentou patrões e clientes racistas, demitiu-se de empregos e hoje faz questão de ensinar os seus filhos o mesmo. Segundo ela, "*[...] se eu não sei me defender, eu acabo me contaminando com aquela doença, porque eu tenho que saber falar alguma coisa, eu tenho que abrir a boca, nem que seja pra gritar! Nem que seja pra pular, pra chorar, mas eu tenho que expressar que eu não vou deixar essa doença entrar em mim. Se uma pessoa me tratar com racismo, eu não posso simplesmente ficar impactada, olhando, não. Alguma coisa, eu tenho que expressar algum sentimento; nem que eu saia correndo, nem que eu grite, nem que eu… porque pra mim é a doença do mundo, não tem outro nome, ela é pior do qualquer outra doença carnal, do que o diabetes, até do que o próprio câncer. Porque um racista ele não sente dor; ele faz doer, ele machuca o outro".*

Penso que é aí que o trabalho materno de preservação se faz mais presente para mulheres mães negras. Michelle não quer que seus filhos sofram como ela sofreu. Adulta, ela diz se sentir '*calejada*', mas conta que não quer o mesmo para os filhos: "*É chato, né, quando você tem que virar uma pedra pra não… pras pessoas não te… pra você não se deixar ferir, né. E eu… como eu virei pedra, assim, como eu virei limo, eu criei limo… porque…um filho negro, hoje, você saber que você vai sair de casa com o seu filho e você não sabe o que vai ver na frente, o que vai acontecer…tu tem que ser leão, virar leoa. E eu virei leoa pra não deixar ele passar…pelo menos o tanto que eu passei, entendeu?".* Michelle fala que já se sentiu muito machucada por conta da discriminação sofrida: "*Antes eu ficava muito triste. Eu chegava em casa e chorava sozinha. Eu chorava muito, olhava pra ele [Benício] e dizia assim: 'o mundo vai ser tão chato quando tu tiver maior…'.* Apesar disso, a entrevistada diz que hoje está mais fortalecida, de modo que conclui: "*Não*; *[o mundo] pode até ser [chato]*. *Mas eu vou criar um cara que vai abrir a boca e vai jogar palavras para conscientizar".*

O certo é que o trabalho materno de preservação tende a estar diretamente ligado ao trabalho materno de resistência. Michelle conversa o tempo todo com o filho sobre o racismo e alerta: "*Essa não vai ser a primeira nem a segunda vez [que vai sofrer racismo]*. *Você sempre vai ter alguém que vai te olhar com um olhar diferente.".* Ela não quer esconder o mundo para o filho e pensa que a melhor forma de prepará-lo é mostrando a sociedade tal qual ela é - só assim ele vai saber se defender: "*Quando ele sofreu pela primeira vez na escola, ele*

disse assim pra coordenadora: 'coordenadora, eu vim pra cá pra ser palhaço da escola? Eu não sou bolsista aqui, eu sou integral. O mesmo livro que eles compraram, eu também comprei; o meu cabelo não é seco, ele é crespo. E eu não sou 'neguinho', eu sou preto. A minha cor é preta, eu sou negro". Michelle diz que "*dá o caminho*" para o filho se defender: mostra entrevistas no jornal, apresenta livros, documentários e filmes "*para ele abrir a boca e dizer*".

É importante destacar que Michelle não realiza esse trabalho de resistência sozinha; a mesma faz questão de envolver família e amigos: "*Além da minha fala, eu mexo com a família toda. Então, eu tenho duas tias que são pedagogas que vão lá e conversam com ele; o tio dele, o pai, o padrinho… então é minha família toda. Quando você envolve todo mundo, quando você consegue conscientizar todo mundo, vizinho, até minhas amigas - eu tenho um grupo de trancistas, e aí quando ele sofreu essa questão do racismo na escola, elas começaram a mandar mensagens de apoio pra ele, mandando áudio. Então a gente mostra pra ele que tem quem acolhe ele, ele não tá só".*

Para além desse trabalho coletivo, Michelle também vê a empatia enquanto uma ferramenta para lidar com o racismo: "*Tu vai ter que não aceitar o preconceito, não aceitar o racismo, mas tu vai ter que saber lutar contra ele, e saber que quando um próximo teu - não precisa ser sanguíneo, não precisa ser amigo… mas qualquer pessoa que tu vê na rua que está sofrendo tal situação - defende! Porque poderia ser você e essa pessoa também pode te ajudar. Então se você der a mão pra alguém, alguém vai dar a mão pra ti. Porque uma andorinha só não faz verão".*

A ênfase pela empatia, pela "lei do retorno" é algo que se faz muito presente nas falas de Michelle. Ela explica que esse auxílio, esse suporte ao outro deve se estender não somente aos seus, mas a todos que são, de alguma forma, preteridos em sociedade. Segundo ela, "*não tem sofrimento a mais ou a menos. Sofrimento é sofrimento. Dor é dor*". Os ensinamentos de Michelle surtiram efeito em seu filho, que diz saber se defender diante de situações discriminatórias e estender ajuda a quem precisa de apoio nessas situações.

4.2 MARIA: SOBRE A COMPLEXA RESPONSABILIDADE DE SER MÃE

Tabela 2- Zonas de sentido (Maria)

Zona de sentido 1

Definição: Sentidos atribuídos à maternagem	
Unidade de análise	**Exemplos de fala**
Ser mãe	"*Eu olho pra esse ser mãe como uma responsabilidade de tudo: de mostrar um mundo perigoso… de mudar esse mundo, porque eu acho que como mãe a gente tem, a gente precisa ter essa visão também de tentar mudar o mundo de alguma forma pra receber essa criança"*
Interface entre maternagem e racismo	**"***a mulher branca, a mãe branca, a diferença de uma a outra é isso: não olhar as problemáticas de violência sem… que pra que seu filho seja o alvo da ação, alvo que eu digo de ser alvejado. Ele pode ser tipo vítima, não o acusado… no nosso caso, olhar aquele menino como um suspeito - não vítima, sempre suspeito"*
Afetos mobilizados	*"Palavra pra denominar é medo. Temor, receio, angústia [...]. Porque eu olho, com todos os meus estudos e com toda a sociedade nos mostra hoje nos jornais, nas pesquisas, nos homicídios, nos suicídios, né? Então, em todas essas pesquisas o homem negro, ele tá no índice, no pior índice. Então é estar o tempo todo sobressaltada, com medo, com receio, achando que vai ser a próxima a enterrar o filho"*
Zona de Sentido 2	
Definição: Sentidos atribuídos ao racismo	

Unidades de análise	Exemplos de fala
Percepções sobre o racismo	"*pessoas brancas se enxergando melhores exatamente por ver o diferente e ela denominar que ela é melhor, olhando pela cor da pele e dizendo: não, a sua cultura, o que é seu é menor do que é meu; eu trago a inteligência, a tecnologia, eu sou isso e você é aquilo, você fique na pirâmide da sociedade, no meu entendimento, como o menor"*
Afetos mobilizados	"*Eu tenho muito medo dele andar só… muito medo de ele andar só… esse é um dos piores medos que eu tenho. Dele andar sozinho e as pessoas…sei lá… que o corpo negro é um corpo que as pessoas querem acesso. Então eu tenho muito medo dele andar sozinho… assim, é pior de todos os meus medos"*
Estratégias	"*Se eu decidir comer no Ferreiro Grill, eu já vou com um certo tipo de roupa, pra que eu não seja confundida com a pessoa que trabalha naquele espaço. Então eu já vou com uma postura, já pensando naquele espaço, né"*

Fonte: elaborado pela autora.

Maria engravidou aos 19 anos de idade. Hoje, com 32 anos e um filho de 13, a entrevistada recorda como foi o seu processo de construção enquanto mulher mãe. Jovem, precisou lidar com o desapontamento dos pais diante de sua gravidez precoce e a culpa que a envolveu não só durante o período de gestação, mas que a acompanha, de certa forma, até os dias de hoje: "*A gravidez foi essa culpa, vivenciando essa culpa, olhando os olhares das pessoas te julgando com aquele barrigão, né? [...] Depois que eu comecei a trabalhar, que eu fui pra faculdade e então… a culpa era maior ainda - culpa por deixar o menino na escola, culpa por ter que fazer várias coisas…"*. Apesar disso, a entrevistada disse ter tido muito apoio da família. Tal qual as mães de criação descritas por Collins (2019), Maria teve uma

rede de apoio composta por mãe, tias, madrasta e avós, cujo cuidado compartilhado proporcionou à entrevistada a oportunidade de estudar e trabalhar.

Maria vê o maternar como uma experiência complexa: "*Eu olho pra esse ser mãe como uma responsabilidade de tudo: de mostrar um mundo perigoso… de mudar esse mundo, porque eu acho que como mãe a gente tem, a gente precisa ter essa visão também de tentar mudar o mundo de alguma forma pra receber essa criança [...]. É alimentar, é ter tempo, é dar banho, é limpar um cocô, é comprar fralda, que é muito caro, é dar brinquedos, que é muito caro, é dar lazer que é muito caro, né? É dar amor, amor, amor!"*.

A complexidade descrita por Maria também está relacionada ao fato da entrevistada enxergar a maternagem como um processo: "*Eu me tornei e continuo no aprendizado de ser".* Considero importante destacar como esse processo destacado por Maria se viu imbricado em outro - o de tornar-se mulher: "*Porque eu era, eu me considerava ainda uma jovem, uma menina que não sabia de muita coisa… mas eu acabo engravidando, então eu preciso me tornar uma mulher urgente".*

Maria diz ter uma relação positiva com o filho, aberta ao diálogo. Segundo ela, essa abertura se dá, em parte, por conta de ele ser um menino negro: "*Eu converso com ele sobre tu-do, tudo, é exatamente com esse medo, porque eu sei que o corpo dele é alvo de uma sociedade, né."*. Dito isso, a entrevistada relata tomar cuidados especiais com o filho: "*Tudo o que eu falo pra ele é racionalizado: 'Não corra, você é um homem preto; você não vai tá sendo visto como atrasado, mas vai tá sendo visto como suspeito'; 'não ande sem camisa'; 'boné, não use'".*

Para além das dificuldades de tornar-se mãe tão jovem, Maria considera ser mãe de um menino negro um desafio ainda maior. Durante nossa conversa, a entrevistada verbaliza várias vezes o seu temor e apreensão diante do que o filho pode vir a sofrer: "*Palavra pra denominar é medo. Temor, receio, angústia [...]. Porque eu olho, com todos os meus estudos e com toda a sociedade nos mostra hoje nos jornais, nas pesquisas, nos homicídios, nos suicídios, né? Então, em todas essas pesquisas o homem negro, ele tá no índice, no pior índice. Então é estar o tempo todo sobressaltada, com medo, com receio, achando que vai ser a próxima a enterrar o filho".*

O trabalho materno desempenhado por Maria e as preocupações que a envolvem dizem muito sobre as disparidades entre criar filhos brancos e criar filhos negros. Essa nuance é demarcada da seguinte forma pela entrevistada: "*a mulher branca, a mãe branca, a diferença de uma a outra é isso: não olhar as problemáticas de violência sem… que pra que seu filho seja o alvo da ação, alvo que eu digo de ser alvejado. Ele pode ser tipo vítima, não o*

acusado… no nosso caso, olhar aquele menino como um suspeito - não vítima, sempre suspeito". O que a participante teme é a criminalização do corpo de seu filho, fruto da construção de um medo que coloca pessoas negras em posição de outridade, tela de projeção do que o sujeito branco não quer ser reconhecido (KILOMBA, 2019, p.78). Curioso pensar que o maior medo de Maria é justamente o medo sentido pelo outro.

Maria admite que o filho ainda é muito jovem para compreender o escopo da questão: "*Ele questiona, ele entende…mas não entende. Porque tipo assim muitas vezes ele não consegue compreender a realidade ainda…ele é muito criança ao ponto de perceber, de se perceber suspeito, né…"*. No entanto, enfatiza a necessidade de alertá-lo: "*é muito dolorido, não vou te mentir. Ver corpos negros no chão, todo tempo na televisão, mas eu preciso… eu não posso pintar o Brasil nem o mundo pra Pedro colorido. Por ele ser um homem preto".*

A participante percebe o racismo da seguinte forma: "*Racismo pra mim é… que o branco, a forma como as pessoas brancas, europeias, que se acham melhores que as outras a partir da cor [...], como algo criado pelo branco pra diminuir, né, pessoas,* pessoas*, porque a gente olha muito o corpo do continente africano como escravos - são pessoas feitas escravas… mas é isso: pessoas brancas se enxergando melhores exatamente por ver o diferente e ela denominar que ela é melhor, olhando pela cor da pele e dizendo: não, a sua cultura, o que é seu é menor do que é meu; eu trago a inteligência, a tecnologia, eu sou isso e você é aquilo, você fique na pirâmide da sociedade, no meu entendimento, como o menor"*.

Segundo a entrevistada, o filho nunca trouxe queixas relacionadas à discriminação racial, algo do qual ela associa à personalidade expansiva do filho e pelo seu status de atleta: "*Talvez o que ainda está blindando ele é esse comportamento de ser amigo de todo mundo, do atleta da escola, do conhecido… porque na escola todo mundo sabe que ele joga no Flamengo"*. Essa observação de Maria é interessante, pois ela corresponde com o que Lélia González (2020) escreve acerca dos papéis e lugares sociais atribuídos a pessoas negras. Segundo a autora, as imagens positivas associadas a mulheres e homens negros são aquelas em que eles desempenham papéis sociais determinados pelo sistema: cantor, mulata, *jogador de futebol.*

O que González (2020) observa é que todas essas imagens possuem um elemento em comum: a pessoa negra é vista como fonte de entretenimento, como objeto. No entanto, esse aspecto oportunista de tipificação cultural acaba rejeitando homens e mulheres que não se adequam a esses padrões. Impossível não associar essa experiência a Benício, filho de Michelle: descrito pela mãe como tímido, Benício sofreu racismo na escola repetidas vezes,

ao passo que Pedro, por ser visto como adequado aos padrões impostos pela branquitude, consegue ser "blindado" do racismo. Mas não seria essa aceitação condicional oferecida pelo grupo branco também uma forma de racismo, ainda que implícito?

Maria também diz nunca ter sido vítima de racismo explícito, mas conta que sofreu racismos velados. Ela diz possuir estratégias para lidar com a discriminação - "*me coloco sempre à frente do assunto"; "altivez da minha voz, na minha postura, eu tento mostrar esse espaço dessa mulher, de fato, com poder"* -, no entanto, diz não saber reagir a sua forma implícita. Afinal, como lidar com algo que não é verbalizado?

Reni Eddo-Lodge discute essa questão em seu livro "*Why I'm No Longer Talking to White People About Race*" [Porque eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça] (2018). Nele, a autora aborda a questão do privilégio branco e do quanto ele é fundamentado na falta, na ausência; contudo, essa ausência difere daquela descrita por Fanon (2020) - privilégio branco é a ausência de consequências negativas diante do racismo. É um privilégio que pessoas brancas persistem em ignorar, pois reconhecê-lo é admitir sua cumplicidade na perpetuação de uma estrutura que continua a se beneficiar do racismo. É o que Bento (2014) chama de "pactos narcísicos": um acordo tácito em que todos (brancos) são cúmplices, mas ninguém quer admitir a responsabilidade.

Eddo-Lodge (2018) descreve o privilégio branco como algo manipulador, insidioso. São os olhares que pessoas negras recebem quando adentram um "espaço branco", são as vagas de trabalho que privilegiam candidatos brancos, é o silenciamento presente nas escolas, no trabalho e até mesmo em grupos de amizade, fazendo com que mulheres e homens negros evitem falar sobre raça e racismo porque quando o fazem pessoas brancas os desmoralizam ao rotular suas experiências como "vitimização" ou "*mimimi*". Eddo-Lodge (2018) resume bem o sentimento de incapacidade descrito por Maria:

> Privilégio branco é a situação perversa de se sentir mais confortável com pessoas de extrema-direita e abertamente racistas porque pelo menos você sabe onde está pisando; com eles os limites são claros.
> Lidar com o insidioso é muito mais difícil. Você começa a esperar, mas nunca aceitar. Você aprende a escolher suas batalhas, caso contrário, pessoas vão chamá-la de brava, uma encrenqueira que não é digna de ser levada a sério, uma mulher preta brava, obcecada por raça (p.93, tradução minha).

Não que isso seja um problema para a participante: "*[...] as pessoas falam muito sobre essa 'mulher metida', essa 'preta metida', né? 'Porque essa preta tá o tempo todo assim'.... e eu ando assim porque...porque elas podem me chamar de metida o tanto que elas quiserem, elas só não podem ser racistas comigo, explicitamente. Porque um trator a qualquer momento pode despertar e eu passar por cima de todo mundo"*.

Além da altivez e conhecimento, Maria também tem um outro tipo de estratégia: "*Se eu decidir comer no Ferreiro Grill, eu já vou com um certo tipo de roupa, pra que eu não seja confundida com a pessoa que trabalha naquele espaço. Então eu já vou com uma postura, já pensando naquele espaço, né".* É uma estratégia que ela também reproduz com o filho, uma espécie de código de conduta racial que envolve estar sempre vestido de uma maneira que não atraia olhares da branquitude, que não incite suspeita. Sobre isso, Maria admite: "*É complicado falar isso como psicóloga, porque é problemático pra mim, na minha fala, mas eu não estou como psicóloga, eu tô como mãe dele. Tentando fazer com que esse corpo não vire alvo, né*".

Além disso, Maria não deixa o filho sair sozinho a alguns lugares: "*Aí ele pede às vezes: 'mãe, quero ir pro shopping'; eu falei: 'não, eu vou', [no que ele diz] 'mas meus amigos vão!' e eu falei: 'mas você é um homem preto. Porque você não vai poder tá entrando e saindo de uma loja porque se sumir alguma coisa eles vão dizer que é você".* Essa recusa, Maria explica, provém do medo que ela tem do filho andar só: "*Eu tenho muito medo dele andar só, Larah… muito medo de ele andar só… esse é um dos piores medos que eu tenho. Dele andar sozinho e as pessoas… sei lá… que o corpo negro é um corpo que as pessoas querem acesso. Então eu tenho muito medo dele andar sozinho… assim, é pior de todos os meus medos".* A entrevistada compreende a complexidade da situação, especialmente de ter que verbalizar isso para uma criança. Apesar disso, ela considera algo necessário: "*Eu falo desde já, eu falo pra ele agora, pra que ele vá internalizando e ele vai ter… porque eu não vou conseguir… queria eu poder que ele não sofresse. Mas eu não tô com ele 100% [do tempo]".*

Considero interessante notar como essa ambivalência experienciada por Maria na forma de criar seu filho relaciona-se às suas experiências com a mãe. Durante nossa entrevista, Maria conta como passou grande parte da vida dividida entre dois mundos: ao mesmo tempo em que estudava em uma escola majoritariamente branca, vivia num bairro negro e fazia parte de uma família negra: "*[...] minha identidade pessoal sempre foi muito bagunçada exatamente por isso: porque um dia eu estava num lugar [...], num espaço embranquecido, né, que era na escola, e depois eu voltava pra aquele espaço preto, que a minha família inteira, preta, dentro de um bairro inteiro preto".* Diante dessa dicotomia de realidades, Maria se viu num processo de branqueamento que foi incentivado em grande parte por sua mãe, que passou a alisar seu cabelo e a vesti-la de forma parecida às colegas (brancas) de sua escola: "*ela não podia me pintar de branco, mas ela me vestia como branca"*.

Acho importante reproduzir essa fala da participante, pois penso que ela representa um dilema que se faz presente na vida de muitas mães negras. Diante de uma sociedade estruturada no racismo, o que seria melhor para seu filho: resistir ou assimilar? Edith Piza (2014) afirma que um dos maiores privilégios da branquitude é a invisibilidade da cor. Segundo ela, ao atribuir racialidade ao outro, garante-se invisibilidade a si mesmo. É uma posição confortável, em que a brancura é considerada como algo "natural", "normal" e o negro, em contrapartida, é posto em um lugar de intensa visibilidade da cor que, por sua vez, o associa a estereótipos morais e sociais extremamente negativos.

Penso que o embranquecimento promovido pela mãe de Maria foi uma forma de proteção, uma forma de garantir a invisibilidade destacada por Piza (2014). Collins (1994) explica que algumas mães não-brancas tendem a encorajar seus filhos a assimilar a cultura hegemônica com esse mesmo objetivo. No entanto, essa assimilação - ainda que bem-intencionada - pode ter altos custos pessoais para os filhos: ao isolá-los de sua história e do contato com seus iguais, essas mães acabam por gerar prejuízos no que diz respeito à construção da identidade destes - algo que pode ser identificado na fala de Maria, que relata uma confusão na construção de sua identidade pessoal, "*querendo ser quem eu não podia ser - eu nunca seria branca; mas querendo me encaixar nessa situação branca, de ser branca de algum jeito"*.

Não acho que as estratégias criadas por Maria para lidar com o racismo que o filho pode vir a sofrer se assemelham às de sua mãe. Também não acho que os códigos de conduta raciais desenvolvidos pela entrevistada sejam uma forma de assimilação - eles são mais uma consequência do racismo estrutural e estruturante que permeia nossa sociedade. Contudo, penso que as duas compartilham/compartilhavam do mesmo objetivo: preservação. Ambas querem/queriam proteger seus filhos.

Durante nossa conversa, Maria traça comparativos entre sua infância e a de seu filho: "*Eu penso assim, o que é ser uma criança negra antes, 20 anos atrás, há 30 anos atrás…é uma identidade multifacetada, né, sem um conceito, sem representatividade. Já a infância do Pedro, do meu filho, que eu faço um paralelo entre nós dois, é uma infância de uma criança negra empoderada".* Segundo ela, seu filho é muito mais ciente acerca de sua identidade do que ela foi na idade dele "*porque eu talvez com 13 anos não conseguiria dizer que eu sou preta, mas ele diz".* Maria atribui essa conquista ao momento em que vivemos hoje, à tecnologia e a facilidade de acesso a informações sobre questões étnico-raciais; reconhece também seu valor e influência nesse processo: "*O lugar onde o Pedro está hoje com a tecnologia, com o conhecimento, com novas falas sobre relações étnico-raciais, né, sobre*

essa mulher, sobre essa mãe que se reconhece, que tem essa verbalização dentro de casa sobre esse assunto, tá um pouquinho melhor. Não vou te dizer, 'ah, tá melhor!', porque não é a realidade de todo mundo…mas pensando no meu [filho] e nas pessoas na qual eu tenho acesso, é muito mais positivo ser uma criança negra hoje, com tantas outras representatividades e narrativas".

4.3 DANDARA: SOBRE A HONRA E O DESAFIO DE SER MÃE

Tabela 3- Zonas de sentido (Dandara)

Zona de sentido 1	
Maternagem	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Ser mãe	"*É um pouco da minha realização enquanto mulher"*
Interface entre maternagem e racismo	*"Eu acho que a gente é mães negras de filhos negros, muitas vezes a gente nem incentiva nossos filhos a estar em alguns ambientes… eu nunca fui de incentivar em tá em um ambiente que eu sei que pode haver essa situação e eu não vou poder tá lá. Às vezes até pra se defender, porque até se defender às vezes, vai se defender já dentro duma delegacia, agredido e até algemado, né… e é muito complicado*
Afetos mobilizados	**"***Eu digo que é uma honra ser mãe de um menino negro, mas também é muito desafio. Porque quando é contigo e tu sabe te defender quando acontece algum racismo, alguma discriminação,*

	algum comentário maldoso, *quando é contigo, que tu sabe te defender,* *que tu sabe o que dizer é bem interessante,* *mas quando é teu filho,* *que ele chega em casa e diz:* *'eu passei por isso na escola…na rua…'* *e em qualquer lugar, é muito complicado,* *porque é muita emoção,* *é uma emoção muito pesada"*
Zona de sentido 2	
Definição: sentidos atribuídos ao racismo	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Percepções sobre o racismo	"*Eu vejo racismo* *como aquilo que me maltrata,* *que me magoa, que me machuca,* *que faz mal pros meus,* *pros meus pares"*
Afetos mobilizados	"*Teve momentos em que me senti* *um nada…um nada.* *Teve momentos que eu tinha,* *que eu tentava me defender* *e tentava defender meus filhos* *e não tinha apoio.* *Porque tinha situação* *que tu quer te defender,* *mas ninguém tá ali te apoiando* *e tu se sente sozinha."*
Estratégias	"*Primeiro eu tento conversar* *com eles, dependendo da situação.* *Eu tento conversar com eles,* *colocar pra eles a situação* *e às vezes* *eu chamo eles pra traçar* *uma maneira de levar aquela* *discussão pra dentro da escola."*

Fonte: elaborado pela autora.

Dandara diz nunca ter romantizado a maternidade. A experiência de ter sido criada com tantos irmãos e observar as dificuldades enfrentadas pela mãe fizeram com que a entrevistada abordasse o maternar de forma realista. Dandara é mãe de dois jovens: Zumbi, de 22 anos; e José, de 17 anos. Apesar de apenas o último se encaixar no critério de inclusão desta pesquisa, conversamos indiscriminadamente acerca de sua experiência como mãe dos dois filhos.

A entrevistada foi mãe pela primeira vez aos 25 anos de idade; segundo ela, foi uma gestação difícil: *"Não foi muito fácil, porque ainda tem essa dificuldade da gente que é negro com umas doenças mais suscetíveis".* Dandara conta que teve hipertensão arterial durante a gravidez que escalou para uma pré-eclâmpsia e eclâmpsia no pós-parto: "*Foi muito difícil. E aí, isso me afastou muito mais dessa questão de sonhar com a maternidade".* Além das questões de saúde, a entrevistada também teve de lidar com o fim de relacionamentos e instabilidade financeira, o que a fez tomar a decisão de, na segunda gravidez, realizar uma laqueadura.

Dandara é muito honesta ao falar sobre os desafios do maternar: "*Porque querendo ou não, a gente sabe que a maternidade, ela poda muito as mulheres, principalmente quando você não tem uma situação financeira boa. Ela te poda, ela te reduz... e se você não tiver cuidado, ela te oprime. Porque o homem usa isso pra te oprimir, o sistema também usa isso pra oprimir a gente, o ambiente que a gente vive também usa isso pra nos oprimir. Você vai trabalhar e as pessoas perguntam: tem criança pequena? Aí já não te quer, porque teu filho pode adoecer, pode dar febre, pode dar não sei o que... aí te impede de estudar - pode parecer cruel o que eu tô dizendo, mas é! Você tem um filho pequeno, tu não consegue estudar direito, a não ser que tu tenha pessoas pra te ajudar a cuidar dessa criança pelo menos quando tu tiver parada pra estudar...mas a gente tem que ser honesto com as coisas: a maternidade tem a sua beleza, mas te limita muito".*

O depoimento acima contém muitas nuances. Dandara fala sobre a opressão causada pelo patriarcado, que deposita a responsabilidade de criar os filhos unicamente na mulher; fala como o trabalho é afetado por conta dessa responsabilidade e de como a sociedade, criadora de todo esse sistema, dificulta o ingresso dessa mulher mãe no mercado de trabalho; e como se não fosse suficiente, quando empregada, a mesma ainda é culpabilizada por dar preferência ao trabalho e não aos filhos. No caso das mulheres negras, os desafios são ainda maiores: Para além das questões de saúde que tendem a afetar majoritariamente a população negra[22],

[22] Uma reportagem da Alma Preta Jornalismo em parceria com a ACT Promoção da saúde informa: "No Brasil, algumas doenças crônicas não transmissíveis acometem mais a população negra, tanto por fatores genéticos

mulheres mães negras, tal qual Dandara, devem lidar com a responsabilidade de prover por suas famílias, tendo que interromper os estudos e abdicar de um maior tempo com os filhos para poder trabalhar. O certo é que o peso da responsabilidade materna acaba afetando a autonomia e o crescimento pessoal de mulheres mães a favor do bem-estar familiar.

Por conta de tudo isso, Dandara decidiu trabalhar em casa, de forma a acompanhar o crescimento dos filhos. Ela conta: "*Fui trabalhar dentro de casa quando meu filho fez 9 anos, o meu caçula, o meu maior já era adolescentizinho…e eu quis parar…eu pude escolher, com um pouco de sacrifício, parar para acompanhar o crescimento deles mais de perto. Eu queria me permitir isso. Eu queria ter essa responsabilidade pra depois não dizer assim: 'ah, se ele não saiu um bom jovem…porque eu não pude acompanhar…"*. Em nossa conversa, Dandara conta um pouco sobre essa decisão: "*Eu digo, vou ficar em casa e cuidar dos meus filhos, vou acompanhar e fui ensinando eles, em casa, a fazer as coisas. Com oito anos, todo mundo lá em casa aprendeu a lavar a própria cueca, o caneco e arrumar a caminha e dobrar o lençol, estender a toalha, passar o pano na mesa, lavar uma pia, lavar um banheiro…e sempre fui dividindo tarefa com eles, sempre coloquei pros meus filhos que todo serviço de casa tem que ser compartilhado, porque todos comem, todos bebem, todos dormem, todos usam as coisas de dentro de casa, então se é de todo mundo, é responsabilidade também de todo mundo"*.

Interessante notar o quanto o maternar da participante se assemelha à forma como foi criada pelo pai. Aliás, penso que assim como Michelle, Dandara também atribui grande valor à independência e autonomia dos filhos. Ao observar essa similaridade entre as participantes, me lembrei de um estudo realizado por Suizzo et al (2008) acerca das experiências de mães afro-americanas, suas metas e métodos de socialização dos filhos.

Na pesquisa, as autoras destacam que pais afro-americanos de classe média dão grande valor à família e que estimulam seus filhos a cumprir obrigações familiares a partir de comportamentos de ajuda recíproca. Além disso, Suizzo et al (2008) observaram que famílias afro-americanas tendem a prezar mais pela independência, autonomia e autossuficiência nos filhos do que famílias euro-americanas, o que as levaram a traçar uma correlação importante: segundo o estudo, grupos minoritários, cuja história nos EUA é caracterizada pelo racismo e opressão, desenvolvem certos valores culturais - proximidade familiar, autonomia -, como

---

como sociais/raciais. Dentre essas patologias, destacam-se a Hipertensão ou Pressão alta - doença que ataca os vasos sanguíneos, coração, cérebro, olhos e pode causar paralisação dos rins - e a Diabetes, quando o pâncreas é incapaz de produzir insulina, a sua produção é insuficiente ou o corpo não consegue fazer bom uso da insulina que produz". O conteúdo pode ser lido na íntegra através do link a seguir: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/desigualdade-e-racismo-fatores-de-risco-para-incidencia-de-doencas-cronicas-na-populacao-negra>.

uma forma de garantir a adaptação e manutenção do que as autoras chamam de *psychological strenght* (força psicológica, em tradução literal) nos filhos frente a discriminação racial.

Considero esse estudo bastante compatível às vivências de Dandara (e Michelle), que estimula a independência e autonomia dos filhos ao incentivar o compartilhamento de responsabilidades e tarefas domésticas. Outra prática interessante realizada pela entrevistada e seus filhos é o que Dandara chama de "roda de acertos": "*A gente senta pra conversar uma vez por mês e botar o que não tá agradando, o que que tá dando errado; a gente conversa, a gente vai discutir ali. A gente briga, a gente anota, a gente se compromete, a gente assina termo de comprometimento com o outro, sim!"*. Uma maneira especial de maternar, em que concilia abertura e responsabilidade mútua no cuidado com os filhos.

Ao ser questionada sobre suas percepções acerca do que é ser mãe, Dandara responde: "*É um pouco da minha realização enquanto mulher"*. Mas assim como Maria, a entrevistada enxerga a maternagem como um processo: "*Eu digo mais assim, depois dos meus filhos criados, eu digo entre aspas, porque quando a gente tem noção do que a gente construiu, né, com os filhos da gente….e aí, eu digo que ser mãe se realiza. Porque não dá pra ser mãe e se realizar no início [...]. Então a gente vai se realizando como mãe quando os filhos vão crescendo e a gente vai vendo que rumo eles vão tomando. Hoje eu tenho essa alegria de ver meu filho, mesmo com toda dificuldade, cursando a faculdade dele; tenho a alegria de ver o meu menor, que tem um pouco de autismo também, né, estudando, superando os limites dele, não se fazendo de vítima e não aceitando ser vitimizado também, porque essa parte é muito difícil"*. Dito isso, Dandara compreende o maternar não só como uma construção, mas como algo a ser conquistado - resultado de anos de dedicação e cuidado.

Dandara também fala sobre sua experiência enquanto mãe de jovens negros: "*Não é muito fácil, não… porque…eu digo que é uma honra ser mãe de um menino negro, mas também é um desafio. Porque quando é contigo e tu sabe te defender quando aconteceu algum racismo, alguma discriminação, mas quando é teu filho, que ele chega em casa e diz: 'eu passei por isso na escola…na rua…', é muito complicado, porque é muita emoção, é uma emoção muito pesada"*.

A participante conceitua o racismo da seguinte forma: "*Eu vejo racismo como aquilo que me maltrata, que me magoa, que me machuca, que faz mal pros meus, pros meus pares".* E adiciona: "*Eu digo que o racismo tem de todas as formas - ele não tem só pra pessoa negra; ele também tem, às vezes, pra pessoa branca e se nós que… isso é uma crítica que sempre levo pras minhas palestras, que as meninas dos meus grupos até às vezes contestam um pouco, porque eu digo que se a gente também, que é negro, que muitas vezes se coloca*

sempre como vítima, se a gente não tiver o cuidado, a gente acaba praticando com as outras as outras pessoas brancas também".

Admito ter me surpreendido ao escutar comentários de mulheres mães (Michelle também expressou essa opinião durante sua entrevista) endossando a existência de um "*racismo com brancos*". No entanto, se tivesse que postular um motivo para essas mulheres compartilharem dessa concepção, diria que tem a ver com a confusão que algumas pessoas fazem entre os conceitos de preconceito e discriminação. Eddo-Lodge (2018) e Almeida (2020) explicam que existe uma diferença entre os dois: para eles, discriminação é a combinação de preconceito com poder. Explicando melhor: todo mundo pode ter preconceito por alguém, independente da cor; no entanto, o que a autora demarca é que pessoas negras, apesar de poderem sim ter preconceito por pessoas brancas, não estão numa posição de poder capaz de afetar a perspectiva de vida destas, muito menos na forma como elas (pessoas negras) são afetadas pela branquitude. Para confirmar esse ponto, Eddo-Lodge (2018) e Almeida (2020) levantam as seguintes questões: as pessoas negras estão super-representadas em lugares e espaços onde o preconceito poderia realmente ter efeito? Seriam elas capazes de impor desvantagens sociais a membros de outros grupos? Bem, a resposta é estruturalmente sempre - não.

Dito isso, Almeida (2020) conclui que a falsa ideia de um racismo reverso nada mais é do que um discurso racista às avessas, em que pessoas brancas fazem uso da vitimização como resposta para a perda de alguns privilégios, ainda que os mesmos sejam apenas simbólicos e não correspondam ao poder de impor regras ou padrões de comportamento. Porque no final das contas, "pessoas brancas não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são 'suspeitas' de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência questionada devido à cor da pele" (ALMEIDA, 2020, p.53).

E Dandara foi afetada por esse poder. Durante nossa conversa, a entrevistada relata diversas situações em que foi vítima de discriminação racial: na escola, em que foi discriminada por professoras; em shoppings, em que chegou a ser seguida por seguranças; em lojas, onde vendedoras recusaram atendê-la; discriminação essa que também foi vivenciada por seus filhos, o José em especial. Dandara cita, sem entrar em detalhes, um episódio de racismo sofrido pelo filho que o afetou ao ponto deste querer abandonar a escola.

Diante de tudo isso, perguntei a ela como se sentia perante essas situações, ao que ela responde: "*Teve momentos em que me senti um nada… um nada. Teve momentos que eu tinha, que eu tentava me defender e tentava defender meus filhos e não tinha apoio. Porque*

tinha situação que tu quer te defender, mas ninguém tá ali te apoiando e tu se sente sozinha. É como se tu fosse deixada de lado…o outro tá errado, que te maltratou, que te…fez um crime contigo de racismo, mas ninguém vê isso…então, tu… é nesse momento que eu digo que eu chegava a gritar, e até a ser violenta, porque eu tinha que fazer entender que tava doendo em mim".

Penso que esse comentário diz muito acerca do privilégio branco discutido na seção anterior. Ainda existe uma recusa do grupo branco em discutir sobre o racismo e de nomear ações discriminatórias enquanto tal porque assumir essas questões inclui comprometer-se e fato é que são poucas as pessoas brancas dispostas a reconhecer e compreender sua situação de poder enquanto privilégio. Dandara fala sobre a falta de apoio, os silenciamentos e diz que a única forma de ser enxergada por esse grupo foi através de medidas drásticas: "*eu digo que às vezes tá tão acuado, que não encontra apoio em lugar nenhum e acaba partindo pra essa questão da agressão. Tá aqui assim [faz gesto em direção ao pescoço], subiu, já ultrapassou tudo e explode dessa forma. E a gente acaba deixando de ser vítima pra ser criminoso. Porque a gente perde a razão".* É uma fala que me remete a Fanon (2020), que associa o racismo ao encontro com o irracional[23]. Talvez a forma encontrada por Dandara naquela época para ser vista e escutada fosse agir de forma tão irracional quanto seu opressor.

Apesar disso, Dandara não quer continuar recorrendo à agressividade. A entrevistada diz que sempre conversou sobre racismo com os filhos, mas conta que após o episódio de racismo sofrido por José na escola procurou se educar ainda mais sobre o assunto: "*Eu procurei mesmo entrar nesse meio e entender - entender como é que eu podia me defender. Porque…quando eu me defendi, defendi ele [José] da primeira vez, muitas amigas e mães e pessoas que estava lá diziam que eu fui mal educada, que eu fui agressiva, que eu fui ignorante…então eu digo, eu vou começar a entender isso, eu quero entender isso. Como é que vou me defender…sem gritar, porque às vezes falando a pessoa…fui falar três vezes na escola e ninguém me viu - eu tive que gritar! Eu tive que brigar, eu tive que chamar atenção de alguma forma. Eu digo, então eu vou procurar entender, vou procurar saber como é que eu vou me defender disso…porque se aconteceu agora, e ele tá uma criança indefesa, que não apresenta perigo pra ninguém, imagina quando ele tiver maior, que eles vão ver ele*

[23] Presente no trecho: "[...] eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça. Estava diante de algo irracional. Os psicanalistas dizem que não há nada mais traumatizante para a criança pequena do que o contato com o racional. Pessoalmente, eu diria que, para um homem que só tem a razão como arma, não há nada mais neurótico que o contato com o irracional" (FANON, 2020, p.133).

como…até como uma pessoa que apresente perigo, e aí? Se eu não aprender agora e ensinar eles, vai ser difícil".

Dandara conta que começou a trazer leituras para casa, frequentar palestras com os filhos e levá-los ao Centro de Cultura Negra do Maranhão para realização de atividades. Ela também diz que agora tem estratégias para lidar com o racismo sofrido pelos filhos: "*Primeiro eu tento conversar com eles, dependendo da situação. Eu tento conversar com eles, colocar pra eles a situação e às vezes eu chamo eles pra traçar uma maneira de levar aquela discussão pra dentro da escola. A gente já conseguiu levar palestra, conseguiu levar diálogo pra dentro da sala de aula…já fui em reunião de pais, já fui na diretoria levar panfleto, levar informativo, sugerir filmes, sugerir discussão em sala de aula; já fui falar com professor de história, professor de filosofia pra gerar discussão. Porque se a gente não tentar mudar de dentro pra fora também…não consegue…porque eu vim lá de cima e trazer uma denúncia, um B.O., alguma coisa ...talvez dentro não aconteça nada. Porque eu já fiz assim e não deu certo. Então eu decidi provocar dentro de sala de aula, dentro da diretoria, vou lá no professor e procuro saber em que sala aconteceu, em que momento aconteceu, em que horário aconteceu…vou lá e gero uma discussão mesmo; provoco, desafio".*

Perguntei à Dandara como a escola de José reage às situações de racismo experienciadas pelo filho e como percebem as atitudes tomadas por ela: "*Muitos recebem… teve uma situação de um diretor que recebeu com muita calma, mas sem dar a menor importância. Um mês depois eu voltei, dois meses depois eu voltei, três meses depois eu voltei e ele não deu importância. No sexto mês eu fui na secretaria de educação do município e provoquei. Fiz uma denúncia, provoquei, exigi que a retratação que eu queria era aquela, entendeu? E fui nos professores e fui nos líderes de sala de aula…eu passei quase um ano perturbando nessa escola. Eu disse, vão me entojar, mas eu vou encher o saco. E levei, no dia duma atividade que meu filho fez, levei uma roda de capoeira, levei um samba de roda e levei maculelê. Fiz questão. E pedi que as meninas fossem de turbante, e levei alguns turbantes pra sortear, levei folheto…e ele [o diretor] ficou até um pouco chateado, mas eu não tô nem aí, porque eu não tô aqui por ti. Não é por você que tô aqui, porque você já tá cansado, já acha que tá com a vida estagnada - mas a minha não tá; e nem desses jovens aqui. Senão depois vão sair de lá e são monstros".*

A nova estratégia da participante envolve o engajamento e a mobilização de muitos: da escola, dos colegas, dos filhos. Nesse processo, todos participam desse movimento de conscientização. Perguntei à Dandara sobre a opinião dos filhos acerca de seus posicionamentos e atitudes. A entrevistada responde reproduzindo uma fala que seu filho mais

velho, Zumbi, uma vez disse: "*Se vocês provocarem a minha mãe, ela vai fazer uma revolução nessa escola! Se preparem, porque quando ela vem, ela não vem só! Ela vem como uma galera!*".

4.4 HELENA: SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PREPARAR OS FILHOS PARA O MUNDO

Tabela 4- Zonas de sentido (Helena)

Zona de sentido 1	
Definição: Sentidos atribuídos à maternagem	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Ser mãe	"*[é uma mistura] de alegria, de tristeza…de amor"*
Interface entre maternagem e racismo	*"eu digo que [ser mãe de meninos negros] é forte e impactante. Assim… surge aquela preocupação assim: cara, eu tô criando meus filhos da melhor forma possível, não tô criando eles pra mim, eu tô criando eles pro mundo. E aí eu sempre conto a realidade pra eles, o que é ser negro, o que é viver numa sociedade racista, numa sociedade ignorante - eu digo que é muito ignorante"*
Afetos mobilizados	"*Então assim, eu temo muito pelos meus filhos pelo fato… eu fico assim, eu sei que se eu passar por uma situação dessa, eu sei como agir, eu sei como vou me comportar,*

	mas eu não sei como *meus filhos vão agir* *numa situação dessa.* *Então eu tenho muito* *medo, muito, muito, muito".*
Zona de sentido 2	
Definição: Sentidos atribuídos ao racismo	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Percepções sobre o racismo	" *racismo envolve tantas coisas…* *o fato de eu ser julgada pela minha cor,* *o fato de eles não aceitarem,* *acharem que o meu estilo,* *de eu ir concorrer a uma vaga de trabalho,* *eu ir com minhas tranças,* *meu porte físico, sabe?* *Sempre pesa em relação às escolhas."*
Afetos mobilizados	*" Já tinham me falado sobre racismo,* *sobre discriminação,* *sobre maus tratos* *mas uma coisa é você ouvir,* *outra coisa é você passar.* *Então assim, a partir do momento* *que você passa, que você sente,* *é diferente;* *Então aquilo ali foi a pior coisa* *da minha vida".*
Estratégias	"*Então eu sempre digo pra eles:* *corta o cabelo de vocês baixinho,* *não faz esses penteados meio…* *que pra gente é bonito, pra eles não é -* *é coisa de malandro.* *Então assim, tente se vestir bem, andar bem,* *nada de palavras pesadas, de gírias,* *de palavrões;* *tentem se comunicar bem com as pessoas* *e sempre andem com documento,* *sempre, sempre, sempre, sempre."*

Fonte: elaborado pela autora.

A entrevistada descreve o "ser mãe" como uma "*mistura de sentimentos"*, uma experiência transformadora, mas que carrega consigo muitas contradições: *"[é uma mistura] de alegria, de tristeza… de amor. Eu digo tristeza pelo fato de… quando você é mãe, que você não trabalha, e aí você quer dar o melhor para o seu filho e você não ter como naquele momento… então eu vejo assim, pra mim, como um ponto de tristeza, fraqueza. Mas eu digo alegria, pelo fato de eu ter conseguido manter eles em escolas boas, sabe? De fazer com que eles sejam adolescentes, hoje jovens, de caráter, de personalidade, sabe?"*.

Os sentimentos que envolvem a experiência de maternagem de Helena são contrastantes: alegria/tristeza; fraqueza/força. É uma dinâmica que faz parte não somente das vivências de Helena, mas de muitas outras mulheres mães, especialmente as negras. A questão financeira é um exemplo disso: um estudo recente feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) demonstra que as mulheres negras são as que mais sofrem para entrar no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, enquanto a taxa de desemprego geral ficou em 9,3% no segundo trimestre de 2022, entre as mulheres negras o indicador ficou em 13,9%. Ao comparar com os mesmo períodos de 2019 a 2022, o levantamento constatou que as mulheres negras têm a maior taxa de desocupação em todos os trimestres. Em contrapartida, os homens brancos mantêm as menores taxas de desocupação entre os grupos[24].

Aliado aos sentimentos de tristeza relacionados à impossibilidade - ainda que provisória - de poder prover aos filhos, Helena também traz consigo uma outra dinâmica que, se comparada às outras mulheres mães entrevistadas, podemos considerar como algo comum: a díade de amor e medo. Helena explica: "*Olha… no Brasil, principalmente, com tudo o que a gente tá [vendo], com as histórias que tão passando na televisão… eu digo que [ser mãe de meninos negros] é forte e impactante. Assim… surge aquela preocupação assim: cara, eu tô criando meus filhos da melhor forma possível, não tô criando eles pra mim, eu tô criando eles pro mundo. E aí eu sempre conto a realidade pra eles, o que é ser negro, o que é viver numa sociedade racista, numa sociedade ignorante, eu digo que é muito ignorante"*. A participante teme a forma como seus filhos, negros, serão vistos numa sociedade estruturada no racismo,

[24] De acordo com a pesquisa, a taxa de desemprego para mulheres brancas alcançou a marca de 8,9%; os homens negros, 8,7%; e os brancos atingiram o menor percentual entre todos os grupos: 6,1%. O levantamento pode ser lido por meio deste link: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/11/19/com-maior-taxa-de-desemprego-e-menor-rendimento-mulheres-negras-sao-as-mais-prejudicadas-no-mercado-de-trabalho.ghtml>.

do qual ela define da seguinte forma: "*Então, pra mim, racismo envolve tantas coisas…o fato de eu ser julgada pela minha cor, o fato de eles não aceitarem, acharem que o meu estilo, de eu ir concorrer a uma vaga de trabalho, eu ir com minhas tranças, meu porte físico, sabe? Sempre pesa em relação às escolhas.".*

É uma discriminação de cunho racial que oferece privilégios materiais e simbólicos à pessoas brancas em detrimento de outros grupos racializados. É sobre grupos brancos estarem associados a atributos positivos, tais como inteligência, beleza, educação e progresso (SCHUCMAN, 2012); e grupos não-brancos serem associados ao seu oposto: fracasso, feiura, perigo. Peggy McIntosh (1989) destaca essas diferenças em seu artigo "*White Privilege: Unpacking the invisible knapsack*" [Privilégio Branco: Desfazendo a mochila invisível]:

> À proporção que meu grupo racial se tornava confiante, confortável e alheio [a questões de raça], outros grupos provavelmente estavam sendo forçados a tornarem-se inseguros, desconfortáveis e alienados. A branquitude me protegeu de muitos tipos de hostilidade, angústia e violência, coisas das quais fui treinada a desviar o olhar quando o mesmo acontecia com pessoas de cor (p.2, tradução minha).

Dito isso, penso que foi o reconhecimento desses privilégios simbólicos que fizeram com que Helena passasse a preparar os filhos para o racismo que poderiam vir a sofrer. As estratégias são diversas, mas o que me chamou mais atenção foi a preocupação da participante em ensinar aos filhos o que vamos chamar aqui de códigos de conduta racial. Os mesmos podem ser exemplificados no relato a seguir: "*Então eu sempre digo pra eles: corta o cabelo de vocês baixinho, não faz esses penteados meio… que pra gente é bonito, pra eles não é - é coisa de malandro. Então assim, tente se vestir bem, andar bem, nada de palavras pesadas, de gírias, de palavrões; tentem se comunicar bem com as pessoas e sempre andem com documento, sempre, sempre, sempre, sempre. Mesmo que você vá bem aqui no comércio, bem aqui no cantinho da rua, dentro da rua, mas não saia sem documento de vocês - não saia descalço, não saia sem camisa, entendeu? Não tentem fazer nenhum movimento brusco, que represente ameaça pra eles, porque até o fato de você tentar tirar o celular do bolso ou então de dentro da bermuda, eles já acham que é uma arma, eles nunca vão imaginar que é seu celular ou então seu documento que você tá querendo tirar pra mostrar; sempre eles vão levar em consideração que é uma arma que você tá ali e cê vai a qualquer momento atentar contra a vida deles".*

As regras podem parecer extensas, até mesmo contraditórias para alguns, visto que Helena é militante e participante de movimentos negros. No entanto, penso que esses códigos de conduta não devem ser vistos como um impasse entre proteção e resistência, ao contrário. Resistência para Helena é garantir a sobrevivência dos filhos. Dito isso, a entrevistada

justifica a utilização dessas regras da seguinte forma: "*Hoje em dia o negro tem que saber se vestir, tem que saber falar, tem que saber andar, porque só por sermos negros nós já somos julgados, mal vistos, entendeu? Se for colocar dois jovens na rua e correr, se tiver um branco sem camisa, se tiver um negro sem camisa, botarem os dois, os dois sairem correndo, a polícia vai correr atrás de quem? Daquele pretinho que tá sem camisa, porque eles acham que - 'ah, tá correndo? Ele fez alguma coisa'. E antes mesmo deles perguntarem o que que ele fez, ele já foi agredido, já foi espancado, muita das vezes até morto"*.

Considero que a preocupação de Helena em ensinar esses códigos de conduta raciais provém do fato de que tanto ela quanto os filhos já terem vivido situações de racismo. Durante nossa conversa, a participante relata um episódio marcante de discriminação racial que se deu por conta de uma abordagem policial: "*Então, a primeira vez que meus filhos passaram por uma revista nós estávamos indo pra praia. A gente foi… naquelas revistas de ônibus, então tava eu, meus dois filhos e meu marido, né, e mandou descer todos os homens. E meu filho caçula disse: 'mamãe, eu não vou descer porque eu não sou homem, eu sou criança'. [...] Aí ele começou a chorar, ficou muito nervoso, e eu tentando tranquilizar. [...] E aí, quando foram fazer a revista deles tinha uns policiais muito violentos, muito truculentos, né, e aí mesmo ficou mais complicado… aí ele chorando, querendo entrar pra dentro do ônibus e eu digo: meu Deus, se ele tiver essa reação de querer correr, o que que eles vão imaginar e o que eles vão tentar contra ele? Confesso que naquele dia fiquei muito apreensiva, muito nervosa. Fiquei com muito, muito, muito, muito medo nesse dia. E aí, graças a Deus, o policial que foi fazer a revista deles não fez a revista, como ele viu o estado deles dois, ele só conversou com eles, passou a mão na cabeça deles e disse assim mesmo: 'Meu filho, estuda, meu filho, estuda pra ser alguém na vida. Estuda pra ser alguém na vida e pra você mostrar - não só pra mim, mas pra sociedade que você é uma pessoa de bem, pra você não ter que passar por esses tipos de situações e você não ser destratado nem maltratado. Aí ele pegou, entrou, mas quando ele entrou, nesse dia eu digo que…naquele dia, eu acho que…eu não sei se naquele dia eu perdi o chão ou se eu fiquei sem coração, porque quando ele entrou, a primeira coisa que ele fez foi correr e me abraçar, e nisso que ele me abraçou, ele chorou muito, muito, muito e disse: 'Mãe, eu tava com muito medo, mãe. Eu tava com muito medo do policial me bater como eles tavam fazendo com os outros'"*.

Esse episódio ocorreu quando Thomas e Bento tinham 11 e 10 anos, respectivamente. Após me contar sobre o que aconteceu Helena reflete: "*Aí a gente se pergunta: será se eles não podem chegar e conversar? Sem ter que chegar e agredir? Por que dessa forma? Eu tenho certeza que eles não foram instruídos, informados pra agir dessa*

forma, entendeu. Mas eles acabam querendo fazer uso dessa farda pra poder agir dessa forma, coisa que não poderia acontecer, mas infelizmente a gente não tem nem o direito de debater, porque se a gente for querer questionar a gente tá sendo… a gente tá desacatando eles, entendeu? E até isso a gente tem que se policiar nessas situações. Então o negro a todo tempo ele tem que tá se vigiando e se policiando".

Helena se esforça para separar a imagem dos filhos de estereótipos racistas, que por conta da cor de sua pele correm o risco de serem rotulados de "marginais" ou "bandidos". Outras participantes também compartilham da mesma preocupação: Maria, por exemplo, falou sobre o medo que sente da possibilidade do filho ser visto não como uma vítima, mas um suspeito. Considero essas falas importantes, pois penso que elas ilustram bem a capacidade da polícia de assumir funções diferentes a depender da raça; porque a verdade é que enquanto pessoas brancas veem a polícia como uma instituição protetora, pessoas negras a enxergam com apreensão, pois sabem que seus serviços não estão à disposição de seu grupo.

Esse ponto se relaciona à questão da sujeição criminal (conceito apresentado no capítulo 1) e é explicado a fundo pela pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Inara Firmino. Em entrevista ao Podcast "Café da Manhã", ela explica que as estruturas do sistema de justiça brasileiro ainda carregam consigo traços da colonialidade, que por sua vez contribuem para a construção de estigmas sociais que giram em torno da figura pública da polícia e o que a sociedade enxerga como "bandido". Nessa dinâmica, o policial é visto como protetor, uma oposição à figura do traficante, do ladrão, do vagabundo, que é geralmente associada à pessoa negra e periférica; é uma narrativa que "constrói a forma de agir e na dúvida, o policial é quem acaba tendo a razão e a vítima ou o familiar negro, aquele pessoa periférica, perde a legitimidade dentro de uma instituição que está ali criminalizando o corpo negro", completa Firmino.

Interessante associar isso à fala de Helena, que diz pensar que a polícia não é treinada para agir de forma violenta. É preciso destacar, contudo, que o racismo também pode assumir um caráter institucional. Segundo Almeida (2020), conflitos raciais também são parte das instituições, de modo que o racismo "não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça" (p.37-38). No que tange a segurança pública enquanto instituição, uma pesquisa feita por Leny Trad e colaboradores (2016) ilustra bem a questão da institucionalização do racismo e a forma como a mesma é posta em prática através das abordagens policiais.

Com o objetivo de investigar quais critérios os policiais abordam indivíduos considerados suspeitos e como jovens que já foram abordados enxergam essas práticas, Trad et al. (2016) recrutaram mais de cem policiais e mais de oitenta jovens negros que residem em bairros periféricos das cidades de Salvador, Fortaleza e Recife. De acordo com os relatos, policiais dizem se basear na presença de tatuagens com desenhos que se associam a grupos criminosos e certos tipos de vestimenta; além disso, foram frequentes os relatos de que suas ações se fundamentam em regras institucionais. Apesar disso, os jovens entrevistados afirmaram que os critérios mais comuns de abordagem são: 1) pertencimento social ou situação econômica, indicando que a probabilidade de pessoas serem abordadas é maior se estas forem residentes de comunidades ("favelas") que possuem altos índices de violência e criminalidade; 2) comportamentos e atitudes como: modos de andar e gesticular, linguagem empregada, além do tipo de reação manifestada diante da presença de um policial (desviar o olhar, correr, esconder-se etc.); 3) aparência do indivíduo: aspectos estéticos como penteados, corte de cabelo, vestimenta e acessórios (brincos e colares), tatuagens com desenhos específicos; 4) traços fenotípicos de indivíduos negros, como cabelo crespo e nariz achatado (TRAD ET AL., 2016).

Portanto, ao contrário da opinião dos policiais, os jovens entrevistados (de Recife e Salvador, em especial) enxergam e experienciam na pele que cor e raça são os principais critérios para tomada de decisão das abordagens, de forma que os pesquisadores concluem que: "ser negro, pobre e morador de favela também são fatores que definem as fronteiras entre o 'procedimento padrão' e o abuso de autoridade" (TRAD ET AL., 2016, p.56).

Helena parece estar ciente dessas questões, uma vez que os códigos de conduta racial que ensina aos filhos também se estendem a abordagens policiais. A entrevistada reproduz uma das conversas que teve com os filhos sobre o assunto: "*Eu sempre dizia: 'Olha, se pedirem pra vocês descerem [do ônibus], vocês descem. Pedir pra fazer revista, 'ah, o que que tu tem no bolso?' - nunca deixe eles botar a mão no bolso de vocês, que vocês mesmos coloquem', 'Mas por quê?', 'Porque eles podem implantar'. Quando a gente diz implantar, [quer dizer] que eles podem tentar incriminar eles, mesmo que não tenha nada, mas eles fazem isso. Eu digo: 'Olha, eles botam droga entre os dedos, entendeu? E no momento que ele coloca a mão no bolso de vocês eles já vem tirando e diz que é de vocês'; 'Mas, mamãe, não é meu!'; 'Eu sei que não é, mas eles fazem isso. Então assim: [se o policial falar]'ah, deixa eu ver o seu bolso', você mesmo coloca a mão no seu bolso e você tira e mostra. Sua bolsa - não deixa eles meterem a mão na sua bolsa, você mesmo abre e tira tudo de dentro. Não deixa eles meterem a mão na bolsa de vocês'*".

Helena admite que os filhos, quando eram mais novos, às vezes reclamavam das exigências da mãe, pois consideravam algumas delas exageradas. No entanto, a entrevistada revelou que hoje em dia, após presenciar e experienciar situações alertadas por ela, Thomas e Bento reconhecem os esforços e o valor dos conselhos dados pela mãe: "*Hoje eles veem que era necessário e que tá servindo, entendeu? E hoje eles conseguem caminhar sozinhos e conseguem se defender e agir diante das situações"*. Experiências como essas ilustram bem a discrepância entre o trabalho materno realizado por mulheres mães de menino negros e mulheres mães de meninos brancos, algo que também foi constatado pela entrevistada: "*O único receio que uma branca tem é só do filho sair e se perder. Só isso. Nada mais. Mas essas questões de passar por uma revista, de ser espancado…não"*.

Helena confia inteiramente nos filhos; apesar disso, reconhece que a sociedade não pensa o mesmo. Diante de tudo isso, a entrevista diz encontrar forças no ativismo, em que o trabalho realizado no CCN é considerado por ela como um ato de cuidado para com os filhos e consigo mesma. Ela explica: "*Eu tento sempre tá reunida com o movimento; porque no movimento eu me sinto acolhida, me sinto segura, e aí no movimento a gente tem palavras amigas, a gente tem iniciativas, a gente tem aquele empurrão… e a gente acaba ouvindo histórias dos outros que às vezes a gente achava que a minha história foi bem pior, mas não, e aí é nessa hora que a gente começa a trocar experiências, né, e se acolher e fazer que aquele não venha a desistir e que levante a cabeça, respire fundo e siga e corra atrás dos seus direitos. Porque se a gente passar por essa situação e não tiver ninguém ali do lado, acolhendo, incentivando, a gente acaba desistindo".*

Assim, Helena confere grande valor ao Centro de Cultura Negra do Maranhão, local que a acolheu quando jovem e agora faz o mesmo com os filhos: "*É louvável quando a gente encontra essas instituições que acabam proporcionando esse serviço de ponte pro negro quando eles começam essa questão de trabalhar a política, a questão da política étnico-racial com os adolescentes, justamente pra eles poderem saber como proceder nesses tipos de situações, tanto na rua como no comércio, como na escola, no hospital… em todos os ambientes. Vai saber, vai ter de saber, conhecer sua história e vai saber expor seus sentimentos e revoltas, mas na melhor forma possível: sem ser agressivo, sem ser violento e tentar manter o equilíbrio"*. Para a participante, conhecimento, acolhimento e resistência são ferramentas fundamentais no combate ao racismo.

4.5 LEILA: SOBRE POTENCIALIZAR VOZES

Tabela 5- Zonas de sentido (Leila)

Zona de sentido 1	
Definição: Sentidos atribuídos à maternagem	
Unidades de análise	**Exemplos de fala**
Ser mãe	*"Olha, além de tudo,* *de toda essa dedicação que a gente* *tem que ter de modo geral,* *eu acho que é…* *passa por esse caminho da gente* *ter essa relação de confiança, né?* *Essa relação de confiança, ela é,* *pra mim, o carro-chefe* *de uma relação boa, de ser mãe"*
Interface entre maternagem e racismo	*"É diferente. [...]* *no sentido dessa convivência,* *desse convívio* *com essa sociedade racista…* *é bem diferente, porque você tem que estar* *a todo tempo alertando o teu filho* *que ele pode viver situações tal, tal e tal…* *de você ter que estar sempre trabalhando* *a autoestima dessas crianças, né?* *Estar atento ao comportamento…de saber* *que seu filho está sendo atingido,* *vivenciando alguma situação de racismo"*
Afetos mobilizados	*"E a maternidade foi assim…* *eu abdiquei dos meus passeios,* *das minhas viagens, de tudo eu deixei,* *eu abdiquei de tudo.* *[...] Eu chorei muito quando eu engravidei,* *[...] mas eu tava muito preocupada,* *eu achava que a maternidade não era* *muito fácil e tudo, né…e não é mesmo"*
Zona de sentido 2	
Definição: Sentidos atribuídos ao racismo	

Unidades de análise	Exemplos de fala
Percepções sobre o racismo	"*Racismo é…é toda essa forma de deixar alguém à parte… de deixar alguém na lateral das instâncias da vida. Eu acredito que quando você deixa pessoas, em especial, à margem de tudo que é de direito, né…"*
Afetos mobilizados	*"[...] bate uma insegurança de que meu filho…será que meu filho não vem machucado, meu Deus? De alguém, sei lá…será que, pelo fato… ele é um negrão alto, grande, não vão querer achar que meu filho é ladrão e vão logo atirar nele porque ele é grande, chama atenção… pode alguém ficar com medo, querer machucar? Então a que nível que a gente chega… a que nível que a gente chega de ficar satisfeito de um filho ficar em casa? 'Ah, não vou sair', e você fica: 'Ah, Graças a Deus!' - por medo de uma sociedade violenta, discriminatória por conta da cor da pele do filho da gente?!"*
Estratégias	*"Eu sempre conversei com eles sobre essa questão, sobre a questão racial, sobre os momentos que a gente pode… não preparando para um cena de discriminação, não… mas você que você pode viver isso, que você tem saber é…não é driblar, porque não existe driblar racismo, mas pelo menos você tem que saber se defender, entendeu?"*

Fonte: elaborado pela autora.

A ideia de casar e ter filhos era uma experiência da qual Leila enxergava com certa relutância. A entrevistada diz que gostava muito de viajar e passear, e conta que a chegada da maternidade em sua vida resultou na abdicação de tudo isso - "*Porque a prioridade é eles"*.

Leila é mãe de dois jovens: Kíria, de 23 anos; e Akani, de 19. Sendo assim, é a participante com o filho mais velho desta pesquisa.

Leila diz ser muito presente na vida dos filhos, ao ponto de ser chamada por eles de "*enjoada*": "*Porque de tudo eu pergunto, de tudo eu quero saber, tudo eu participo"*. A entrevistada relata ter uma relação de amizade com os filhos, no sentido de "*tudo que eu preciso falar, eu falo; tudo que eles precisam falar, eles falam pra mim. Tem essa abertura, tem esse vínculo que a gente construiu, que a gente sempre... desde pequeno, eu sempre procurei conversar".* Dito isso, Leila descreve o "ser mãe" da seguinte forma: "*Olha, além de tudo, de toda essa dedicação que a gente tem que ter de modo geral, eu acho que é... passa por esse caminho da gente ter essa relação de confiança, né? Essa relação de confiança, ela é, pra mim, o carro-chefe de uma relação boa, de ser mãe. [...] Então pra mim, é essa relação de respeito, que é construída desde pequeno... não tem esse negócio de dizer 'vou deixar ele ficar maiorzinho'. [...] Então, pra mim, ser mãe é isso: ter uma relação de cumplicidade, que eu tenho a felicidade de dizer que tenho com eles... e a satisfação de ter dois filhos que são, assim, inteiramente cúmplices, inteiramente comprometidos com a família, se envolvem nos assuntos, do pequenininho ao grande, entendeu?"*.

A fala de Leila apresenta várias similaridades com as das outras mulheres mães participantes. Respeito, confiança e cumplicidade parecem ser fatores comuns entre as entrevistadas, bem como a rigidez na criação dos filhos - algo do qual Leila compartilha com Michelle e que agora enxerga como uma dificuldade, visto que Akani já é um jovem adulto. Ela conta: "*Hoje eu tô fazendo um trabalho comigo de questionar menos, [...] tô me policiando pra respeitar mais esse espaço deles. Eu digo assim, eu não quero perder essa relação de respeito, e se ele ficar adulto e eu não respeito também o querer dele..."*. Essa rigidez materna, algo considerado comum entre mulheres mães negras por Collins (2019), também encontra fundamentação em outras pesquisas. Ao realizar um estudo acerca das experiências de maternagem de mulheres mães negras, brancas e hispânicas, as pesquisadoras Claudette Lee e Ethel Hill Williams (2001) constataram que muitas mães negras enfatizaram o uso de uma forte supervisão parental (independente da idade), algo do qual elas relacionam à questão da sobrevivência. As autoras explicam: "Muitas famílias negras enfatizam a obediência na criação dos filhos. É um ponto importante e longe de ser visto de forma negativa por elas. [...] No passado e no presente, a obediência de um filho negro é questão de vida e morte" (LEE; WILLIAMS, 2001, p.59, tradução minha).

Leila reconhece seu autoritarismo, bem como a necessidade de deixar o filho caminhar com as próprias pernas. No entanto, a entrevistada corrobora com as autoras

supracitadas ao dizer que sua rigidez advém da necessidade de proteger o filho de uma sociedade racista. Ela explana: "*Hoje, nesse sistema de violência, a estrutura de violência, de perdas, de mãe que perde… você fica num nível de insegurança… de que assim, por mais assim - eu falei do meu autoritarismo, né? Então, por mais que eu queira quebrar um pouco isso, eu acabo ficando presa, porque jovem quer ir passear, viajar, quer conhecer, quer ir; e eu não posso, como eu digo pro meu marido, ele [Akani] não pode ficar aqui debaixo dos meus braços. Mas ao mesmo tempo, bate uma insegurança de que meu filho… será que meu filho não vem machucado, meu Deus? De alguém, sei lá… será que, pelo fato… ele é um negrão alto, grande, não vão querer achar que meu filho é ladrão e vão logo atirar nele porque ele é grande, chama atenção…pode alguém ficar com medo, querer machucar? Então a que nível que a gente chega…a que nível que a gente chega de ficar satisfeito de um filho ficar em casa? 'Ah, não vou sair', e você fica: 'Ah, Graças a Deus!' - por medo de uma sociedade violenta, discriminatória por conta da cor da pele do filho da gente?!*".

Fato é que a maternagem negra é uma experiência singular, uma vez que enquanto o trabalho materno de mulheres mães brancas tende a ser centrado unicamente no cuidado, o de mulheres mães negras é fundamentado na sobrevivência. Isso é algo reforçado por Leila, que ao ser questionada sobre as diferenças na criação entre meninos brancos e negros, explica: "*É diferente. [...] no sentido dessa convivência, desse convívio com essa sociedade racista…é bem diferente, porque você tem que estar a todo tempo alertando o teu filho que ele pode viver situações tal, tal e tal… de você ter que estar sempre trabalhando a autoestima dessas crianças, né? Estar atento ao comportamento…de saber que seu filho está sendo atingido, vivenciando alguma situação de racismo na sala [...]. Então essa mãe tem que tá com esse olhar, né, atento*".

Diante do fator racial, perguntei a ela o sentido que esta atribui ao racismo: "*Racismo é… é toda essa forma de deixar alguém à parte… de deixar alguém na lateral das instâncias da vida. Eu acredito que quando você deixa pessoas, em especial, à margem de tudo que é de direito, né… é um racismo…e é um racismo que ele vem, estrutural, né, que ele vem crescendo e tá em todos os lugares*". De fato, tanto Leila quanto seu filho, Akani, viveram episódios de discriminação na escola, na polícia e em relações afetivas.

No que tange às experiências de racismo na escola, Leila declara: "*Eu tive uma infância atordoada diante desse processo onde você não tinha espaço, de onde você não tinha vez. Mesmo você se destacando enquanto aluna… mas enquanto participação geral você via, né… as precariedades. Inclusive, até os elogios iam, destaque iam pras alunas brancas que estavam lá na sala e que sabiam do mesmo jeito que eu sabia*". A entrevistada também

destaca as experiências em festas e peças teatrais na escola, em que os únicos papéis que poderia exercer eram os de empregada ou escrava: "*Então tinha umas coisas que sempre deixavam o negro numa situação de inferioridade, né, e que o papel que se destacava pra ele era a cozinha ou papel de escravo"*.

Quanto ao filho, Leila conta que Akani nunca trouxe para casa relatos de situações de racismo na escola, contudo, a participante destacou algumas preocupações - "*[dele] ser um aluno negro numa sala branca e que ele poderia também estar numa posição de destaque, duma forma negativa?!"* - e episódios vivenciados pelo filho: "*dele perceber que a professora chamou várias vezes o coleguinha branco e não chamou ele"*; bem como situações de preconceito entre os próprios colegas de turma: "*[...] reclamando que o aluno tal tá discriminando ele, no sentido de não estar convidando ele pra participar de uma brincadeira ou de querer que ele seja sempre o ladrão na brincadeira, entendeu… quer dizer, ligando a figura negra ao ladrão"*.

Considero digno de nota o fato de que, das cinco entrevistas feitas, todas as mulheres mães apresentaram relatos de racismo na escola, sendo eles experienciados tanto por elas quanto por seus filhos. Da paparicação[25] das professoras à discriminação por parte dos colegas, outro fator em comum nesses episódios foi o relativo silêncio das instituições de ensino; com exceção de Michelle, nenhuma outra escola fez qualquer esforço para remediar o racismo vivido pelas mães e por seus filhos nesta pesquisa.

Cavalleiro (1998) problematiza essa questão ao apontar que a escola, por ser idealizada como um ambiente neutro, se exime de trabalhar a questão racial - o que impede uma busca por trabalhos que visem superar esse problema. No entanto, é a escola (e a família) uma das principais responsáveis pela aprendizagem da vida social; é a partir dela que aprendemos valores, atitudes, opiniões e, consequentemente, questões de cunho racial. Portanto, se vivemos numa sociedade estruturada no racismo, na qual predomina uma visão negativa e preconceituosa do negro em contrapartida à identificação positiva do branco, o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros (CAVALLEIRO, 1998, p.25). Diante disso, a autora considera inevitável o fato de que muitos desses estudantes acabem internalizando essa

[25] Paparicação foi um termo criado por Ariès e que se relaciona ao sentimento de infância trabalhado por ele, sendo caracterizado pelo autor como um "sentimento superficial" relacionado ao cuidado com crianças pequenas. Na escola, essa paparicação corresponde a uma prática feita por professoras que oferecem tratamento diferenciado a certas crianças, uma vez que umas ganhavam essa paparicação e outras, não (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010). No que tange a questão racial, constata-se que crianças negras estão, na maioria das vezes, fora dessa prática de paparicação, de forma que as mesmas recebem menor carinho e cuidados por parte das professoras.

imagem desvalorativa de grupos negros, bem como a valorativa de grupos brancos, justificando assim, a discriminação reproduzida por crianças brancas e o desenvolvimento de uma autoestima e identificação negativas por parte de crianças negras.

Além do silêncio escolar, Cavalleiro (1998) também reconhece um silêncio dentro dos lares desses estudantes. A autora constata que esse silenciamento se faz presente nos dois grupos raciais: enquanto as famílias brancas mantêm o silêncio por conveniência, visto que estas ocupam uma posição confortável de privilégio; as famílias negras enxergam o silêncio como forma de proteção, uma forma de acalentar e proteger do sofrimento que inevitavelmente virá ao encontro dos seus. É um silêncio que visa protelar o contato dos filhos com o racismo, mas que também provém de um despreparo do grupo para enfrentar o problema, uma vez que este também apreendeu o silêncio e foi a ele condicionado na sua socialização (CAVALLEIRO, 1998, p.203).

No que se refere às experiências familiares e de maternagem das mulheres mães entrevistadas, percebo que todas elas seguiram um caminho oposto ao silêncio descrito acima. Leila, ao ouvir as insatisfações do filho, não silenciou: questionou a professora, instigou a criação de projetos relacionados à diversidade e à consciência de raça - esforços empreendidos também por Michelle e Dandara. Penso que esse não silenciamento tem muito a ver com o posicionamento familiar dessas mulheres. Como foi dito por Cavalleiro (1998), muitas famílias negras silenciam justamente por terem sido elas mesmas silenciadas em algum momento de suas vidas. Logo, o que pude perceber desse grupo de mães é que o fato destas reagirem ao racismo experienciado pelos filhos relaciona-se diretamente a própria experiência de terem sido defendidas por suas famílias. No caso de Leila, a entrevistada conta que sempre teve o apoio dos pais que não só reivindicaram por mudanças dentro do ambiente escolar, mas a ensinaram a valorizar sua identidade e construir, dessa forma, uma autoestima positiva. Além disso, a participante conta que os pais nunca se esquivaram de conversas relacionadas ao racismo: "*Quando eu chegava com as minhas queixas em casa, mamãe e papai diziam assim: 'isso vai acontecer não só agora, vai acontecer ao longo da vida… você vai precisar garantir com suas próprias pernas [a mudança]... que você procure seu destaque, que você procure estudar, que você procure se destacar, que você procure conhecer, se valorizar, gostar, autoestima lá em cima!'".*

Dito isso, é possível concluir que a família tem um papel fundamental na forma como os filhos reagem à discriminação vivida. De fato, Cunha Júnior (1987) argumenta que as crianças, em especial, quando apoiadas em casa parecem ter maior facilidade para reagir frente aos efeitos do racismo e superar os episódios experienciados. Portanto, penso que a

melhor forma de proteção é aquela fundamentada na consciência e reconhecimento do problema, e não no silêncio.

Para além das questões escolares, Leila também traz um episódio de racismo experienciado por Akani que teve repercussões em sua vida afetiva. A participante conta que o filho sofreu racismo por parte do padrasto de sua namorada, que segundo Leila, era de "*família clara".* Segue o relato da entrevistada: "*Quando ele vivenciou isso, chegou em casa, a expressão dele muda…ele fica muito chateado, mas ele demora muito a falar…e eu, como eu te disse, eu tenho esse olhar muito, de estar muito atenta, eu percebi, chamei ele, perguntei o que aconteceu com ele e ele: 'deixa pra lá…', e eu insisti [...], aí ele: 'não, mãe, é porque o padrasto dela chegou perto de mim…não é a primeira vez que eu vejo ele com olhar de racista…', e eu disse assim: 'e como é esse olhar de racista? Tu sabe? Tu conhece esse olhar de racista?', aí ele disse assim: 'mãe, de alguém que não tá…não puxa [conversa]…ele olha pra mim…só fala se tiver alguém perto…se não tiver ninguém perto, ele passa por mim e não diz nem um oi'. Depois, nesse dia, ele foi [o padrasto] e disse pra ele: 'tu não achas que não tá na hora de tu ir?'. [...] Quando a namorada de Akani chegou, ele foi e disse pra ela…aí teve uma discussão lá e tudo".* Diante dessa situação, Leila resolveu ir com o filho à delegacia e denunciar o racismo vivido pelo filho, no entanto, logo viu que não podia contar com a polícia. Ela conta: "*Eu passei três dias pra encontrar o delegado, e quando eu encontrei, ele praticamente fez um discurso quilométrico, e perguntou várias vezes pra Akani se ele tava vendo aquela situação como racista. Aí eu disse pra ele: 'Doutor, seria bom que o senhor interrompesse essas perguntas pra Akani, porque Akani não foi quem discriminou não, Akani foi discriminado'".* O que se seguiu foi uma sequência de desculpas por parte do delegado, que prometeu dar seguimento à denúncia, mas não o fez. Sobre o acontecimento, Leila constata: "*É como se ele não tivesse acreditando no meu filho".*

A experiência de Akani traz à tona uma dinâmica diferente das descritas anteriormente pelas entrevistadas. Diferente dos filhos de Helena e Dandara, que foram abordados pela polícia, o mesmo não aconteceu com Akani; neste caso, foi a família de Leila quem pediu o auxílio da polícia para defesa e proteção - mas sem sucesso. A violência sofrida por Akani se repete dentro da delegacia através dos constantes questionamentos e confirmações requeridos pelo delegado. De fato, o racismo institucional se faz presente justamente nisso: na desconfiança; como se Akani não fosse uma testemunha confiável para o próprio racismo sofrido. Sobre isso, Leila reflete: "*A sociedade parece que… ela quer resolver as coisas de uma forma que não ofenda o lado que tá discriminando".*

Essa experiência teve repercussões duradouras na vida do filho. Pouco tempo depois do ocorrido, Akani terminou o relacionamento com a namorada; atualmente em um novo namoro, ele revelou à mãe: "*A senhora sabe, mãe? Algumas coisas desse [primeiro] namoro me deixou sequelado".* Frente a essa fala, Leila observa: "*Aí como a gente percebe a diferença de um menino branco, né... um menino branco não vai dizer pra mãe dele que tá sequelado... só se for sequelado de uma dificuldade financeira ou algo que ele... mas discriminatória? E ele me falou isso, e eu disse assim: 'olha, nós vamos conversar sobre esse 'sequelado', [...] eu não posso me sequelar diante de uma sociedade racista. Eu tenho que fazer tudo e muito mais pra que esse racismo não me destrua. Pode deixar a gente magoado, indignado, mas tu vai ter que te...porque o que vai atingir pra sociedade tu com sequela? Pra sociedade, acho que nada...mas pra tua vida enquanto quem tá num processo de construção e, futuramente vai ter família, como é que vai sequelado pra construção?".*

Leila conta que ao ouvir isso do filho teve a sensação de que estava na estaca zero; apesar disso, disse ter contado com o apoio do marido e da filha. A conversa com o filho sobre essa questão terminou da seguinte forma: "*Eu disse [pra ele]: 'olha, você tem uma família, uma família que de alguma forma a gente sempre trabalhou em conjunto essas questões raciais, discriminação - isso não é novo pra ti. E a gente colocou pra ti que a gente tá aqui pra viver e viver os processos, e que isso, a gente não quer que aconteça, mas se aconteceu, esse processo de você passar por uma discriminação forte, que te abala e... claro que a gente vai sentir - mas a gente também tem que se recuperar".*

Conversas desse tipo são uma constante na família de Leila. Para a entrevistada, a maior estratégia de enfrentamento ao racismo é a conversa: é sobre falar com os filhos sobre o assunto, discutir sua história, sua ancestralidade - "*No Centro de Cultura Negra, os formadores colocavam muito da gente saber falar da nossa história. Saber falar de nós, mesmo"* -, é sobre ouvir e atender os sentimentos e demandas relacionadas ao assunto - é, basicamente, sobre potencializar suas vozes: "*Quando você sabe se posicionar diante de uma pessoa, de uma situação de racismo, se você sabe se posicionar, você sabe também conquistar seu espaço de respeito. E quem se coloca, de alguma forma é respeitado. Então, eu acredito que tenha que ter uma estratégia de passar pro seu filho que você pode vivenciar, e que você também tem que saber como sair disso".*

4.6 LAR COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: PENSANDO NUMA EDUCAÇÃO FAMILIAR ANTIRRACISTA

O título desta seção tem como inspiração um ensaio escrito por bell hooks (2019) intitulado de: “Constituir o lar: um espaço de resistência”. Nele, a autora discorre sobre o conceito do lar - não em seu sentido físico, mas afetivo. Para ela, casas pertenciam às mulheres, eram seu domínio especial: lugar em que famílias encontravam o conforto do abrigo e nutriam suas almas, sendo também um espaço de aprendizados sobre o que é dignidade e integridade (hooks, 2019).

Pode parecer contraditório uma feminista colocar a mulher como detentora do espaço doméstico, mas o que a autora faz é ressignificar essa posição: sim, o machismo delegou às mulheres a tarefa de criar e sustentar um ambiente doméstico; contudo, a construção de uma casa, de um *lar*, especialmente por mulheres negras, possui um viés político e de resistência, uma vez que era no lar que famílias negras recebiam acolhimento e cuidado face à dura realidade da opressão racista; era no lar o único local em que podiam resistir, em que podiam ser sujeitos, e não objetos. Quem tornou isso possível foram as mulheres negras, guias e professoras nesse processo de restauração de uma dignidade negada pelo lado de fora, pelo mundo público.

As mulheres mães deste trabalho fizeram o mesmo descrito por hooks (2019), e as estratégias criadas por elas para proteger os filhos são prova disso: Michelle, com seus ensinamentos voltados para a empatia; Maria, com o valor dado ao conhecimento e autoestima; Dandara, com sua ousadia e força mobilizadora; Helena, com a importância que atribui ao reconhecimento e acolhimento proposto em movimentos sociais; e Leila, que incentiva o diálogo e a necessidade de saber sobre sua história, sua ancestralidade. Independente dos métodos, todas essas mães querem as mesmas coisas para seus filhos: vida, futuro, oportunidades.

De acordo com Suizzo et al (2008), estas estratégias têm nome: socialização racial. Segundo elas, socialização racial é o trabalho que pais e mães negros realizam para criar filhos física e emocionalmente saudáveis, de forma que consigam prosperar em uma sociedade em que ser negro é visto como algo negativo. É sobre ensinar valores relacionados à igualdade e valorização racial e sobre a compreensão de que para fazer isso acontecer, esses pais precisam ensinar aos filhos o significado de ser negro numa sociedade racista. Reitero o que disse na seção anterior: a melhor forma de proteção é aquela fundamentada na consciência e reconhecimento do problema, e não no silêncio. Isso pode ser comprovado através dos relatos das participantes, cujas famílias não só contestavam e resistiam aos episódios de racismo experienciados, mas faziam questão de conversar abertamente sobre o

assunto, sem silêncios nem eufemismos. Leila e Dandara se beneficiaram desta forma de educar e a reproduziram no cuidado com os filhos; Maria, Michelle e Helena, apesar de não terem vivenciado esse tipo de criação enquanto filhas, agora se esforçam para repassar essa estratégia de enfrentamento aos seus. É como Maria aponta: "*eu falo desde já, eu falo para ele agora, pra que ele vá internalizando e ele vai ter… porque eu não vou conseguir… queria eu poder que ele não sofresse. Mas eu não tô com ele 100% [do tempo]*".

Penso que essa questão foi um dos pontos mais importantes dessa pesquisa. Cavalleiro (1998), em sua dissertação, observa silêncio e despreparo na forma como as famílias de seu estudo lidam com o racismo experienciado pelos filhos; em contrapartida, as mães deste trabalho fazem o completo oposto disso - não há nenhuma ambiguidade ou silenciamento na forma como orientam os filhos no que tange o enfrentamento das questões raciais. Esse posicionamento ativo desempenhado por essas mulheres mães foi aprendido com suas famílias (no caso de Dandara e Leila) e a partir de suas próprias experiências. Elas reagem e se posicionam diante do racismo porque em algum momento tiveram como exemplo a reação e o posicionamento dos seus.

Aliado a isso, penso que o pragmatismo materno - apresentado pela grande maioria das entrevistadas - também se enquadra como um tipo de estratégia de enfrentamento. A rigidez dessas mães se fundamenta num trabalho de preservação que se faz presente também na forma como estas incentivam os filhos a serem independentes e autônomos. Aliás, segundo Suizzo et al (2008) existe uma correlação entre esse incentivo à independência e ao trabalho de preservação realizado por mulheres mães negras. Em sua pesquisa, as mães entrevistadas por elas explicaram que a independência, quando conquistada, traz consigo um certo grau de liberdade. Para elas, ensinar os filhos a serem autônomos e independentes é uma forma de evitar que os mesmos dependam de uma pessoa ou de um sistema que possa, potencialmente, roubar sua liberdade. Basicamente, é sobre garantir a eles as ferramentas necessárias para viver e resistir em uma sociedade que os deixa à margem.

Considero importante destacar, no entanto, que esses esforços não devem ser tarefa única da mãe. Ao longo deste trabalho, foquei em mulheres mães, em seu trabalho *materno*, apesar disso, penso que talvez seja interessante começarmos a pensar em um trabalho familiar, capaz de abranger pais, irmãos, avós e família extensa. Porque a verdade é que muito se fala sobre a "mãe negra super forte", em que são exaltadas suas virtudes de sacrifício e doação; no entanto, hooks (2019) aponta que esse pressuposto não reconhece a dimensão da escolha dessas mulheres e, de certa, as desumaniza ao rotulá-las apenas como mães e nada mais. Isso é confirmado por Dandara, que durante sua entrevista, conta da vontade de ser vista

como uma igual para os filhos: "*Porque muitas das vezes a gente quer que os filhos da gente vejam a gente só como porto seguro. Mas eu quero que meu filho me veja como alguém que pode pedir ajuda pra ele e que possa querer me ajudar. Eu quero ser alguém que seja gente pra ele, que seja amiga, [...] eu quero que ele me veja como parceiro, que a gente possa dar a mão e se apoie, ele se apoia em mim e eu me apoio nele".* O que antes era uma estratégia política para superar as representações negativas das mulheres negras no mundo branco, a idealização dessa super mãe negra acaba aprisionando essa mulher, que se vê impedida de pedir ajuda, de fragilizar-se (KILOMBA, 2019) - afinal de contas, essas mulheres também sofrem com as opressões advindas da discriminação racial.

Tendo isso em mente, proponho aqui uma nomenclatura diferente: trabalho *familiar*. Este trabalho familiar (não necessariamente consanguíneo) deve envolver não só mães, mas pais, avós, irmãos, amigos, comunidade - Um "*exército*" de apoiadores, como falou Benício a sua mãe. Aliás, Michelle, em sua entrevista, chega à mesma conclusão: "*Eu não quero que ele me veja como assim, como uma heroína porque como eu tô te falando, eu fiz questão de não botar essa luta pra ser só minha, eu quis que muita gente entrasse nela pra ele saber que quando você precisa, você pode pedir socorro, você não precisa ter vergonha. Porque quando alguém precisar de você, você também pode servir de socorro pra outra pessoa, entendeu?".* Com isso, acredito que um trabalho familiar empenhado em socializar racialmente crianças e jovens talvez seja a melhor alternativa para se pensar, de fato, em um uma educação familiar antirracista.

Ao denominar o lar como espaço de resistência, hooks (2019) destaca a importância da família e das mulheres mães negras como um local de acolhimento, cuidado e educação. Ela destaca:

> Não tínhamos como aprender a nos amar ou nos respeitar na cultura da supremacia branca, do lado de fora; era do lado de dentro, naquele 'lar', na maioria das vezes criado e cuidado por mulheres negras que tínhamos a oportunidade de crescer e nos desenvolver, de alimentar o espírito (p. 88-89).

Portanto, enxergar o lar como um lócus de resistência é oferecer não só ensinamentos relacionados à identificação e combate de práticas racistas, mas cercar essas crianças e jovens de amor, de forma que sejam capazes de valorizar sua identidade enquanto pessoas negras e consigam, assim, construir uma identidade e autoestima positivas.

Para além de questões relacionadas aos desafios, medos e dificuldades de ser mãe de meninos/jovens negros, também era muito importante para mim retratar neste trabalho os

sonhos e aspirações dessas mães para os seus filhos. Ao final de cada entrevista[26], fiz questão de perguntar: o que elas querem para os filhos? O que sonham para eles? Finalizo este capítulo com algumas de suas respostas:

"Ah, eu quero… eu quero ver ele nessa inocência, que a gente sabe que vai passando com o tempo, né… mas de um caráter bom. Eu sempre falo pra ele: eu quero tua honestidade, o teu caráter, o teu respeito, a tua humildade, o teu amor ao próximo. [...] E sempre pensar: se eu machucar fulano, o mundo vai dar uma voltinha e você vai ser machucado também. Então, Benício, sempre quando você for dar algo pra alguém, você pensa: se fosse eu no lugar dele? Você tem que se colocar no lugar do outro. Porque tu te colocando no lugar do outro, tu vai ver como é difícil a luta do outro, a dor do outro, entendeu? E desse jeito tu vai se tornar uma pessoa de um bom caráter, humilde. Eu quero que tu seja uma pessoa digna, eu quero a tua honestidade. Eu não quero que tu seja o justiceiro da vida, mas eu quero que tudo que tiver na tua razão, tu saiba clamar por justiça". (Michelle)

"Ah, eu quero que ele seja feliz, eu quero que ele tenha consciência do que é ser negro em qualquer lugar que ele estiver. Se ele tiver em lugares onde ele tenha uma voz ativa pra que outros pudessem refletir, que ele utilize esse espaço pra falar. [...] E sonho é isso, eu sonho isso. Dizer que eu quero um mundo diferente e não racista para o meu filho, isso é impossível, ele já tem 13 anos, ele já está nesse mundo racista. Então eu quero que meu filho seja esse ponto de referência positivo para outras crianças pretas, para outros homens pretos, para outras mulheres pretas, né. É isso o que eu quero. A gente, quando é preto, a gente não sonha muito. A gente sonha e tem até medo de dizer! Porque pode dizer assim, acha que é um sonho tão alto e que tem que colocar o pé no chão e alcançar aquilo. Quer alcançar aquilo? Ok! Até porque nossa estatística é os homens pretos viverem até os 30 anos e olhe lá. Então a gente tem que pensar no que é palpável, então eu quero isso pra Pedro: eu quero o Pedro feliz e ele - eu acredito nisso, não que eu estou romantizando isso, mas eu aprendi muito só padecendo, aprendi nas murradas que o mundo dá; não que eu deseje isso pro meu filho, mas eu entendo que ele vai aprender a partir disso. Eu não desejo isso, eu só quero que ele aguente, que ele siga firme. Que ele consiga entender todo esse processo e lute contra, pra que o filho dele, o neto dele não passe". (Maria)

[26] Com a exceção de Leila, da qual, admito, ter esquecido de perguntar.

"Ai… eu quero ver os meus filhos como uns meninos de bem, bem encaminhados, uns meninos de caráter, de personalidade forte… uns meninos que sirvam de exemplos pra outros meninos, sabe? Que possam ser acolhidos, que eles sejam acolhedores como eles foram acolhidos, né? E que eles possam puxar e incentivar outros meninos a seguir um mesmo caminho, um mesmo seguimento. Que os meninos possam ser vistos e dizerem assim mesmo [sobre eles]: aquele dali não é só mais um; aquele dali é um, *que tá fazendo a história dele da melhor forma possível. Aquele dali…pode ser da periferia, mas ele pode ser uma pessoa que possa se ver e dizer assim mesmo: aquele dali é o cara, entendeu? Aquele dali tem todo o meu respeito, e sei que assim como ele tem o meu respeito, ele vai ter de todos, que quando ver ele, vão dizer assim mesmo: 'pode ir, que aquele dali tem muito a contribuir com a sociedade, tem muito a favorecer, tem muito a somar' - a palavra é essa: somar". (Helena)*

"Ah, eu quero ver… eu costumo dizer que eu tenho o ouro e a prata, né, eu sou muito rica - é o que digo pras meninas nas minhas brincadeiras. Eu digo: eu sou uma das mulheres mais ricas desse mundo, porque Deus me deu o ouro e a prata. Eu nunca gostei muito de bijuteria, nunca gostei muito de ouro… dourado… eu gosto muito da cor prata, gosto muito do artesanal, gosto muito… mas a prata me atrai muito, porque ela não é 100% pura. A prata, ela te permite errar e acertar. Então eu quero ver eles dessa forma: não quero ver eles transparente, eu quero ver eles como eu, como gente… que é passível de erro, que é passível de acerto. Mas que tenha coragem. Eu sempre brigo muito com eles: vocês têm que ter coragem! Não digo coragem de revidar, mas a coragem de recomeçar, de se refazer, de se reconstruir, de mudar!". (Dandara)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei a desenvolver esta pesquisa por conta de uma inquietação. Lembro que depois do assassinato do menino João Pedro, seguido de George Floyd, um interruptor parece ter sido ligado em minha cabeça; de repente, tudo o que via em jornais, sites e revistas eram notícias que tinham um tema em comum: a violência letal sofrida por jovens negros. É óbvio que esses acontecimentos já aconteciam há anos, décadas, séculos até; também é óbvio o fato de eu nunca ter "reparado" neles - eu via, mas eu não enxergava.

A verdade é que só comecei a enxergar o caráter insidioso e sistêmico do racismo na universidade. Foi lá em que aprendi que o racismo não era algo de cunho individual, mas estrutural; também foi lá em que passei a compreender a branquitude, bem como minha associação a ela. Penso que foi nesse processo de reconhecimento, de finalmente *enxergar*, que cheguei ao tema deste trabalho. Lembro que os primeiros pensamentos que vinham à mente após ler notícias como aquelas se relacionavam à família daqueles jovens, especialmente suas mães: como estariam se sentindo? Já temiam que isso poderia acontecer? Numa sociedade que é estruturada pelo racismo, o que significa ser mãe de um menino negro? Quais seus desafios?

Foi a partir dessas reflexões que decidi que queria trabalhar não com as consequências dessa violência, mas com a sua prevenção: mulheres mães negras têm estratégias para lidar com o racismo que os filhos podem vir a sofrer? Se sim, quais seriam elas? Talvez tenha sido ingenuidade minha pensar em prevenção numa sociedade que é sistematicamente racista, mas espero ter sido capaz de potencializar a voz dessas mulheres mães, de forma que elas pudessem ter um espaço para compartilhar suas histórias, seus afetos, experiências e estratégias de maternagem diante do racismo estrutural.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo principal analisar as estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural. Para tal investigação, busquei contextualizar historicamente a influência do racismo estrutural sobre as experiências de infância, juventude, família e maternagem de pessoas negras no Brasil; e discuti, através das construções teóricas de Collins (1994; 2019) e O'Reilly (2014), sobre o trabalho materno desempenhado por mulheres mães negras que, devido sua intersecção com a opressão racial, exercem um trabalho materno de preservação, voltado para a resistência e sobrevivência de seus filhos.

No que tange o trabalho em campo, entrevistei cinco mulheres negras, mães de meninos de meninos/jovens negros entre 11 e 19 anos de idade, de forma a identificar os sentidos que estas atribuem à maternidade e ao racismo. As análises tiveram como base a psicologia histórico-cultural e a construção de zonas de sentido, ambas elaboradas por Lev Vygotsky. Uma vez que estamos falando sobre metodologia de pesquisa, considero relevante destacar aqui um fator do qual, apesar de não ter sido mencionado ao longo da pesquisa, se fez presente durante todo esse processo investigativo - remeto-me à questão da paridade racial. Conceito criado pela norte-americana Angela Gilliam, a paridade racial é vista como algo importante para garantir um discurso livre entre entrevistador(a) e entrevistados (CARONE, 2014). No entanto, sendo eu uma mulher branca, acatar a essa indicação não foi possível - aliás, postulo que talvez esse tenha sido um fator determinante para a minha dificuldade inicial em encontrar mulheres mães que aceitassem participar desta pesquisa. Não obstante, penso que consegui, com a ajuda e abertura dessas mães, estabelecer um bom *rapport*, de forma que estas puderam expor sua história, afetos e vulnerabilidades.

Dessa forma, durante as entrevistas, as participantes contaram sobre suas histórias de vida, relação com a família, com seus companheiros e com seus filhos; relataram seus processos de identificação enquanto mulheres negras; suas experiências com o racismo e os sentimentos atrelados à possibilidade dos filhos vivenciarem o mesmo. As entrevistadas também revelaram que têm, sim, estratégias para lidar com o racismo; entre elas, destaca-se a ênfase à empatia, mobilização de grupos e inserção dos filhos em movimentos sociais. Atitudes como essas revelam a importância do apoio familiar frente a situações de discriminação, de forma que as estratégias criadas por essas mães - valorização da raça, incentivo ao conhecimento e autodefesa diante do racismo - puderam corroborar com o que foi apontado ainda no projeto desta pesquisa: a possibilidade de uma educação familiar antirracista.

Este trabalho também teve a finalidade de contribuir para a discussão e a produção acadêmica acerca deste assunto. Apesar de a Psicologia ter assumido seu compromisso com a luta antirracista, acredito que os estudos acadêmicos acerca das relações étnico-raciais ainda são, de certa forma, incipientes. Portanto, verifico aqui a necessidade de pesquisas mais amplas sobre a questão racial, especialmente no que se refere à sua interface com a família e a escola, tópico que se fez presente na fala de todas as mulheres mães entrevistadas. Além disso, sugiro que pesquisas futuras trabalhem também com a experiência de maternagem de mulheres mães de meninas/jovens negras, de forma a considerar o caráter interseccional de suas vivências.

Por fim, julgo ser essencial pensar numa educação familiar antirracista que consiga abranger não só domínios familiares negros, mas os brancos também; afinal, a luta por mudanças deve advir não somente do lado daqueles que sofrem com a opressão racial, mas principalmente daqueles que a infligem. Logo, realizar uma socialização racial voltada para a diversidade, respeito e empatia pode ser uma alternativa para se pensar num mundo com mais equidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, abr. 2010.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Ceert, 2012. p. 47-61.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ANDRADE, R. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). Locus: Revista de História, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20460>. Acesso em: 8 set. 2022.

ARIÈS, Philipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2014.

BADY, Janaína Bueno; SILVA, Denise Regina Quaresma. Criminalização e extermínio da juventude negra no Brasil: reflexões e desafios. **Rev. Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 20, n. 1, p. 146-153, jan./abril 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Ceert, 2014. p. 98-141.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAFÉ DA MANHÃ: A omissão da justiça diante da violência contra negros. Entrevistada: Inara Firmino. Entrevistadores: Magê Flores e Angela Boldrini. [S.I].Folha de São Paulo, 21 nov. 2022. Podcast. Disponível em: Spotify. Acesso em: 21 nov. 2022.

CARNEIRO, Sueli. (2011). Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/ >. Acesso em 25 de out. 2022.

CARONE, Iray. **Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira.** In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 13-23.

CATRACA LIVRE. **Juíza impede menina de 11 anos estuprada de fazer aborto legal**. 2022. Disponível em: https://catracalivre.com.br/cidadania/menina-de-11-anos-engravida-apos-estupro-e-e-impedida-de-fazer-aborto-legal/. Acesso em: 02 nov. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escoIar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CAVALLINI, Marta. **Com maior taxa de desemprego e menor rendimento, mulheres negras são as mais prejudicadas no mercado de trabalho**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/11/19/com-maior-taxa-de-desemprego-e-menor-rendimento-mulheres-negras-sao-as-mais-prejudicadas-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Shifting the Center: race, class, and feminist theorizing about motherhood. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie (ed.). **Mothering**: ideology, experience, and agency. New York: Routledge, 1994. p. 45-65.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLUCCI, Cláudia; BARBON, Júlia. **Desigualdade pela renda e cor da pele é exposta em abortos de riscos no país**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/desigualdade-pela-renda-e-cor-da-pele-e-exposta-em-abortos-de-riscos-no-pais.shtml>. Acesso em: 31 out. 2022.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. Sentido, Significado e Mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Ibero-Americana de Educação**, v. 55, p. 205-223, set. 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n. 63, p. 51-53, nov. 1987 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741987000400009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2022.

CURI, Paula Land *et al*. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, p. 156-169, out. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

DINIZ, Maiara Amorim. **Atuação do Psicólogo Escolar do Instituto Federal do Maranhão para a Inclusão de Estudantes com Deficiência**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

EDDO-LODGE, Reni. **Why I'm no longer talking to white people about race**. London: Bloomsbury, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 24, n. 3, p. 691-713, dez. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300691&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 mar. 2021.

FERREIRA, Emerson Benedito. **Crianças negras e cotidiano jurídico na Ribeirão Preto do final dos Oitocentos**. 2019. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLORES, Tarsila. Genocídio da juventude negra no Brasil: as novas formas de guerra, raça e colonialidade do poder. In: MACEDO, Aldenora *et al* (org.). **Direitos Humanos**: diversas abordagens. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2016. p. 109-126.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP. Disponível em: <FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/11/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2020.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 31 out. 2022.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.285-315.

FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grande posses em Minas Gerais - Século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 46, n. 1, p. 9-59, jun. 2011.

GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi. **Gênero, família e relações étnico-raciais**: um estudo sobre pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. PEDAGOGIA DA CRUELDADE: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-26, 23 nov. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. **The Color of Love**: racial features, stigma, and socialization in black brazilian families. Austin: University Of Texas Press, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2021. Brasília: IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2022. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_2tri.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças negras em imagens do século XIX**. 131 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

JOVINO, Ione da Silva. Crianças negras na história: fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro. **Revista Eletrônica de Educação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 189-225, nov. 2015.

LANSKY, S. et al. Pesquisa nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, 2014.

LEE, Claudette; WILLIAMS, Ethel Hill. Masculinity, matriarchy, and myth: a black feminist perspective. In: O'REILLY, Andrea (org.). **Mothers & Sons**: feminism, masculinity, and the struggle to raise our sons. New York: Routledge, 2001. p. 56-70.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchôa. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 63-75, jul. 2001.

MARTINS, Sofia. **Repercussões da experiência de racismo nas ocupações maternais de mulheres negras**: estratégias de enfrentamento. 357 f. Tese (Doutorado) - Curso de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

MARTINS, Sofia; MAGALHÃES, Lilian. Vai arrumar este cabelo, neguinha! Mapeamento Corporal Narrado por Gabriela, mãe negra. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 25, , p. 1-18, maio 2021.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 37-55, ago. 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCINTOSH, Peggy. White Privilege: unpacking the invisible knapsack. **Peace And Freedom**, Philadelphia, p. 10-12, jul/ago. 1989.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 79, p. 15-38, nov. 2010.

MORRISON, Toni. A origem dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MUNOZ, Daniel. **Cabral apóia aborto e diz que favela é fábrica de marginal**. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm>. Acesso em: 26 set. 2022.

NERI, MARCELO. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV social. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Mandingas da infância**: as culturas das crianças pequenas na escola municipal *Malê Debalê*, em Salvador (BA). 2017. 431 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NUNES, Pablo. Guerra às drogas é álibi para moer gente preta. **Revista Piauí**, São Paulo, 22. ago. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/guerra-as-drogas-e-alibi-para-moer-gente-preta>. Acesso em: 26 ago. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, ago. 2010.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto**: o seu mundo e os outros. 1979. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

O'REILLY, Andrea. African American Mothering. In: O'REILLY, Andrea (ed.). **Mothers, Mothering and Motherhood Across Cultural Differences**: a reader. [S.I.]: Demeter Press, 2014. p. 93-117.

OTA, Maria Eduarda. **De fábrica de marginal a mães guerreiras**: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas da violência do estado. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PAGNI, Pedro Angelo. Infância, Arte de Governo Pedagógica e Cuidado de Si. **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-123, dez. 2010.

PASSOS, Rachel Gouveia. "O lixo vai falar! E numa boa!". **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 301-309, ago. 2021.

PAULA, Elaine de. **Vem brincar na rua! Entre o Quilombo e a Educação Infantil**: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos. 355 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PRETA, Box 1824 & Indique Uma. **Potências (in)visíveis**: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho. a realidade da mulher negra no mercado de trabalho. 2020. Disponível em: <https://readymag.com/u1818798514/2293759/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Raio X das ações de policiamento**. Rio de Janeiro: CESeC. Disponível em: <2022_raioxdasoperacoes4.pdf (observatorioseguranca.com.br)>. Acesso em: 26 ago. 2022.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A família negra no tempo da escravidão: bahia, 1850-1888. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unicamp, Campinas, 2007.

REY, Fernando González. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 24, p. 155-179, jun. 2007.

RODRIGUES, Mariana Borelli. **Maternidade, raça e classe**: hierarquias, privilégios e opressões entre mulheres mães no contexto do trabalho doméstico remunerado. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ROSENBERG, Fúlvia. Aspectos conceituais e jurídicos da educação para a igualdade racial na educação infantil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Ceert, 2012. p. 10-41.

ROZA, Gabriela. **Violência Mental**: famílias negras e periféricas lutam para manterem a saúde psicológica depois de terem parentes assassinados. famílias negras e periféricas lutam para manterem a saúde psicológica depois de terem parentes assassinados. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/luta-das-familias-negras-e-perifericas-para-manterem-a-saude-mental-apos-terem-parentes-assassinados/#cover. Acesso em: 02 nov. 2022.

SHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Cibele Bitencourt. **Os espelhos de Oxum**: mulheres periféricas, relações raciais e autoimagem. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir. In: SAWAIA, Bader B. *et al* (org.). **Afeto & violência**: lugares de servidão e resistência. Manaus: Alexa Cultural, 2020. p. 89-103.

SOUZA, Tatiana Yokoy de; BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano**: aspectos históricos e tendências atuais. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 20, n. 2, p. 357-376, Dez. 2008.

SUIZZO, Marie-Anne et al. African American mothers' socialization beliefs and goals with young children: themes of history, education and collective independence. **Journal Of Family Issues**, S.I., v. 29, n. 3, p. 287-316, mar. 2008.

TRAD, Leny Alves Bomfim et al. Segurança pública e questões raciais: Abordagem policial na perspectiva de policiais militares e jovens negros. In: Pareschi, Ana Carolina Cambeses et al (orgs.). **Pensando a segurança pública: Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. p.41-76.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZANELLA, Andréa Vieira et al (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em Psicologia. Psicologia & Sociedade, 19 (2), 25-33.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

(Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de dezembro de 2012)

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Título: Maternagem e Negritude: Estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural

Pesquisadores responsáveis: Larah Bogea Ribeiro - Telefone: (98) 98111-8656. E-mail: larah.bogea@discente.ufma.br; Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara. E-mail: ramon.lsa@ufma.br

Nome da participante:

Data de nascimento:

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: "**Maternagem e Negritude: estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural**" de responsabilidade da pesquisadora Larah Bogea Ribeiro, estudante do curso de Psicologia da Ufma, sob orientação do Prof. Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso esteja esclarecida sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, pedimos que este documento seja rubricado em todas as páginas e assinadas, ao seu término. Este documento (TCLE) será elaborado em duas vias, uma cedida à participante e outra à pesquisadora. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por objetivo analisar as estratégias de maternagem de mães de meninos negros diante do racismo estrutural através da identificação de sentidos que essas mães dão a conceitos relacionados: à maternagem, ao racismo e à infância. Viabilizando também um espaço de discussão sobre possibilidades de uma educação familiar antirracista.

Rubrica (Participante): Rubrica (Pesquisadora):

2. Critérios de inclusão e exclusão: no que diz respeito à escolha das participantes, serão considerados os seguintes critérios: identificarem-se como mulheres negras; serem mães de meninos negros cuja faixa etária insere-se em torno dos 11 a 19 anos de idade; ter disponibilidade para relatar suas experiências de maternagem e associações com o racismo estrutural. Como critério de exclusão: mulheres que não concederam o consentimento para participação na pesquisa.

3. A participação nesta pesquisa consistirá em um único encontro, em que será realizada uma entrevista de aproximadamente uma hora (60 minutos) conduzida pela pesquisadora, em que serão discutidas questões relacionadas ao racismo, maternagem e infância/juventude. A entrevista será realizada em local reservado e livre de interrupções, preservando o princípio de confidencialidade exigido. É importante destacar que devido a pandemia de COVID-19, todas as medidas de proteção serão garantidas para as participantes, através da prática de distanciamento, uso de máscara e disponibilização de álcool em gel.

4. Considera-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, em tipos e gradações variadas. A participante está ciente de que há possíveis prejuízos e riscos de ordem emocional e psíquica, pois se entende que o racismo é um tema que envolve diversas questões traumáticas na vida daqueles que o experienciam, sendo capaz de mobilizar outras vivências ou contextos de violência (simbólica ou física), carregadas de sentimentos e afetos. Logo, será assumida uma postura ética de cuidado e acolhimento para minimização dos possíveis danos. Caso haja necessidade, será oferecido um acolhimento das possíveis demandas de mobilização afetiva oriundas da participação na pesquisa. Além disso, as participantes também poderão ser encaminhadas ao atendimento no Plantão Psicológico Centrado na Pessoa, um projeto de extensão da UFMA.

5. A participação nesta pesquisa terá como benefícios a produção de conhecimentos que beneficiem a comunidade negra e que abram portas para novas pesquisas focadas na relação entre maternagem, racismo e uma educação familiar antirracista. Além disso, este trabalho se mostra fundamental para a construção de uma postura de resistência e enfrentamento diante da discriminação racial, cujos resultados possibilitarão uma maior compreensão dos sentidos e significados, assim como as repercussões atribuídas a mesma.

Rubrica (Participante): Rubrica (Pesquisadora):

6. O ressarcimento consiste na compensação material exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário (item II.21 da Resolução Nº 466 de 12/12/2012). No que diz respeito a este trabalho, não haverá ressarcimento de qualquer gasto eventual (transporte ou alimentação) decorrente da participação na pesquisa.

7. À participante estará assegurado o direito de solicitar indenização para reparação de danos causados pela participação na pesquisa. Assegura-se à participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação na pesquisa, pelo tempo que for necessário.

8. A participante possui liberdade e autonomia para retirar o seu consentimento, interromper e deixar de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo para si mesma. Possui também a liberdade para responder somente as perguntas que desejar.

9. A participante está ciente da gravação da entrevista, que posteriormente será transcrita para facilitação da análise de dados, mediante a confirmação do conteúdo transcrito pelas participantes.

10. A participante terá garantida a confidencialidade, o sigilo, a proteção da imagem e a privacidade dos seus dados e das informações coletadas, durante todas as fases da pesquisa e na divulgação dos dados. Está assegurado o armazenamento adequado dos dados coletados sob responsabilidade da pesquisadora. Os resultados irão compor um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do tipo monografia e podem ser divulgados em eventos acadêmicos ou revistas científicas, mas a identidade da participante será mantida anônima.

11. A participante terá livre acesso às informações sobre os procedimentos da pesquisa, podendo entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para possíveis esclarecimentos. Também poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA (CEP/UFMA), para esclarecimento de questões éticas. O CEP/UFMA é uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa e educativa, destinada a atuar no campo da ética em pesquisa, para garantia de proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuição no desenvolvimento da pesquisa de acordo com os padrões éticos. Endereço: Avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária, Prédio do CEB Velho, Bacanga, São

Luís - MA, CEP: 65085-580. E-mail: cepufma@ufma.br. Telefone: (98) 3272-8708. Horário de atendimento: segunda a sexta-feira, das 8h às 12h no turno da manhã, e das 14h às 18h durante a tarde.

Eu, _____, declaro ter sido informada e concordo em ser participante da pesquisa acima descrita.

São Luís, _____ de _____ de 2022.

. .

Assinatura da Participante **Assinatura da Pesquisadora**

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

1) Nome Completo: _____

2) Data de Nascimento: ___/___/_____

3) Você se considera:
( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Outra:_____

4) Estado Civil: _____

5) Telefone:_____

6) Bairro onde mora: _____

7) Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

(A) Moro sozinha
(B) Uma a três
(C) Quatro a sete
(D) Oito a dez
(E) Mais de dez

8) Quem mora com você?

Moro sozinha	( )
Pai / Padrasto	( )
Mãe / Madrasta	( )
Esposa / Marido / Companheiro (a)	( )
Filhos	( )
Irmã (os)	( )
Avôs (ós)	( )
Amigos (as) ou colegas	( )
Outros parentes:_____	( )

9) Qual é o seu nível de escolaridade?

(A) Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (antigo primário)
(B) Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
(C) Ensino Médio (antigo 2º grau)

(D) Ensino Superior
(E) Pós-graduação
(F) Não estudou

10) Qual a sua renda mensal, aproximadamente?

(A) Nenhuma renda.
(B) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.100,00).
(C) De 1 a 3 salários mínimos (de R$ 1.100,00 até R$3.300,00).
(D) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.300,00 até R$ 6.600,00).
(E) Acima de 6 salários mínimos (mais de R$ 6.600,00)

11) Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

(A) Nenhuma renda.
(B) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.100,00).
(C) De 1 a 3 salários mínimos (de R$ 1.100,00 até R$3.300,00).
(D) De 3 a 6 salários mínimos (de R$ 3.300,00 até R$ 6.600,00).
(E) Acima de 6 salários mínimos (mais de R$ 6.600,00)

12) Você trabalha ou já trabalhou?

(A) Sim. Em que?_____ Quanto tempo?_____
(B) Não

13) Tem quantos filhos?

14) Para cada um de seus filhos, por favor preencha abaixo (se tiver mais de três pode continuar atrás do papel)

Nome:
Idade:
Escolaridade:
( ) Preto ( ) Pardo ( ) Indígena ( ) Branco ( ) Amarelo ( ) Outra:_____

Nome:
Idade:
Escolaridade:
( ) Preto ( ) Pardo ( ) Indígena ( ) Branco ( ) Amarelo ( ) Outra:_____

Nome:
Idade:
Escolaridade:
( ) Preto ( ) Pardo ( ) Indígena ( ) Branco ( ) Amarelo ( ) Outra:_____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Temas:

1. **Maternidade**

- O que é ser mãe, para você?
- Como foi sua gestação?
- O que você acredita ser sua responsabilidade como mãe?
- Qual o lado positivo de ser mãe, para você? E o negativo?
- Comente sobre sua relação com seu filho.
- Você sente alguma dificuldade em criar seu filho?
- O que é ser mãe de um menino negro no Brasil, para você?
- Como você quer ver o seu filho?
- Como você quer que ele te veja?

2. **Infância**

- Como foi a sua infância? E juventude?
- O que é ser criança, para você? O que é ser jovem/adolescente?
- O que é ser uma criança negra, para você? O que é ser um jovem negro?
- Você acha que existem diferenças entre ser uma criança/jovem branca ou uma criança negra/jovem negra no Brasil?

3. **Racismo**

- O que é racismo, para você?
- Você acredita que o racismo tem algum impacto em sua vida? E na vida do seu filho?
- Você já falou com seu filho sobre racismo?
- Quais são suas estratégias para lidar com o racismo?
- Quais são suas estratégias para lidar com o racismo dirigido a seu filho?